

ANDRÉIA OLIVEIRA RÊGO

A ELEIÇÃO DE 1978:
UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA DE PROPAGANDA POLÍTICA
SOBRE A ELEIÇÃO DO GENERAL DE EXÉRCITO
JOÃO BAPTISTA DE OLIVEIRA FIGUEIREDO

Universidade metodista de São Paulo
Programa de Pós – Graduação em Comunicação Social
São Bernardo do campo – 2011

ANDRÉIA OLIVEIRA RÊGO

A ELEIÇÃO DE 1978:
UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA DE PROPAGANDA POLÍTICA
SOBRE A ELEIÇÃO DO GENERAL DE EXÉRCITO
JOÃO BAPTISTA DE OLIVEIRA FIGUEIREDO

Dissertação apresentada em cumprimento parcial às exigências do Programa de Pós – Graduação em Comunicação Social, da UMESP – Universidade Metodista de São Paulo, para obtenção do Grau de Mestre.
Orientador: Prof^o.: Dr. Adolpho Queiroz.

Universidade metodista de São Paulo
Programa de Pós – Graduação em Comunicação Social
São Bernardo do campo – 2011

FOLHA DE APROVAÇÃO

A Dissertação de Mestrado sob o Título “A Eleição de 1978: Uma Revisão Bibliográfica de Propaganda Política sobre a Eleição do General de Exército João Baptista de Oliveira Figueiredo”, elaborada por Andréia Oliveira Rêgo foi apresentada e aprovada em 11 de Maio de 2011, perante a banca examinadora composta por Profº Dr. Adolpho Queiroz, Profº Dr. Wilson Bueno e Profª Drª Maria de Bacha.

Profº Dr. Adolpho Queiroz

(Orientador e Presidente da Banca Examinadora)

Profº Dr.

(Coordenador do Programa de Pós - Graduação)

Área de Concentração: Processos Comunicacionais

Linha de Pesquisa: Comunicação Massiva

Projeto Temático: Propaganda Política

Programa de Pós – Graduação em Comunicação Social

São Bernardo do campo – 2011

DEDICATÓRIA

Aos meus pais, Bento e Maria que sempre me apoiaram e estiveram ao meu lado nas minhas conquistas, nos meus anseios acadêmicos e profissionais.

AGRADECIMENTOS

A Deus todo poderoso, por sempre estar ao meu lado me fortalecendo e mostrando os caminhos para que eu possa enfrentar as dificuldades nessa caminhada e em minha vida.

Ao meu querido orientador Professor Dr. Adolpho Carlos Françoso de Queiróz, por se dedicar e contribuir com seu ensino nesse período de dois anos, pela figura verdadeira de mestre que possui e pela sua compreensão e paciência nos momentos de dificuldade, e por me ceder uma oportunidade única e especial em minha que foi a possibilidade de ser sua orientanda.

Agradeço inteiramente aos meus pais, pela paciência, pelo apoio moral e financeiro, pelo amor inconcebível que a mim concedem, pelas preocupações, pela força, pelos valores a mim repassados e por admiração nas minhas vitórias conquistadas.

A Minha amada Tia Sebastiana que me recebeu em sua casa e sempre esteve à disposição na minha estadia em São Paulo, me dando força, ajudando em minhas dificuldades e por sempre me apoiar em minhas decisões.

Aos meus amigos, Professora Hênuia Patrícia e Edleuson Almeida, por me incentivarem e me ajudarem sempre nessa caminhada, mesmo que por e-mail ou telefone, sempre pude contar com a ajuda e apoio de ambos, me enviando ânimo, força e admiração para continuar esse caminho.

Aos meus colegas de mestrado: Tatiane carvalho pelo apoio, companheirismo e pela ajuda nos estudos, Alexandra Fante pelo apoio e conselhos nos momentos difíceis, Thybor Brógio pela ajuda e paciência com metodologia e Juliana Barone pela ajuda e companheirismo nas viagens apertadas a congressos.

Aos professores de mestrado, em especial Cicília M. Krohling Peruzzo, Wilson da Costa Bueno e o inesquecível José Marques de Melo, pelo aprendizado recebido, pelo apoio nas dificuldades e pela atenção e carinho.

Agradecimento especial a minha grande amiga, companheira e irmã Elisângela Santos, pela força, dedicação, pelo apoio moral, psicológico e financeiro, pela paciência na reta final dos estudos, pela dedicação, recepção e companheirismo no Rio de Janeiro.

Ao apoio da CAPES pela bolsa de pesquisa nesses dois anos, sem esse apoio o trabalho não seria concretizado. Muito obrigada.

Agradeço todas as pessoas citadas acima e a CAPES, foi graças a todos e a Deus que pude finalizar essa obra. Muito obrigada.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
 Capítulo I – A Comunicação, o Marketing Político e a Ditadura Militar no Brasil	
1.1 – A Comunicação, o Poder e a Ditadura Militar	14
1.2 – A Propaganda Ideológica em Período de Ditadura Militar	14
1.3 – A Propaganda Eleitoral	17
1.3.1 – A Propaganda Política	19
1.3.2 – Os Tipos de Propaganda Política	22
1.4 – A Comunicação Governamental e o Marketing Político no Regime Militar	24
 Capítulo II – A Ditadura Militar – Do Golpe de 1964 ao Governo do General Geisel	
2.1 – O Golpe de 1964	30
2.1.1 – O Apoio dos EUA ao Golpe Militar	36
2.2 – Os Presidentes do Regime Militar (1964 a 1974)	39
2.2.1 – O Governo do General Ernesto Geisel e a Lei Falcão	53
 Capítulo III – Do Rio de Janeiro ao Planalto Federal	
3.1 – A Infância e o início da Carreira Militar	60
3.2 – A Carreira Política e os Cargos Exercidos em Governos Militares.....	63
3.3 – A Frente do SNI	65
3.4 – A Promoção à General de Exército e a indicação ao Sucessor de Geisel	68
 Capítulo IV – A Campanha, o Marketing a Eleição e Posse de Figueiredo	
4.1 – A Escolha do Sucessor de Geisel	71
4.2 – A Imprensa e o Lançamento do Nome do Sucessor de Geisel	75
4.3 – A Articulação da Candidatura, a Transformação e Implantação da Imagem e a Campanha de Figueiredo	80
4.4 – A Eleição e Posse do General João Baptista de Oliveira Figueiredo.	90

CONSIDERAÇÕES FINAIS 92

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 95

RESUMO

O Presente projeto de mestrado apresenta uma proposta de dissertação que visa resgatar/registrar uma parte das da história da eleição do General de Exército João Baptista de Oliveira Figueiredo. O Objetivo central desse trabalho é fazer uma revisão bibliográfica de parte da história da eleição presidencial ocorrida em 1978, buscando traçar uma relação das ações e as estratégicas pensadas e utilizadas na época na qual influenciaram outras eleições pós – período eleitoral de 1978 e que já faziam parte da gama de ferramentas utilizadas pelos candidatos aos cargos de presidente do brasil.

ABSTRACT

The present project has a master's dissertation proposal, which aims to rescue / register a part of the story of the election of Army General Joao Baptista de Oliveira Figueiredo. The central objective of this work is to do a literature review of the history of presidential elections held in 1978, trying to see a list of stocks and strategic thought and used at the time we influence other elections post - election period of 1978 and that were already part of the range of tools used by candidates for the positions of president of Brazil.

RESUMEN

El presente proyecto tiene una propuesta de tesis de maestría, cuyo objetivo es rescatar a / registrar una parte de la historia de la elección del General de Ejército Joao Baptista de Oliveira Figueiredo. El objetivo central de este trabajo es hacer una revisión de la literatura de la historia de las elecciones presidenciales celebradas en 1978, tratando de ver una lista de acciones y el pensamiento estratégico y se utiliza en el momento en que la influencia post otras elecciones - período de las elecciones de 1978 y que ya estaban parte de la gama de herramientas utilizadas por los candidatos para los cargos de presidente de Brasil.

INTRODUÇÃO

Em 1964 ocorreu no Brasil o Golpe Militar no qual as forças armadas passaram a comandar os poderes político e econômico do país, resultando em vários momentos que marcaram uma época que ficou conhecida como “Período da Ditadura Militar”, na qual envolveu movimentações políticas tornando o Brasil um país com um clima nacional de tensão e incerteza.

Durante o período de Ditadura Militar, os meios de comunicação social exerciam um papel fundamental no Brasil, eram comandados pelas Forças Armadas, no qual esse poder militar, com o Golpe de 1964, tinha o objetivo de beneficiar e enaltecer a administração militar, através da Propaganda Política, que enfatizava a ideia de que o país vinha passando por muitos problemas nas administrações anteriores, e que o melhor para o Brasil foi ter ocorrido o golpe militar, ou seja, os meios de comunicação eram utilizados pelos militares no sentido de repassar a imagem para a sociedade brasileira de que agora com o Golpe Militar, o Brasil tinha ordem. Para explicar melhor esse assunto, FICO, 2001, p. 181, afirma que “Os Militares atribuíram grande importância aos “meios de comunicação social”, principalmente o Rádio e a TV. Eles próprios, através das assessorias de relações públicas da presidência da República, entre 1969 e 1977, fizeram propaganda política através de comerciais que associavam o “milagre econômico” a presumidos traços brasileiros e à própria atuação dos governos ditatoriais”.

Em período de eleições também não eram diferentes, o Governo também fazia uso dos meios de comunicações, através de vários processos de propaganda para eleger o candidato da máquina governante. Ao estudarmos os processos de comunicação que o governo usava em períodos de regime militar, identificamos a existência da Propaganda Ideológica que de acordo com Garcia (1985, P. 10 – 11), a Propaganda Ideológica “é mais ampla e mais global. Sua função é a de formar a maior parte das ideias e convicções dos indivíduos e, com isso, orientar todo o seu comportamento social. As mensagens apresentam uma versão da realidade a partir da qual se propõe a necessidade de manter a sociedade nas condições em que se encontra ou de transformá-la em sua estrutura econômica, regime político ou sistema cultural”, esse tipo de propaganda foi muito usada no governo General Presidente Castelo

Branco, no qual Castello se beneficiou muito da imprensa e da mídia em geral, utilizando-a para permanecer sempre em evidência junto ao povo, no sentido de repassar para a sociedade brasileira a ideia de que o país na época tinha um presidente que vinha encerrar um quadro de acontecimentos negativos, e que a nova ordem era necessária para varrer o comunismo e toda a “carga de satanização” em que o próprio comunismo carrega, ou seja, Castello usava os meios de comunicação para repassar a ideia de que a chegada dos militares aos poderes econômico e político no Brasil tornava o país em uma terra boa de viver, pois a nação podia contar com alívio e confiança, a ordem no país tinha sido instaurada graças à administração militar que vinha juntamente com o Golpe de 1964.

Esse processo de utilização da comunicação através da imprensa era composto pelos meios de comunicação como o rádio, a televisão e o jornal impresso, no qual esse meios de comunicação possuíam na época o poder de influenciar e transmitir uma ideia do panorama representativo perante a sociedade brasileira em benefício do poder das forças armadas. Diante dos fatos, podemos afirmar que esse tipo de processo que o governo em período de Ditadura Militar se beneficiava era o da “Propaganda Ideológica”, que segundo GARCIA, 1985, p. 181, “Sua função parte das ideias e convicções dos indivíduos e, com isso, orientar todo o seu comportamento social”. Nesse sentido o regime militar mantinha o povo ao seu lado impondo as suas ideias através da Propaganda Ideológica.

No período de ditadura militar, em eleições governamentais o governo também fazia uso da Propaganda Eleitoral. Mesmo que as eleições fossem indiretas¹, o governo desenvolvia a Propaganda Eleitoral que possui a função de apresentar diretamente à sociedade os candidatos que estão em busca de ganhar uma eleição.

Outro tipo de Propaganda muito utilizada no período de regime militar foi a “Propaganda Política, nela o governo buscava a confirmação do poder dos militares no Congresso Nacional, já que a Propaganda Política possui um conjunto de atividades e mensagens com o objetivo de persuadir, propagar, conquistar e conservar o poder. Dessa forma, o regime militar fazia uso da Propaganda Política a seu favor, buscando manter o seu poder de governar o país.

Outra ferramenta muito usada no Período de Regime Militar era a comunicação governamental, que de acordo com TORQUATTO (1985, P. 43), a Comunicação Governamental tem o “objetivo primordial de levar à opinião pública, fato de significação,

¹ Eleição indireta é realizada pelos votos de representantes do povo, no caso do período militar, quem realizava esse tipo de eleição era o congresso nacional.

ocorridos na esfera governamental, como ampla área de comunicação social, envolve, em seu sistema e em seus fluxos, as atividades do jornalismo, das relações publicam, da publicidade e da propaganda, da editoração, do cinema, do rádio, da televisão, além de ações de comunicação informal”, partindo dessa premissa, podemos afirmar que Castello tinha o intuito de manter um entendimento de informações entre os governantes e governados, buscando a integração da união do Político com o povo. Conforme afirma TORQUATTO, 1985, p. 43, “Os sistemas autoritários utilizam a linguagem como fonte de perpetuação no poder e manutenção do sistema. O conceito de verdade é freqüentemente traduzido como a vontade do governante”. Nesse caso, a mensagem era de acordo com que o governo quisesse que fosse transmitida a nação, com o intuito de levar a opinião publica fatos de significação, ocorridos na esfera governamental fazendo com que o governo através da comunicação governamental consiga manter uma linha de comunicação a serviço de um projeto de governo.

No ano de 1978, o governo fez uso de todas as estratégias de comunicação possíveis para eleger o General de Exército João Baptista de Oliveira Figueiredo, no qual o mesmo enfrentou uma eleição indireta e sua campanha contou com a força da imprensa escrita a seu favor.

Esta pesquisa tem como objetivo principal resgatar e revisar bibliograficamente o período eleitoral de 1978 e as ações do governo que antecederam esse processo, antes e durante a campanha do Presidente General de Exército João Baptista de Oliveira Figueiredo, no intuito de recuperar a memória de uma parte da história das eleições presidenciais fazendo uma revisão bibliográfica sobre a utilização da comunicação no período eleitoral, demonstrando as leituras feitas pelos autores citados nesta pesquisa.

No final da década de 70, o comportamento da mídia no Brasil se encontrava com uma abordagem mais branda. A censura prévia já não assombrava os meios de comunicação, onde os quais publicavam matérias sobre as reivindicações estudantis, greves operárias e outras manifestações populares, que ganhavam espaço na agenda da mídia brasileira. Devido a isso, podemos afirmar que nesse período o Jornal Impresso desenvolvia uma comunicação diferenciada que a anterior, sem ter a preocupação de suas matérias serem censuradas.

O Assunto a ser pesquisado será abordado qualitativamente pelo fato de ser uma pesquisa – exploratória, tendo como um dos principais aspectos um intenso trabalho bibliográfico – documental e exige grande perseverança e paciência por parte do pesquisador.

Dessa forma, buscaremos empregar uma metodologia qualitativa, pois como afirma RICHARDSON (1985, P. 39), “estudos que empregam uma metodologia qualitativa podem descrever a complexidade de determinado problema, analisar a interação de certas variáveis, compreender e classificar processos dinâmicos vividos por grupos sociais, contribuir no processo de mudança de determinado grupo e possibilitar, em maior nível de profundidade, o entendimento das particularidades do comportamento dos indivíduos”. Sendo assim, a pesquisa compete um método qualitativo para melhor averiguação em profundidade e neutralidade por parte do pesquisador.

Dessa forma, a pesquisa documental e bibliográfica será efetuada no acervo de livros de autores que desenvolveram um trabalho de pesquisa sobre os fatos que antecederam e sucederam o período eleitoral de 1978, buscando demonstrar a realidade dos fatos ocorridos antes, durante e após o período eleitoral de 1978.

Capítulo I – A Comunicação, O Marketing Político e a Ditadura Militar no Brasil.

Desde que existem competições políticas, isto é, desde o início do mundo, a propaganda existe e desempenha o seu papel.

Jean-Marie Domenach, A Propaganda Política

1.1 – A Comunicação, o Poder e a Ditadura Militar

A Comunicação é um processo que abrange um campo muito grande em nossa sociedade, atua na forma como as pessoas se relacionam entre si, dividindo experiências, ideias, sentimentos, informações, modificando mutuamente a sociedade onde estão inseridas.

Sem a comunicação, a sociedade viveria em um mundo isolado, isto é, a Comunicação é entendida como o ato de tornar comum, de partilhar, de repartir, de associar, trocar opiniões, conferenciar. Portanto a comunicação inclui a participação, a interação, na emissão e recebimento de informações, por isso a sociedade não poderia viver sem a Comunicação, isto é, o Homem necessita e depende da Comunicação para poder conviver em grupo, em uma Sociedade.

A Comunicação também desempenha um poder sobre a sociedade, de acordo com alguns historiadores, ela sempre teve uma relação com o poder, isso se dá desde a antiguidade aos dias atuais. Ela interage com o povo e seus governantes, pois, a comunicação sempre foi um bem necessário para a conquista e a manutenção do poder. E como a conquista e o poder, sempre foram os principais objetivos de qualquer grupo ou líder político, ela sempre foi usada para mostrar as ações dos líderes, para legitimar a ordem e demonstrar quem comanda determinados grupos ou sociedades, um bom exemplo disso é a união da comunicação com o poder religioso, pois ambos andaram de mãos dadas por uma grande parte de tempo.

Para compreendermos melhor a comunicação e a sua relação com o poder, precisamos analisar a comunicação por volta do século XV, pois nessa época, começaram a surgir às primeiras concepções do Estado Moderno na qual, razoavelmente começavam a se distanciar da dominação da Igreja, e uma das principais preocupações era a comunicação e o desenvolvimento da imagem pública dos governantes perante o povo.

Isso é perceptível em um dos principais clássicos da ciência política, “O Príncipe”, uma obra desenvolvida por Maquiavel para instruir e aconselhar um nobre italiano sobre a conquista e a manutenção do poder.

Nesse livro, Maquiavel busca apresentar a importância de questões tais como o desenvolvimento de uma imagem cruel e piedosa frente ao povo, de como se deveria prometer benefícios e manter a palavra dada, além de conselhos sobre como o nobre deveria evitar ser desprezado ou odiado e como se comportar para ser considerado pela nobreza e pelo povo. Um exemplo disso é o conselho no qual ele diz para o nobre:

Deve um príncipe, contudo, ter um grande cuidado para que jamais lhe saia da boca, algo que não esteja prenhe daquelas cinco qualidades, parecendo, assim, aos que vêem e ouvem, toda piedade, toda lealdade, toda integridade, toda humanidade, toda religião. E nada mais é necessário aparentar possuir do que esta última qualidade. Os homens, em geral, julgam mais com a vista do que com o tato, eis que ver é dado a todos, sentir, aos poucos. Todos vêem o que parece ser, poucos sentem o que és; e estes poucos não ousam opor-se à opinião de muitos que contam com a majestade do Estado para a sua defesa (Maquiavel, 1995, p. 113).

Essa preocupação com a opinião pública e com a importância de conseguir a aceitação do povo desenvolvida através de um processo de comunicação bem aplicado foi também de enorme importância no Brasil, pois podemos perceber que a Propaganda Política vem sendo desenvolvida no país. Não é de hoje que a Propaganda Política vem sendo desenvolvida no Brasil, desde o Brasil república, com a eleição de Marechal Deodoro da Fonseca até os dias atuais, a Propaganda Política vem sendo implantada e utilizada para eleger os nossos governantes com o intuito de enaltecer os candidatos até mesmo um Regime, como podemos citar o ocorrido em tempos de Ditadura Militar, no qual percebe-se que a Propaganda Política foi utilizada para enaltecer o governo militar buscando a aprovação do povo e a transformação da imagem dos novos governantes.

No ano de 1964, com o Golpe Militar, o Brasil passava por uma crise gerada no governo João Goulart (1961-1964), fruto de um dos piores índices de crescimento, inflação recorde e insatisfação com a política do governo. O regime burocrático-militar tinha, então, como desafio inicial a recessão marcada pelo controle da inflação e pela política. Mesmo com todos esses desafios, os Novos Mandantes tinham uma preocupação maior, a comunicação no país, pois era necessário manter uma imagem de que a Ditadura Militar era o que havia de melhor para o país, ou seja, como o país encontrava-se com muitos problemas por causa das administrações anteriores, o melhor para o Brasil foi ter ocorrido o golpe militar, isto é, os militares queriam passar para a sociedade de que com o Golpe Militar, o Brasil tinha a ordem estabelecida, essa situação é bem explanada por FICO (2001, P.181), no qual ele afirma que:

Os Militares atribuíram grande importância aos “meios de comunicação social”, principalmente o Rádio e a TV. Eles próprios, através das assessorias de relações públicas da presidência da República, entre 1969 e 1977, fizeram propaganda política através de comerciais que associavam o “milagre econômico” a presumidos traços brasileiros e à própria atuação dos governos ditatoriais.

Dessa forma, os governantes se utilizavam dos meios de comunicação, através da Propaganda Política, para enaltecer os seus feitos em busca da conquista e da manutenção do comando do país, faziam essas ações para conquistar a aprovação da sociedade buscando demonstrar que o Brasil estava em boas mãos.

Além do uso da Propaganda Política, os militares se faziam uso de outro tipo de Propaganda para demonstrar à população os motivos pelos quais eles têm o direito de mandar, coordenar, decidir os rumos de todo o grupo, e para essa ação os governantes do Regime Militar se faziam uso da Propaganda Ideológica.

1.2 - A Propaganda Ideológica em Período de Ditadura Militar

Sabemos que em tempos de Ditadura Militar, os governantes se preocupavam em repassar uma imagem de que com os “novos mandantes” no poder o Brasil estaria em boas mãos, mas para conquistar a sociedade e o povo, era necessário se fazer uso da Propaganda Ideológica que era bem explorada nos meios de comunicação como o Rádio e a TV.

Para compreendermos melhor, precisamos ver a fundo o que é a Propaganda Ideológica, como ela atua e quais as funções que desempenha perante a sociedade. Para isso, Garcia (1990, P.37) explica que:

Antes de ingressar na discussão do controle ideológico e da propaganda, é necessário considerar os elementos essenciais da ideologia dominante, que forneceram a base e o sentido de sua realização. Tendo em vista que o nosso estudo se concentra na comunicação oficial e, além disso, considerando o fato de que a classe dominante, após 1964, abriu mão da condução direta da política, confiando-a aos ocupantes dos órgãos do governo, ficaremos restritos ao ideário assumido no âmbito do Estado.

Partindo dessa premissa, podemos considerar que no ano de 1964, o Brasil passava a considerar novas ideologias implantadas pelos novos governantes, nesse caso, para essa ideologia ser repassada à sociedade, os governantes se fazia uso do controle ideológico, e para se conseguir esse controle, era necessário o uso de um processo de comunicação desenvolvido pelos órgãos responsáveis da presidência, com o intuito de trabalhar a imagem e o controle ideológico para que a sociedade possa ser persuadida a aceitar o Golpe de 1964.

Sabemos que vários governantes vêm utilizando a Propaganda ideológica para a conquista da sociedade, mas o que é a Propaganda Ideológica? Como ela atua? De que forma é usufruída pelos políticos? E de que forma é implantada em um processo de comunicação com o intuito de transformar a imagem de um governo? Para responder essas questões, é necessário buscarmos afirmações que nos mostre de fato, a Propaganda Ideológica e o seu desenvolvimento em processo de comunicação governamental.

O Fato é que a Propaganda Ideológica proporciona outra forma bem mais complexa de propaganda, ou seja, a Propaganda Ideológica, conforme Garcia (1985, P. 10 – 11), “é mais ampla e mais global. Sua função é a de formar a maior parte das ideias e convicções dos indivíduos e, com isso, orientar todo o seu comportamento social. As mensagens apresentam uma versão da realidade a partir da qual se propõe a necessidade de manter a sociedade nas condições em que se encontra ou de transformá-la em sua estrutura econômica, regime político ou sistema cultural”.

No caso do período da Ditadura Militar, os governantes usavam a Propaganda Ideológica para justificar o Golpe de 1964, usando a situação econômica do país como o principal motivo para o ocorrido, além de informar à sociedade de que a ordem iria ser restabelecida e que “quando o Brasil fosse organizado economicamente e tivesse a sua ordem total restabelecida, o poder iria ser devolvido aos civis”, essas eram as ideologias repassadas ao povo no período de 1964.

Nesse contexto, podemos verificar que a ideologia a ser repassada para a sociedade, no período de 1964, configurava-se em uma ideologia de que “o melhor para o Brasil foi ter ocorrido o golpe militar”, pois conforme os acontecimentos, o país estava sofrendo com a administração corrupta anterior e precisava ter a ordem restabelecida, isto é, os militares se esforçavam muito em afirmar que o principal motivo para que acontecesse o Golpe de 1964, era o “colapso econômico” que o Brasil estava sofrendo.

A Ideia era justificar ao povo brasileiro o Golpe de 1964, mas era preciso que essa justificativa fosse plausível e aceitável pela sociedade para que não ocorressem indignações e revoltas, causando assim revoluções. Para isso a comunicação governamental desenvolvida pela AERP (Assessoria Especial de Relações Públicas da Presidência) na década de 1970, buscava seduzir a população com um fato que o Brasil estava necessitado de ajuda, e com o Golpe de 1964 e a permanência dos militares no poder, o Brasil estava sendo muito bem governado. Quem explana isso muito bem é TORQUATTO (1985, P.46), no qual ele afirma que:

Estava em cena todo um referencial de valores relacionados ao “milagre econômico”, entre eles a consciência de pertinência, a consciência que tem os indivíduos de sua posição social, a criatividade pessoal, manifestações que foi bastante manipulada por meio do futebol, que canalizou o background cultural arcaico brasileiro com os prodígios de criatividade nos estádios, numa orquestração dirigida pelo sistema estatal.

Com todo esse trabalho desenvolvido, os militares conseguiram por um tempo fazer a sociedade engolir a “ideia” de que o Brasil era um país de sorte em ser comandado pelas Forças Armadas.

1.3 - A Propaganda Eleitoral

A Propaganda está inclusa no nosso dia-a-dia, seja na televisão, no rádio, em cartazes de rua ou em jornal impresso, não importa o lugar, mesmo que não queiramos, não adianta, aonde vamos estamos rodeado de propagandas tentando despertar a nossa atenção com mensagens, que nos convidam a experimentar um determinado produto ou a utilizar um serviço.

Em período eleitoral, além da Propaganda Publicitária, nos deparamos com a Propaganda Eleitoral, no qual possui a função de apresentar diretamente à sociedade os candidatos que estão em busca de ganhar uma eleição, para compreendermos melhor, verificamos as afirmações de Garcia (1985, P. 08), no qual o autor explica que:

A Propaganda Eleitoral, geralmente é realizada em vésperas de eleições. Suas mensagens, veiculadas pelos meios de comunicação ou divulgadas diretamente através de discursos e apelos pessoais, convidam a votar em determinados candidatos, enaltecem suas qualidades positivas e informam sobre as obras que realizou no passado e as que irá fazer no futuro, se eleito.

Dessa forma, podemos concluir que a Propaganda Eleitoral, tem a função de apresentar o candidato diretamente ao eleitor, exaltando o candidato com apelos pessoais e com o grande objetivo primordial que é o convite do voto.

Em período de Ditadura Militar, a Propaganda Eleitoral também desempenhava seu papel, mesmo com eleições indiretas, na qual quem escolhia o Presidente do País era o Congresso Nacional, mesmo assim, eram desenvolvidas Propagandas Eleitorais em período de eleição em busca do voto dos líderes do Planalto Nacional.

No período de 1968 a 1973, o Brasil estava vivendo um intenso crescimento econômico que foi capaz de colocar o país entre as principais economias do mundo. Essa situação de boa condição brasileira foi extremamente aproveitada pelos militares para disfarçar a realidade opressora que a ditadura oferecia. Desde o momento em que o golpe de Estado foi dado, colocando generais na presidência, as medidas de censura e repressão foram se intensificando no Brasil, o que ficou marcado pelos sucessivos decretos conhecidos como **Atos Institucionais**.

Em 1968 foi decretado o **Ato Institucional Número 5**, reconhecido como o mais severo de todos eles, oficializando a censura e barrando os artifícios da constituição brasileira que poderiam de algum modo favorecer aos opositores do regime militar. Com o AI – 5, o governo militar se utilizou do controle das Comunicações para comandar a imprensa, principalmente o Rádio, a TV e o Jornal Impresso com o intuito de propagar as ações do governo através de comerciais e divulgar as propagandas eleitorais nos meios de comunicação de massa. Nessa época o Governo mantinha a Censura, que era um rígido controle dos meios de comunicação de massa da época, isso permitia que o governo se fizesse uso da Propaganda eleitoral sem limites, pois de acordo com o projeto de lei do deputado carioca Aduino Lúcio Cardoso (UDN), no qual o projeto de lei definiu regras, contendo um espectro político que permitia um amplo debate, foi aprovado e transformado em lei, que permitiu no período de 1962 a 1974, o direito de a propaganda eleitoral gratuita ser caracterizada como exercício de debate democrático, livre, sem censura e num importante aspecto privilegiou o debate regional. Essa história de propaganda unificada, num só horário, a entrada de marqueteiros, foi consequência dos limites impostos pela ditadura militar com a derrota nas eleições regionais em 1974.

Ao assumir o Governo, o General Ernesto Geisel enfrentou o fim do chamado "milagre econômico", com a redução do crescimento econômico e a alta da inflação, nesse contexto, o General Geisel buscou superar esse quadro desfavorável, agravado pela vitória expressiva da oposição nas eleições parlamentares de 1974, apresentando um projeto de abertura política "lenta, gradual e segura com vistas à reimplantação do sistema democrático no país". Contudo isso, esse Período ficou marcado por conflitos políticos e sociais, já que o processo de redemocratização entrava em choque com interesses dos militares. Num processo gradual, o governo permitiu a realização, em 1974, da propaganda eleitoral pela primeira vez desde a instituição do AI-5 (Ato Institucional número 5). Os candidatos do MDB (Movimento Democrático Brasileiro), partido da oposição, à Câmara dos Deputados e ao Senado obtiveram vitória nos principais Estados do país, aumentando consideravelmente a bancada oposicionista nos dois órgãos governamentais.

No ano de 1976, buscando impedir o avanço da oposição no poder, o General Ernesto Geisel lançou a Lei Falcão que regulamentou a propaganda eleitoral pelo rádio e pela televisão na qual permitia apenas a divulgação do nome e do número do candidato, acompanhados por uma fotografia. Era uma forma de impedir o debate político e novas vitórias do MDB.

Em 1977, o presidente fechou o Congresso e impôs um conjunto de leis que ficou conhecido como "pacote de abril", determinando eleições indiretas para os governos dos Estados em 1978, ampliando o mandato presidencial para seis anos, restringindo a representação política dos Estados onde a oposição era mais forte e criando a figura do "senador biônico", que era nomeado pelo governo e não escolhido por meio de eleições. Dessa forma, seguindo essas novas regras, o governo conseguiu manter a maioria parlamentar, apesar de o MDB - partido de oposição - ter conseguido um número de votos superior aos da Arena, nas eleições de 1978.

Contudo isso, vale ressaltar que a Propaganda Eleitoral atuava fortemente nas eleições do Regime Militar, buscava fortalecer a Bancada Governista e proporcionava a vitória do governo em eleições indiretas no Congresso Nacional.

1.3.1– A Propaganda Política

A Propaganda Política também exerceu um papel fundamental nas eleições do Período de Regime Militar, era um instrumento poderoso para a confirmação do poder dos Militares no Congresso Nacional.

Para entendermos melhor a atuação da Propaganda Política no Período de Ditadura Militar, necessitamos entendê-la, para isso, TORQUATTO (1985, P. 78), conceitua a Propaganda Política da seguinte forma:

Propaganda é o Conjunto das atividades e mensagens com cunho eminentemente persuasivo, Propaganda Política é uma de suas modalidades. Objetivo da Propaganda Política: a conquista e a conservação do poder. Integra, igualmente, o composto de Marketing.

Nesse contexto, podemos afirmar que os militares se faziam uso da Propaganda Política, com o intuito de conquista e conservação do poder, pois era importante para os militares fazer com que a sociedade aceitasse seu poder e permanência no Congresso Nacional, fazendo assim com que a sociedade não manifestasse nenhuma revolta, muito menos revolução partidária.

De acordo com TCHAKOTINE (1967), as pessoas sempre reagem de formato diferente umas das outras em relação à mensagem, ou seja, a mentalidade dos diversos grupos sociais exige que a propaganda seja, da mesma maneira, diversificada, isto é, ele afirma que não se pode acreditar que na Propaganda Política “basta achar uma fórmula feliz, um símbolo ou um slogan, para ter assegurado o sucesso, como se fosse uma questão de publicidade comercial de um artigo qualquer”, (TCHAKOTINE, 1967, P. 290), nesse sentido, TCHAKOTINE explica que a Propaganda Política não possui um formato, uma receita de bolo a seguir, o que na verdade a Propaganda Política se baseia é na referência à transmissão de idéias políticas usando os meios de comunicação de massa, tornando-se assim, a Propaganda Política mais usada pelos partidos políticos democráticos.

A Propaganda Política Racional está mais ligada aos interesses econômicos que, normalmente se sobressaem nesse tipo de campanha, como por exemplo, a Propaganda Política desenvolvida em período de Ditadura Militar, na qual o governo usava a Propaganda Política Racional, com o objetivo de repassar a mensagem, através dos meios de comunicação de massa, que o país era mais bem governado pelos militares, pois o “milagre econômico” era o resultado da administração militar. Dessa forma, a sociedade era persuadida a pensar que não existia ninguém melhor para comandar o país e manter a economia em alta.

Outro fator que beneficiava os militares, era a Censura, com ela o governo mantinha o poder de censurar os meios de comunicação, controlando tudo que ia ao ar, tanto nas rádios, como na televisão e nos jornais impressos, fazendo com que não fosse divulgado, muito menos publicado nada que desabonasse o governo do Regime Militar. Conforme GARCIA, (1990, P.79), é verdadeiro afirmar que:

Outro instrumento do controle foi a Censura Policial. A partir do momento em que se verifica o conteúdo, a forma e a intensidade das proibições, percebe-se que a censura teve um caráter mais amplo do que possa parecer a uma visão mais superficial. A Impressão mais imediata é a de que se tratava de uma atividade meramente negativa, que proibia a difusão de algumas informações porque seu conhecimento seria inconveniente para determinados setores da sociedade.

Nesse sentido, ao pesquisar a Censura no Regime Militar, podemos perceber que ela desenvolveu um papel no qual agia de forma negativa, tinha o objetivo de mascarar, de esconder, de não divulgar e muito menos publicar informações que desabonasse o governo militar, a censura só deixava ser divulgadas informações nos veículos de comunicação que vinham a enaltecer o governo militar.

A Censura nos meios de Comunicação atuou, durante o período de Ditadura Militar, como um controle que impedia a Liberdade de Expressão, ou seja, a Censura criminalizava certas ações de comunicação, ou até a tentativa de exercer essa comunicação, e seu poder era usado em benefício do Governo Militar, que comandava o país na época do período de Regime Militar. Segundo GARCIA (1990, P. 80), a censura fez:

“na realidade, foi escolher dentre as infinidades de notícias e informações disponíveis as que deviam ser bloqueadas e as que podiam ser liberadas, criando assim uma imagem unidimensional da realidade”.

Seguindo esse contexto, podemos afirmar ainda que a Censura proporcionava a manutenção do poder dos militares, evitando assim alterações de pensamentos de determinado grupo e a consequente vontade de mudança, fazendo com que a sociedade não fosse influenciadas e muito menos manipulada com ideias que levassem o povo cometerem o ato de revolução, ou seja, a Censura tinha o objetivo de influenciar e manipular a opinião pública de forma a evitar que outras ideias, que não as predominantes ou dominantes tenham receptividade.

Um outro exemplo de como a Censura mantinha uma linha dura com os meios de comunicação, é explanado por GARCIA (1990, P. 80), no qual ele afirma que:

Três anos após o golpe, começaram a serem elaboradas e promulgadas as normas que deveriam dar apoio legal às ações censórias. A Legislação atribuiu funções extraordinárias às autoridades, de tal forma que adquiriram poder de vida e morte sobre os meios de comunicação. Esse poder se ampliava à medida que os critérios, pelos quais se definiam as condições em que era possível aplicar determinadas sanções, eram tão amplos e vagos, que dependiam, basicamente, da capacidade de interpretação do Censor.

O Que GARCIA afirma nesta colocação é, que junto com a Censura, os militares criaram leis e decretos que beneficiavam somente a Censura, e ainda dava poder a ela, de fechar ou não um veículo de comunicação, isso caso, o veículo não se sujeitasse a ser autocensurado pelo governo. Dessa forma, os militares comandaram por anos o Brasil, controlando tudo e toda informação a ser divulgada, sem que a sociedade pudesse ter acesso às notícias válidas sobre qualquer tipo de informação que não fosse aprovada pelo Regime Militar.

1.3.2– Os Tipos de Propaganda Política

Sabemos que a Propaganda Política vem sendo desenvolvida em todo o mundo desde século XX, configurou-se como um instrumento poderoso para a confirmação do poder ou para o estabelecimento de novas formas de poder, possui um costume permanente que visa propagar idéias relacionadas a determinados grupos que ocupa o poder ou que pretende chegar ao poder.

Partindo dessa premissa, podemos afirmar que a Propaganda Política desenvolve um poder de persuasão no qual se baseia o objetivo de influenciar, em determinado sentido, as opiniões e as atitudes do povo, fazendo com que sejam persuadidos a aceitar e votar nos político que almejam vencer uma eleição.

Segundo TCHAKOTINE, a Propaganda Política se divide em duas maneiras distintas, ou seja, uma trabalha com a persuasão pelo raciocínio (Racio – Propaganda), e a outra trabalha por sugestão (senso – propaganda). Conforme essa divisão,

TCHAKOTINE (1967, P. 353-354), afirma que na Propaganda Política Racional (Racio – Propaganda):

Suas modalidades são conhecidas: jornais, discursos pelo rádio, reuniões com debates, brochuras e boletins, enfim, a propaganda pessoal ou de porta em porta, quando os propagandistas vão às portas das pessoas que lhe interessam para tentar demonstrar-lhes os fundamentos de seus programas e persuadi-las a se inscrever no partido que representavam, a votar nele, etc.

Dessa forma, podemos ver que esse tipo de propaganda é mais utilizado quando os interesses econômicos estão ligados à campanha, pois normalmente esses interesses se sobressaem nesse tipo de campanha, e segundo o autor, a propaganda racional é dependente de um bom planejamento, ou seja, o Plano de Campanha, conforme batizado pelo autor, no qual deve-se basear-se na relação abaixo, para o sucesso da eleição.

- a) A Diferenciação dos grupos de indivíduos a influenciar;
- b) O estabelecimento dos objetivos psicológicos a atingir nos elementos de cada grupo;
- c) A criação de órgãos para realizar a ação no sentido desses fins;
- d) A criação, por esses órgãos, de formas de ação de propaganda;
- e) A distribuição das ações no espaço e no tempo (estabelecimento de um plano de campanha).
- f) A Coordenação dessas ações;
- g) O Controle da campanha, especialmente na preparação das ações e de seus efeitos.

Seguindo esse plano, o autor afirma que provavelmente a campanha terá um sucesso promissor, correndo riscos muito pequenos de se perder uma eleição.

Para a Senso – Propaganda, TCHAKOTINE (1967), explica que esse tipo de propaganda se fundamenta na persuasão por sugestão, ou seja, articula sobre os tipos de ação que a propaganda política pode exercer no seio da sociedade, isto é, “ao primeiro [Persuasão], interessam a doutrina e as noções técnicas destinadas a manobrar as massas. Ao segundo [Sugestão], importa encontrar, pela doutrina, os equivalentes de uma mística e expressão sugestivas, os ritos, os símbolos, os slogans” (TCHAKOTINE, 1967, P. 550).

Dessa forma, se podem diferenciar as diversas manifestações da comunicação política, no qual essa última apresentação de TCHAKOTINE (1967) demonstra uma referência à utilização de instrumentos e mecanismos, como no caso da propaganda eleitoral citada anteriormente.

1.4– A Comunicação Governamental e o Marketing Político no Regime Militar

A Comunicação Governamental vem sendo desenvolvida para manter um entendimento de informações entre os governantes e governados, buscando assim integrar a união do Político com o povo.

Ao observarmos a comunicação governamental, percebemos que sua principal fonte de poder é a “Linguagem da Política”, pois essa linguagem desempenha um papel fundamental, onde proporciona discursos baseados na emotividade, oratória sábia e manipulação sutil, buscando assim conquistar o apoio do povo para com o seu governante.

No Brasil sobre a liderança do Regime Militar, a comunicação governamental também desempenhou um papel importante, conforme analisamos a comunicação governamental e seu desenvolvimento, descobrimos que cada sistema político possui sua linguagem. Dessa forma, ao verificarmos as afirmações de TORQUATTO (1985, P. 43), vemos que:

Os sistemas autoritários utilizam a linguagem como fonte de perpetuação no poder e manutenção do sistema. O conceito de verdade é freqüentemente traduzido como a vontade do governante.

Portanto, podemos afirmar que a Comunicação Governamental do Regime Militar, se resume na propagação unilateral, repetitiva, retumbante, destinada a associar-se com multidões, levando informações que enalteciam os governantes e deixando o povo a par das notícias que beneficiavam seus mandantes.

Sabemos que a Comunicação Governamental é uma necessidade social, baseada em uma infra-estrutura de sustentação do poder, que por meios de suas redes, os segmentos sociais tomam conhecimento do que se passa nos setores do Governo e por sua mediação, transmitem aos governantes suas expectativas e desejos, pode ser entendida como via de duas mãos, no qual leva e traz informações para ambas as partes, fazendo com que haja uma concepção de valores e conceitos sobre os desejos almejados pela sociedade perante o governo em exercício.

Mesmo sabendo como a Comunicação Governamental atua num sistema de poder, devemos nos ater em seu conceito, pois devemos primeiramente buscar o seu conceito e seus objetivos, para entendermos o seu papel em um processo de Marketing Político. De acordo com TORQUATTO (1985, P. 44), procura conceituar a Comunicação Governamental da seguinte forma:

Deve-se entender por comunicação governamental a vasta rede formal criada e localizada no interior das organizações governamentais. Seu objetivo primordial é levar à opinião pública fatos de significação, ocorridos na esfera governamental, como ampla área de comunicação social, envolve, em seu sistema e em seus fluxos, as atividades do jornalismo, das relações públicas, da publicidade e da propaganda, da editoração, do cinema, do rádio, da televisão, além de ações de comunicação informal.

De acordo com essas afirmações, a Comunicação Governamental é uma organização que atua dentro do sistema das disposições governamentais, com o objetivo principal de levar à opinião pública, as ocorrências com significação que ocorreram na esfera governamental, no qual a ela envolve todas as áreas da comunicação e seus segmentos como a editoração e as ações de comunicação informal. Dessa forma, podemos entender que a Comunicação Governamental desempenha um papel fundamental no qual permite os governantes manter uma linha de comunicação perante o seu povo, dentro e fora do sem âmbito governamental, tornando-se um complexo de comunicação a serviço de um projeto de governo.

Essa complexa comunicação atua com uma concretização baseada na rotina diária dos Briefings da sala de Imprensa da Presidência, no qual passa pela programação institucional das propagandas que serão veiculadas na televisão e no rádio, passa na rede impressa de boletins, jornais, revistas especializadas, folhetos, panfletos, folders,

espalhados pelos milhares de instituições e empresas governamentais, buscando projetar a política de fixação de imagem para os planos, programas e obras desenvolvidas pelo governo, e vai, de Brasília, sede do Governo Federal, e chega às pequenas comunidades rurais do interior do Brasil.

Nesse sentido, podemos perceber que a Comunicação Governamental possui uma importância fundamental para o Governo Federal, e em tempos de Ditadura Militar, a Comunicação Governamental também possuía um desempenho primordial para a manutenção e permanência dos militares no poder.

O Modelo de Comunicação Governamental exercida hoje pelo governo vem de uma herança herdada pelo Regime Militar, que se iniciou na década de 1970, sob os domínios da AERP (Assessoria Especial de Relações Públicas da Presidência), e acompanhou a evolução da sociedade desde a linha Dura de Médici até a abertura “lenta e Gradual” de Geisel no final da década de 1970, período esse que as relações com os meios de comunicação e a sociedade passaram, sem dúvida, a terem uma relação mais cordial e mais profissional.

Quando o Governo foi repassado ao General João Figueiredo, a situação entre a comunicação e a sociedade teve uma nova direção, pois ao assumir o poder, o General Figueiredo empunhou uma estrutura especial de comunicação, inspirada em modelos internacionais como o Venezuelano, o Francês e até mesmo o Norte-Americano. Contudo, esse modelo federal inspirou modelos estaduais, como o de São Paulo, Minas Gerais, Ceará e também os municipais, como Porto Alegre, São Luiz e Manaus.

Outro fator que devemos dar uma importância é a forma como a Comunicação Governamental procurou respaldar-se na necessidade do Governo de manter linhas e formas de comunicação para com a sociedade, tencionando sua imagem perante o povo, no entanto sem procurar inquirir seus anseios e preocupações. A Comunicação Governamental do Regime militar abriu caminhos para a Prática do Marketing Político, pois os governantes precisavam de um processo estratégico para designar as atividades focadas na promoção de parlamentares (vereadores, deputados, senadores), membros do poder executivo (presidentes da República, governadores, ministros) e partidos políticos, tendo em vista situá-los positivamente junto aos seus eleitores, comunidades, públicos especiais (como os jornalistas) e à própria opinião pública. Essa atividade, altamente profissionalizada e reconhecida em outros países, como os EUA e a Europa, é

uma prática recente no Brasil, e vem evoluindo de tal forma que podemos perceber que a política brasileira tende a receber tratamento cada vez mais profissional.

No Período de Ditadura Militar, o Marketing Político teve a sua atuação, pois o governo precisava montar uma estrutura de um sistema de comunicação que cuidasse da imagem pública do governo, no qual era necessário superar um embate interno militar, passando pelas recusas de governantes (caso do marechal Castello Branco) e de outras personalidades e de setores militares que temiam o estigma da propaganda política, associando-a ao DIP (Departamento Interno de Propaganda, ao excesso de personalismo do Estado Novo e aos exemplos dos regimes nazifascistas. Sobre o fato, Carlos Fico comenta:

“(...) não parece abusivo afirmar que a criação do órgão deveu-se menos às injunções da conjuntura, e mais a uma vitória parcial de certo ponto de vista doutrinário (...) que defendia a necessidade da propaganda contra aqueles que julgavam que a ‘verdade’ se impõe por si só”

A Criação do DIP veio reforçar ao Governo a formular princípios (legitimidade, impessoalidade e verdade) e padrões operacionais (integração e eficiência) que norteariam as ações do governo na área de comunicação social. Não nos propomos aqui a alinhar detalhadamente todas as características que viriam a especificar essa propaganda política, mas sim tentar esboçar a forma de apreensão da realidade efetuada por esta propaganda e veiculada em suas mensagens, essa estratégia foi desenvolvida com base no Marketing Político Governamental, que tem por objetivo empenhar em um plano para cultivar a atenção, o interesse e a preferência de um mercado de eleitores, buscando assim legitimar o poder.

Em Marketing Político percebemos que sua base é a estratégia, nesse caso TORQUATO (1985, P. 14), as define da seguinte forma:

Existem três alternativas estratégicas: o Marketing não diferenciado, o Marketing diferenciado e o Marketing concentrado. A Primeira serve para o político projetar sua mensagem de maneira massiva, dirigindo-se a todos, indistintamente. Muito inadequada em alguns Estados onde a polarização política é forte, com segmentos exigindo atenções e tratamento dirigido. A segunda é apropriada para o político planejar sua campanha com mensagens aos diversos segmentos de eleitores. Com isso, ele visa a atingir impacto em agrupamentos diferenciados. Há nesse caso certo perigo de “canabalização” de mensagens, com determinados programa eclipsando outros, principalmente se os segmentos eleitorais estão próximos. A terceira alternativa é adequada para se trabalhar especificamente determinada faixa de eleitores, concentrando-se a força da campanha numa única fatia do mercado.

Ao identificarmos essas estratégicas, podemos afirmar que no período de Ditadura Militar, o Governo se fez uso da estratégia de marketing não diferenciada, pois esse tipo de estratégia faz com que o político possa projetar mensagens de maneira massiva, dirigindo-se a sociedade indistintamente, como a Comunicação governamental da época, buscava a sustentação do poder perante a sociedade, o método então era elaborar mensagens que levavam uma ideologia e que pudesse ser compreendida como um todo, na busca da conquista e manutenção do poder.

Nesse contexto podemos concluir que a Comunicação Governamental e o Marketing Político andam juntos e desenvolveram um papel fundamental no período do Regime Militar, onde a sua estratégia de Marketing Político foi desenvolvida com base na estratégia de marketing não diferenciado, que por sua vez se fazia uso excessivo da mídia para difundir suas ideologias, ou seja, usavam um plano no qual desenvolviam as mensagens com suas ideologias e faziam com que chegavam aos lares brasileiros, através dos meios de comunicação de massa, principalmente a televisão, os Jornais, revistas e o rádio. O Grande Artífice das propagandas políticas do Regime Militar brasileiro foi o coronel Octávio Costa, que desenvolveu trabalhos bastante sutis que

proporcionava leveza e versatilidade aos filmes de publicidade apresentado pela AERPP.

Outro fator que nos chama a atenção é com relação à organização, pois é fato que a Comunicação Governamental e o Marketing Político desenvolvido na época, foram de tal forma, o mais organizado e aplicado, ou seja, naquela época os militares desenvolviam campanhas sofisticadas, elaboradas no seio da Presidência da República, com caráter utópico, que sempre exaltava o Brasil e o poder dos brasileiros, onde em plena ditadura falavam em participação e amor, no qual eram cultuados valores morais e relações familiares, com noções de educação e civilidade, com belas imagens e músicas envolventes, com frases do tipo: **“Ninguém segura o Brasil”**.

É a partir do movimento de homogeneidade do imaginário da nação que surge outra faceta do conteúdo que norteia a pátria, a **moral**. Nesse aspecto, a pátria, seus símbolos e valores são regulados de forma a construir uma identidade aos membros da nação brasileira, tudo isso embasado na criação de ideologias que induziam o povo brasileiro a acreditar que o país tinha a melhor administração, e o poder militar era a melhor escolha para permanecer no poder.

Capítulo II – A Ditadura Militar – Do Golpe 1964 ao Governo do General Geisel.

2.1 – O Golpe de 1964

Os anos sessenta foram marcados por ser uma década acometida pelo apogeu mundial de uma guerra fria entre os Estados Unidos e a União Soviética, que em uma disputa entre os blocos capitalista e comunista que atingiam todos os países no aspecto de incertezas e especulações, no qual o Brasil foi envolvido esporadicamente.

Naquela época, o país politicamente estava passando por um momento crítico, nossa economia estava em recessão e a inflação estava cada vez mais alta, e isso deixava o ambiente social inquieto, pois no ano de 1964 cogitava-se uma inflação de 140%.

Outro fator que vinha preocupando o país era o fato de que nesse mesmo ano, os temores da esquerda ganhavam força em relação à aplicação de um golpe política por parte da direita. No que por sua vez, a direita temia que o presidente João Goulart (PTB), com o apoio da esquerda, se perpetuasse no poder, transformando o país numa nação comunista, com grande influência soviética.

A renúncia do então presidente Jânio Quadros (UDN) em 25 de agosto de 1961 causou ao Brasil uma crise constitucional, na qual preocupava os militares e esse fato os levou ao golpe de 1964 realizado por eles com o intuito de impedir que o país fosse governado pelos comunistas, ou melhor, pela União Soviética.

Esse movimento militar junto com uma parcela Elitista-Conservadora da Sociedade Brasileira, ganhou ímpeto após o comício presidencial realizado na Central do Brasil, no centro do Rio de Janeiro em 13 de março de 1964. Naquela noite João Goulart conflagrou o povo presente com palavras que instigavam diversas reformas, inclusive a constitucional, a tributária e a educacional.

No Palanque do Presidente estavam reunidos ministros e assessores de seu governo, como também os líderes esquerdistas Leonel Brizola, Miguel Arraes e Luís Carlos Prestes, que estavam diante de uma platéia demonstrando total apoio ao Presidente João Goulart e as suas reformas e decretos anunciados nesse mesmo dia, pois de acordo com Daniel Aarão Reis:

O Primeiro – e único – comício realizou-se em 13 de março de 1964. Um sucesso. Reuniram-se todas as esquerdas, mas

de 350 mil pessoas, na defesa exaltada das reformas e na celebração dos decretos assinados, expropriando pequenas refinarias particulares e abrindo caminho para a reforma agrária, ao prever a possibilidade de desapropriação de terras improdutivas ao longo dos eixos rodovias e ferroviários. Um valor mais simbólico do que real, mas indicando uma direção à radicalização e do enfretamento. As forças desencadeadas das reformas.

Esse comício demonstrou que a esquerda estava ganhando força, o que deixou os militares com medo do país ser acometido pelo comunismo, conforme Couto, 2003, p. 44:

Diante da platéia Goulart anunciou a dispensa dos serviços das refinarias particulares de petróleo e em seguida assinou o decreto de fortalecimento da Superintendência da Reforma Agrária.

Os militares receberam esse pronunciamento como uma demonstração da supremacia da esquerda radical no governo. Incriminam o presidente Goulart de estar preparando um golpe comunista no país, responsabilizam-no também pela crise econômica, com inflação de 79,9% no ano anterior, problemas de abastecimento, recessão e outro que faziam parte dos problemas que estavam acontecendo no Brasil.

Contudo isso, a reação veio imediata, segundo Daniel Aarão Reis, 2005, p. 30:

No dia 19, em São Paulo, desenrolou-se uma primeira Marcha da Família com Deus pela Liberdade. As direitas unidas, alarmadas, aparentando decisão, também foram às ruas, cerca de 500 mil pessoas. Outras Marchas seguiram em várias cidades, em processo até hoje mal estudado. As forças desencadeadas da contra-reforma.

Esse manifesto também contou com o apoio dos jornais O Estado de São Paulo, Folha de São Paulo, o Globo e outros, que solicitavam as pessoas para a manifestação e a maioria demonstravam uma simpatia com relação à possibilidade do Brasil ser acometido com um golpe militar que aconteceu em 1964.

No dia 20 de Março, a crise institucional pela qual o Brasil passava cresceu, com isso os militares das mais altas patentes intensificaram as conversas conspiratórias. Em vista a tantas instabilidades políticas, a Associação dos Marinheiros e fuzileiros Navais, protestaram por melhores salários, no qual o seu principal líder era o Marinheiro José

Anselmo dos Santos, conhecido com cabo Anselmo, que anos depois, foi trabalhar como informante do Centro de Informações da Marinha (CENIMAR), isto é, passou de líder dos “rebeldes” a delator dos mesmos.

Contudo isso, o Ministro da Marinha (Sílvio Mota) ficou incomodado com a situação e decretou a prisão dos líderes do movimento em 24 de março, depois ao serem libertados, os líderes do movimento marcharam pelas ruas e avenidas do Rio de Janeiro, após o acontecimento o Ministro Mota deixou o ministério sentindo-se desrespeitado e desprestigiado com a situação.

A Marinha com um novo ministro, o Almirante Paulo Mário da Cunha Rodrigues, deixou a Marinha em uma situação complicada politicamente, pois o Almirante não possuía prestígio junto à Marinha e isso aumentava mais ainda a instabilidade política no país, causando certo descontentamento com os militares levando-os a decidirem a derrubada do Presidente em solo oficial.

Outro fator que induziu os militares a tirarem o mandato do Presidente Goulart, foi um discurso que o próprio fez em 30 de Março de 1964 no Automóvel Clube, no qual ele ressaltou que os sargentos eram as figuras do exército mais leais, dessa forma o Presidente Goulart assinou sua sentença política, pois nesse discurso, suas palavras eram agressivas e demonstravam que o problema da crise no Brasil era ocasionado pelos “privilegiados que vivem de olhos voltados para o passado, e temem enfrentar o luminoso futuro que se abrirá à democracia pela integração de milhões de patrícios nosso” (GASPARI, 2002, p. 63). Com esse discurso, o Presidente Goulart definitivamente deu um ponto final em sua carreira política e no seu governo.

O Passo principal para a largada e tomada do País pelos militares foi dado em Juiz de Fora (MG), pelo então General Olympio Mourão Filho, comandante da IV Região Militar sediada em Juiz de Fora.

Com o apoio do Governador Mineiro Magalhães Pinto, o General Mourão resolveu agir por conta própria sem esperar pelos conspiradores do Rio e de São Paulo, e nas primeiras horas da manhã do dia 31 de março de 1964, o General deu início ao deslocamento de suas tropas ao estado do Rio de Janeiro com o intuito de derrubar o

Presidente João Goulart, pois de acordo com GASPARI, (2002, P. 57) o General Mourão tinha em sua mente o seguinte raciocínio:

A Ideia de Mourão era derrubar Jango através de um golpe fulminante que denominava *Operação Popeye*. Desceria de seu quartel, em Juiz de fora, a 150 quilômetros do Rio, com uma tropa pequena e bem treinada. Acreditava que poderia tomar de assalto o prédio do Ministério da Guerra em menos de 24 horas.

De acordo com essa premissa o General seguiu adiante com suas tropas em direção ao Rio de Janeiro na madrugada do dia 31 de março de 1964, esse fato foi decisivo para o Golpe, pois devido ao fato de se espalhar a notícia de que tropas mineiras avançavam em rumo ao palácio do governo, o país previa que uma guerra estava prestes a estourar naquele momento.

A notícia corria o país de ponta a ponta, na manhã do dia 31, o *Jornal do Brasil* começou a circular e segundo GASPARI, (2007, P. 67) o Jornal:

Trazia um artigo de Carlos Castello Branco Intitulado “Minas desencadeia uma luta contra Jango”. Registrava dois prognósticos da liderança oposicionista para um “desfecho da situação nacional”. Num, ele ocorreria em 24 horas. Noutro, em 72. Dava conta de que a oposição poderia tentar transferir a sede do Congresso Nacional para São Paulo ou Belo Horizonte. Admitiu a possibilidade de uma renúncia teatral de Jango.

Conforme a notícia corria o país, os conspiradores do Golpe iam se armando para a grande tomada do Brasil. Mesmo com o circo se fechando em torno do Presidente João Goulart, o mesmo não acreditava e muito menos dava credibilidade aos fatos. Segundo CHAGAS, 1985, p. 19:

O Presidente João Goulart demorou a ser informado sobre o golpe para depô-lo e mais ainda para acreditar que ele teria algum êxito. Ele confiava no “dispositivo militar” que supostamente o apoiava em toda Nação e que fora criado

pelo chefe do gabinete militar, o general Assis Brasil. Ao meio dia de 31 de março de 1964, rádios de Minas Gerais já noticiavam que o estado estava em guerra contra a União e no Palácio das Laranjeiras (sede do governo federal) ninguém se mexia.

Em torno ao meio que o cerco se fechava, o Presidente João Goulart permanecia acuadao no Palácio das Laranjeiras, logo por volta de 22 horas e 30 minutos do dia 31 de março, o Presidente Goulart foi surpreendido por um telefonema do General Kruehl, ex-chefe do Gabinete Militar, em que o mesmo lhe aconselhou a demitir os “ministros esquerdistas”, romper com o CGT (Comando Geral dos Trabalhadores), UNE (União Nacional dos Estudantes) e entidades subversivas, fazendo a proclamação pacificadora ao País (CHAGAS, 1985, P. 21), mesmo com toda a conversa com o General, o Presidente não concordou e afirmou que não iria abandonar aqueles que o apoiavam.

Conforme CHAGAS, 1985, P. 21, “estava decidida a revolução, pouco antes que começasse o dia 1º de Abril”, na atual conjuntura dos acontecimentos, as tropas do General Olympio Mourão já se encontravam posicionadas no centro carioca. Nas ruas, o caos estava formado. Durante aquela manhã, a Rede da Legalidade, formada pelas rádios Nacional, Mayrink Veiga e Mauá, informavam que o Presidente João Goulart tinha o controle do País e que o levante conspiratório iria ser neutralizado, numa atitude de contra – informação aos anseios golpistas, mas a realidade era totalmente diferente.

No dia 1º de Abril de 1964, por volta de 12 horas e 30 minutos, o presidente João Goulart, após ter permanecido a manhã inteira acuadao no Palácio das Laranjeiras, decidiu fugir sem avisar ninguém. O destino escolhido pelo presidente foi Brasília, onde permaneceu por poucas horas. Antes de sua chegada, o Ministro da Guerra, General Jair Dantas Ribeiro havia deixado seu cargo, na mesma tarde o deputado federal Leonel Brizola, cunhado do Presidente Goulart, buscava mobilizar as tropas do Rio Grande do Sul e a população em geral em busca de conter a ordem constitucional, não obteve êxito.

Ao ver a situação crítica que se encontrava, o Presidente João Goulart saiu de Brasília com destino a Porto Alegre no Rio Grande do Sul, onde segundo GASPARI (2007, P. 103), Jango supunha dispor de uma base mais sólida, enquanto isso seus ministros iam “deixando lentamente o Laranjeiras, e, nas janelas dos prédios de

apartamentos fronteiriços, estendiam-se bandeiras nacionais saudando a vitória da Revolução. É a classe média celebrando” (CHAGAS, 1985, P. 45). À noite, em Porto Alegre no Rio Grande do Sul, o Presidente João Goulart recebera a notícia de que o presidente da Câmara dos deputados, o paulista Ranieri Mazzilli, tinha empossado como novo presidente da República do Brasil.

Dada as circunstâncias a posse do deputado Ranieri Mazzilli era ilegal, segundo GASPARI (2002^a, P. 112), “a posse do deputado Mazzilli na Presidência era inconstitucional, visto que João Goulart ainda se encontrava no Brasil.” Em 4 de Abril de 1964, Jango exilou-se em Montevidéu no Uruguai, ficou por lá até o ano de 1976, quando foi submetido à morte aos 58 anos de idade.

Ao estudar e pesquisar a história de como ocorreu o golpe, chega-se a conclusão de que realmente não se sabe sobre a sua origem, após mais de quatro décadas desde a sua instauração, não existe até hoje uma opinião formalizada e nem um consenso acerca de sua origem, segundo COUTO (2003, P. 461), “há quem veja o golpe de 1964 como um resultado de longo processo de gestação, que teria raízes no tenentismo dos anos vinte, com manifestações precursoras nas intervenções de 1945 (deposição de Vargas), 1954 (Suicídio de Vargas), 1955 (Crise que antecedeu a posse de Kubitschek) e 1961 (Após a renúncia de Jânio Quadros).”

Outro fator que colaborou com a realização do Golpe de 1964, foi a ideia implantada nos militares desde o início da República de que as forças armadas serviam de “instrumentos de correção” dos rumos políticos e sociais do Brasil, no qual baseados nessa postura ideológica, as forças armadas se fizeram de heróis para “salvar” a Nação do Governo de Goulart, dos comunistas e sindicalistas. Essa ideia é bem explanada pelo General Leônidas Pires Gonçalves (DINES; FERNANDES JÚNIOR e SALOMÃO, 2000, vol. 01, p. 351 – 352). Se bem que se formos analisar de outro lado, nos deparamos com uma ideia de que existia uma luta de interesses de classes entre a elite e o proletariado, conforme o historiador JACOB GORENDER (1987, p. 67),

A Hegemonia da liderança nacionalista burguesa, a falta de unidade entre as várias correntes, a competição entre as chefias personalistas, as influências organizativas, os erros desastrosos acumulados, as ilusões reboquistas e as incontinências retóricas – tudo isto em conjunto explica o fracasso da esquerda. Houve a possibilidade de vencer, mas

foi perdida. Mais grave é que foi perdida de maneira desmoralizante (GORENDER, 1987, p. 67).

Dessa forma GORENDER demonstra que esse foi o motivo que fez crescer a burguesia brasileira, o objetivo era derrubar o Presidente eleito constitucionalmente. Segundo ele, o Golpe direitista se definiu pelo caráter contra-revolucionário preventivo.

Por mais que se busquem as vias de fatos os motivos pelos quais levaram os militares a ocasionar o golpe de 1964, menos se consegue chegar a uma razão consensual. Definitivamente o Golpe foi concretizado, João Goulart e seus apoiadores foram descartados como cartas fora do baralho na posse de Ranieri Mazzilli, mesmo empossado ilegalmente, sua posse demonstrava ao país quem estava no comando.

Dessa forma os militares começaram a discutir a formação de uma administração militar, que deveria ser entregue a um homem que agisse com pulso firme para recolocar o Brasil no caminho de desenvolvimento capitalista. Outro fator importantíssimo que colaborou para que a ação golpista de 1964 ocorresse e derrubasse o Presidente Goulart, foi o total apoio que os Estados Unidos deram aos militares, através do Embaixador Lincoln Gordon.

2.1.1 – O Apoio dos EUA ao Golpe Militar

O Golpe Militar de 1964 recebeu um apoio efetivo dos Estados Unidos, apoio esse que veio colaborar com a derrubada do Presidente João Goulart (PTB) em março de 1964. Esse apoio só veio ao conhecimento do público alguns anos depois do golpe.

Os Motivos que levaram os Estados Unidos a apoiar o Golpe Militar de 1964 no Brasil são vários, mas o que se tem conhecimento registrado é de alguns relatos e registros que só vieram ao público algum tempo depois do golpe. Em um desses registros está o relato de uma conversa do Presidente Kennedy com o Embaixador Gordon na Casa Branca em Washington – EUA na manhã do dia 30 de Julho, onde ambos conversaram sobre a situação no Brasil e pela qual o Embaixador Gordon deixou bem claro que o país estava prestes a ser acometido por um golpe militar, “O Embaixador dissera a Kennedy que a hipótese de um golpe militar estava no baralho. Opunha-se à ideia de se pensar na deposição de Jango como estratégia, mas desejava ter a carta à mão” (GASPARI, 2002, P.60). Diante dessa conversa, o Presidente Kennedy ficou preocupado com a situação no Brasil, sendo que um golpe desses traria

conseqüências para a economia e para a política brasileira, mas o Presidente norte – americano também tinha outra preocupação, segundo GASPARI, 2002, p. 60, ao explanar uma conversa entre Kennedy e Gordon demonstra o seguinte:

Tiveram o seguinte diálogo:

[GORDON] – Creio que uma de nossas tarefas mais importantes consiste em fortalecer a espinha militar. É preciso deixar bem claro, porém com discrição, que não somos necessariamente hostis a qualquer tipo de ação militar, contanto que fique claro o motivo.

- Contra a esquerda – Cortou Kennedy.

- Ele está entregando o País aos...

- Comunistas – Completou o Presidente.

- Exatamente. Há vários indícios de que Goulart, contra a sua vontade ou não [inaudível]...

Após esse dialogo, o presidente Kennedy decidiu reforçar a base militar da embaixada, sua preocupação era que a situação pudesse levar a derrocada e o comunismo se instalasse no Brasil. “Do jeito que o Brasil vai, daqui a três meses o Exército pode vir a ser a única coisa que nos resta”, GASPARI, 2002, P.60.

Após a Morte de Kennedy e a posse do Presidente Lyndon Johnson, os Estados Unidos mantiveram o seu apoio ao golpe militar no Brasil, levando o embaixador Gordon a se reunir para discutir novamente o assunto do golpe militar no Brasil com o Presidente Johnson na Casa Branca em Washington.

O Presidente Johnson estava preocupado com a situação no Brasil, pois de certa forma, os militares e civis conspiradores no Brasil sustentavam idéias anticomunistas desenvolvidas na Escola Superior de Guerra (ESG) e em conformidade com o modelo americano realizado no National War College (NWC), partindo dessa premissa, o presidente Johnson em dezembro de 1963, preocupada com a agitação econômica, política e social do país afirmou ao líder da maioria no Congresso Americano, Mike Mansfield: “preciso sentar e conversar com você a respeito sobre o que está acontecendo no Brasil” (COUTO, 2003, p. 56).

A Situação no Brasil era preocupante para o Presidente Lyndon Johnson, pois a ESG (Escola Superior de Guerra) era um centro influente de estudos políticos no Brasil, com cursos de um ano de duração e que desde a década de 1950, vinha sendo freqüentada por pessoas que tinham desprezo com o Comunismo e que possuíam destaque em suas respectivas áreas de atuação, pois a doutrina ali ensinada constava a

teoria da “guerra interna” introduzida pelos militares no Brasil por influencia da Revolução Cubana. De acordo com essa teoria, a principal ameaça não vinha de uma invasão externa e sim de uma invasão interna organizada pelos sindicatos trabalhistas de esquerda, dos intelectuais, das organizações de trabalhadores rurais, do clero e dos estudantes universitários (pelo qual supunha-se que o comunismo encontrava grande aceitação nestas classes). Sendo assim, todas essas classes representavam uma séria ameaça para o país e dessa forma era necessário que neutralizassem todas elas para que ou extirpadas através de decisões decisivas.

Em Março de 1964, o presidente dos Estados Unidos Lyndon Johnson se reuniu com o Embaixador Gordon, o Secretário de Estado Dean Rusk e o Chefe da Central Intelligency Agency (CIA), John Mccone para discutir assuntos que os levaram a crer que o Brasil vinha passando por uma situação de abalo econômico, político e social.

Nessa reunião, o Presidente Johnson foi informado pelo embaixador Gordon o que se passava no Brasil, sendo assim, preocupado com a condição que o país se encontrava, decidiu dar total apoio ao golpe contra Goulart, e após a reunião, o Presidente resolveu tomar uma atitude, atitude essa que segundo GASPARI, 2002, p. 61, “autorizava a formação de uma força naval para intervir na crise brasileira”, estava decidido: os Estados Unidos estava entrando com total apoio ao Golpe contra Goulart.

Em 30 de março de 1964, o Presidente Johnson situado com as informações do que estava ocorrendo no Brasil, afirmou ao seu assessor George Reedy: “Com certeza, se explodir nesta noite (O movimento para derrubar Goulart), você saberá amanhã de manhã” (COUTO, 2003, P. 56), conforme o desenrolar dos acontecimentos, o Presidente e toda a sua equipe acertaram naquele momento o que iriam tratar e de que forma o governo norte-americano iria se posicionar perante o episódio.

Dessa forma, é inevitável negar que os Estados Unidos não tiveram sua participação e interesses no golpe militar que ocorreu no Brasil. Nessa época, o mundo estava em plena “Guerra Fria” e mesmo que ocorresse o risco de um fracasso, os norte-americanos estavam decididos a apoiar os militares contra o governo de Goulart, indireta ou diretamente, pois essa era a política da época. Política essa que segundo (COUTO, 2003, p.57), “os Estados Unidos não admitiam sequer a hipótese do Brasil se transformar em um novo Vietnã ou a hipótese do país se tornar comunista, ou seja, uma Cuba gigantesca na America do Sul (COUTO, 2003, p.57), nesse contexto em que o

País se apresentava, os Americanos estavam totalmente dispostos a impedir qualquer ato que transformasse o Brasil em um país que poderia ganhar força e se voltar contra os Norte-Americanos.

2.2 – Os Presidentes do Regime Militar (1964 a 1974)

Após o Golpe Militar, o Brasil passou a ter um novo presidente empossado na madrugada de 2 de abril de 1964, Ranieri Mazzilli assumiu a presidência do Brasil pela segunda, a primeira tinha sido em 1961, quando o então Presidente João Goulart estava em visita oficial à República Popular da China. Nessa época Mazzilli permaneceu na presidência por apenas 14 dias, após a deposição de Jango, Mazzilli assume a presidência novamente permanecendo no poder por apenas 13 dias e com um governo sem mandatário praticamente, sem poderes e sem representatividade política. No mesmo dia, o General Arthur da Costa e Silva, militar de linha dura, automeiou-se comandante do Exército, e essa atitude demonstrou quem mandava no país nessa época, pois de acordo com COUTO, 2003, p. 59:

“O Poder real, no entanto, é exercido pelos militares, que imediatamente pressionam o Congresso para dele obter, em caráter de urgência, legislação “anti-subversiva”.

Dessa forma, podemos concluir que a posse de Mazzilli praticamente foi efetuada para cumprir o protocolo, pois o País não podia ficar sem um governante e nessas condições o protocolo regia que o Presidente da Câmara dos Deputados assumisse o poder até a segunda ordem. Dessa forma, Ranieri Mazzilli era o presidente da Câmara dos Deputados em Brasília e como Jânio Quadros havia renunciado e João Goulart que era Vice – Presidente de Jânio tinha assumido após a renúncia, ficou com Mazzilli a responsabilidade de assumir o governo do Brasil, mesmo que fosse por pouco tempo.

No Primeiro dia após a deposição de João Goulart, o novo Presidente do Brasil foi agraciado com um telegrama do Presidente dos Estados Unidos Lyndon Johnson no qual o Presidente norte-americano apresentava-lhe votos de felicidade e anunciava que “as relações de amizade e cooperação entre nossos dois governos e povos representam um grande legado histórico e arma preciosa para os interesses da paz, da prosperidade e

da liberdade neste hemisfério e no mundo” (GASPARI, 2002, p. 115), demonstrando assim total apoio ao novo governo e aos militares.

A Notícia de que João Goulart (conhecido como Jango) tinha sido deposto corria o país de norte a sul, a imprensa não parava de informar a sociedade de que os militares tinham deposto Jango e empossado Mazzilli como novo presidente, enquanto isso, os governadores aliados ao golpe entre eles como Magalhães Pinto, Carlos Lacerda e Adhemar de Barros se reuniram com o automeado ministro Costa e Silva em seu ministério da Guerra para tratar da sucessão presidencial e escolher o novo representante que iria completar o mandato de Goulart. Uma discussão foi aberta para escolher o homem que viria substituir e governar o país, dentre eles surgiram vários nomes para essa escolha, entre eles foram citados o Marechal Eurico Gaspar Dutra, General Cordeiro de Farias e também o do próprio Costa e Silva, mas nenhum deles foi escolhido. Segundo COUTO, 2003, p. 59, “depois de muitas conversas e negociações, os apoiadores do golpe chegaram ao nome “do General Castello Branco, apresentado como de consenso entre as principais lideranças civis e militares, apto a ser aprovado pelo Congresso Nacional sem maiores dificuldades”, o nome do General Castello Branco também era especulado entre as redações dos jornais e em vários meios de comunicação, conforme CHAGAS, 1985, p. 62, “o nome dele chegava às redações de jornal, aos quartéis e às associações empresariais em correntes maciças”, então depois de várias conversas entre os militares e governadores aliados ao golpe, o poder de governar o Brasil foi colocado nas mãos do General de Exército Humberto de Alencar Castello Branco.

Em 11 de Abril de 1964, o Brasil passava a ter um novo presidente escolhido através de uma eleição indireta, eleição essa pelo qual quem decidia a escolha do novo presidente do país, era o Congresso Nacional. Dessa forma, foi realizada a eleição indireta, de acordo GASPARI, 2002, p. 125: “o General Humberto de Alencar Castello Branco foi eleito presidente da República pelo Congresso Nacional, como mandava a constituição”.

No dia 15 de abril de 1964, o General Humberto de Alencar Castello Branco era empossado e em seu discurso de posse, prometeu ao povo brasileiro que seu governo iria respeitar a liberdade democrática, segundo seu discurso, Castello afirma que:

“Meu procedimento será o de um chefe de Estado sem

tergiversações no processo para a eleição do brasileiro a quem entregarei o cargo em 31 de janeiro de 1966. [...] Farei o quanto em minhas mãos estiver para que se consolidem os ideais do movimento cívico da nação brasileira nestes dias memoráveis de abril, quando se levantou unida, esplêndida de coragem e decisão, para restaurar a democracia e libertá-la de quantas fraudes e distorções a tornavam irreconhecível. [...] Nossa vocação é a da liberdade democrática, governo da maioria com a colaboração e respeito das minorias.
(COUTO, 2003, p. 62)

Castello Branco foi montando sua equipe com o apoio dos militares e civis que haviam passado pela ESG (Escola Superior de Guerra), seguindo essa premissa designou para a Chefia de seu Gabinete militar o General de Exército Ernesto Geisel, para a chefia do Serviço Nacional de Informações (SNI) escolheu o Coronel Golbery do Couto Silva, nos ministérios civis, os mais importantes do governo, o Presidente Castello Branco também escolheu homens que passaram pela ESG e que possuíam destaques nos cursos promovidos pela instituição.

O Presidente Castello Branco tinha em sua mente a ideia de que iria apenas cumprir o mandato que estava por terminar do então Presidente deposto João Goulart, permanecia recusando a ideia de discutir a prorrogação de seu mandato e afirmava que entregaria o poder de governar o país para um civil em Janeiro de 1967. O presidente Persistia em afirmar que a prorrogação de sua estadia na chefia da República seria a essência da ilegalidade. Algum tempo depois, Castello Branco volta atrás e aceita a prorrogação de seu mandato em mais 14 meses, ficando no cargo até março de 1967.

Diante da ideia de que o Golpe foi realizado com o intuito de restabelecer a ordem e devolver o poder de governar o Brasil a um civil, os militares mais radicais, como o General de Exército, Costa e Silva e outros, defendiam que a intervenção militar não deveria ser temporária.

Na verdade, os militares queriam uma administração repressora, autoritária e acima de tudo permanente. A disputa entre a corrente dos militares moderados (Castello, Geisel, Golbery, etc.) e a dos militares da chamada “linha-dura” (Costa e Silva, Médici, etc.), marcou todo o período do primeiro governo militar e veio a se intensificar nas gestões seguintes. De acordo com GASPARI, 2002, p. 129, o período militar se divide da seguinte forma:

“De 1964 a 1967 o Presidente Castello Branco procurou

exercer uma ditadura temporária. De 1967 a 1968 o Marechal Costa e Silva tentou governar dentro de um sistema constitucional, e de 1968 a 1974 o país esteve sob um regime escancaradamente ditatorial. De 1974 a 1979, debaixo da mesma ditadura, dela começou-se a sair.

A Gestão do Presidente Castello Branco caracterizou-se pela obrigatoriedade de se cumprir leis impostas pelos Atos Institucionais, as quais pretendiam fortalecer, gradualmente, o novo sistema político que governaria a nação. Os Atos Institucionais foram responsáveis também pela expansão dos poderes do Executivo. O Presidente precisava restabelecer a ordem para começar a retomada da economia, para isso o governo de Castello branco criou o Programa de Ação Econômica do Governo (PAEG), anunciado em agosto de 1964 pelos ministros Roberto Campos e Octávio Bulhões e que norteava todas as ações econômicas governamentais até 1966. Este plano tinha “como objetivos principais à retomada do crescimento econômico, a redução da inflação e a atenuação dos níveis regionais e setoriais de renda” (COUTO, 2003, p. 65).

O Plano também possuía metas a serem cumpridas para a realização de uma boa política monetária, cambial, fiscal e salarial, priorizou a elevação de vários impostos e conteve o reajuste anual dos salários. A inflação caiu de 92,1% em 1964 para 39,1% em 1966. Esse crescimento real da economia foi modesto, porém, a governabilidade com austeridade fiscal foi recuperada. Conforme SKIDMORE, 2000, p. 69, “Campos e Bulhões sustentavam que a inflação impedia o crescimento econômico do Brasil”.

No Ano de 1965, o governo militar percebe que a extrema- direita iria pressionar suas ações, partindo dessa premissa os militares buscaram promover um endurecimento do Regime, de modo a seguir aquilo que propunha a “linha- dura” militar, capitaneada pelo ministro de Exército, General Costa e Silva.

O Presidente Castello Branco ainda surpreendeu a todos com a cassação do mandato do Ex-presidente Kubitschek, segundo COUTO, 2003, p. 67, “Em 8 de junho, último dia de vigência do 10º artigo do AI- 1, o presidente Castello Branco cassou o mandato do ex- presidente Juscelino Kubitschek e suspendeu seus direitos políticos por dez anos”.

Outro fator que assolou o governo Castello Branco foi a crise que surgiu naquele ano, pois segundo a Constituição de 1946, no ano de 1965 deveriam ocorrer eleições para governadores em 11 Estados, e esse novos governadores teriam mandatos de cinco anos, a nação brasileira estava com aversão a aceitação popular do Regime militar, em

virtude dos vários atos arbitrários tomados por Castello Branco, entre os quais a cassação e a suspensão dos direitos políticos de vários ex- presidentes e ex-governadores entre outros, a oposição vence nos estados da Guanabara e em Minas Gerais.

Dessa forma, os militares de “linha-dura” recebem os resultados como uma afronta, uma vez que eles pretendiam que o Regime endurecesse e viam justamente o contrário. Baseado nessas informações, o ministro de Exército, Costa e Silva, trabalhou como um intermediário entre o

Planalto e os oficiais de “linha- dura” para acalmar os ânimos de seus pares, saindo do episódio mais fortalecido, o General de Exército Costa e Silva, ganha respeito e o seu nome passa a ser considerado o mais forte concorrente para a sucessão presidencial,

Diante da situação, Castello Branco ao ser pressionado pelos militares mais extremados com o episódio, promulgou o Ato Institucional que de acordo com COUTO, (2003, p. 72), era composto de 33 artigos e redefiniam de forma autoritária os termos do AI-1, ao estabelecer eleição indireta para a presidência da República, a dissolução do multipartidarismo e o aumento do número de ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) de 11 para 16, o que garantia ao governo a maioria nesse tribunal e obscurecia a distinção entre justiça ordinária e justiça revolucionária.

“Não adianta lembrar que [Castello Branco] editou o AI – 2 alegando que era para garantir a posse dos adversários eleito. Ou enfatizar que, de próprio punho, fizera inserir no documento a proibição de sua reeleição. No caso, tanto faz, porque, mesmo que quisesse não se reelegeria. Naqueles dias, ficou caracterizado que o General Costa e Silva seria o sucessor, homem forte que se tornara mais forte ainda (CHAGAS, 1985, p. 89).

Nesse contexto, em Janeiro de 1967, o General de Exército Costa e Silva, mesmo à revelia do Presidente Castello Branco, lança-se como candidato a sucessão presidencial. Sua atitude também causou muita revolta, principalmente no general Ernesto Geisel, chefe do Gabinete Militar e no coronel Golbery do Couto e Silva, comandante do SNI, ambos pertencentes ao grupo castelista. Segundo SKIDMORE, 2000, p. 110, “Para estes, Costa e Silva era incapaz de compreender a profunda reorganização política que a Revolução começara a organizar no Brasil”.

Diante da situação, em 5 de fevereiro de 1966, o Presidente Castello Branco editou o terceiro Ato Institucional (AI – 3), que estabelecia eleições indiretas para governadores

e vice-governadores, permitia, no capítulo das inelegibilidades, que o General Costa e Silva permanecesse candidato à Presidência da República sem deixar o Ministério da Guerra. Decidia-se, ainda que, ficariam excluídos de apreciação judicial os atos praticados com fundamento no presente Ato Institucional e nos seus atos complementares. Não se poderia contestar judicialmente a legalidade ou não das decisões tomadas com base no AI-3 e ainda constituía a alteração e a fixação das datas do calendário eleitoral da época. Dessa forma, o sucessor do presidente Castello Branco já estava escolhido, conforme COUTO 2003, p. 72, “Em maio daquele ano, a Arena homologa aos nomes do general Costa e Silva como candidato oficial à presidência da República, tendo o político civil Pedro Aleixo como candidato a vice-presidente. Em campanha pelos estados, ele é vítima de um atentado, mas nada sofre”.

Em 3 de outubro de 1966 o Congresso Nacional elege o general Costa e Silva, único candidato à presidência do Brasil, essa eleição indireta conforme COUTO 2003, p. 79, “mostra que dos 472 deputados federais e senadores, ele conseguiu 295 votos. O MDB não apresentou candidato e seus parlamentares em sinal de protesto não compareceram ao Congresso no dia da eleição indireta. Perto do fim de sua administração, Castello Branco abriu uma crise política com a Câmara dos Deputados”.

Uma nova crise política assolava o governo de Castello Branco, o Presidente da Câmara dos Deputados, o deputado Adauto Lúcio Cardoso, não aceitou o recebimento de nova leva de cassações. Perante tal impasse, Castello Branco autoriza a invasão do Congresso pelo Exército na madrugada de 15 de outubro de 1966 fechando as duas Casas Legislativas. Mesmo com todo o conflito, a eleição de senadores e deputados marcada para o dia 15 de novembro é realizada e a Arena vence com 57% dos votos no Senado e com 64% dos votos na Câmara. Após a eleição, o Congresso Nacional volta a ser fechado, permanecendo assim até o dia 22 de novembro de 1966.

Ao reabrir o Congresso em novembro de 1966, o Presidente Castello Branco prepara a aprovação de uma nova constituição para o Brasil que vinha sendo preparada e elaborada como intuito de incorporar todos os elementos permanentes dos atos institucionais e complementares, bem como os diversos decretos e leis promulgados a partir de 1964. Para aprovar a nova Carta, Castello Branco promulgou o quarto Ato Institucional (AI-4) no dia 7 de dezembro, que constituía a convocação dos parlamentares para sessões extraordinárias entre os dias 12 de dezembro de 1966 e 24

de janeiro de 1967, no qual essa convocação baseava-se em discutir e promulgar a nova Lei-Magna.

Mesmo com todo o tumulto político ocorrido naquele ano, o setor econômico do Brasil vinha trabalhando sem a interferência militar, sendo assim, o programa brasileiro de estabilização econômica recebeu elogios do Fundo Monetário Internacional (FMI). De acordo com o que havia sido traçado pela equipe de política monetária, o governo brasileiro vinha desenvolvendo um excelente trabalho na economia do país durante aquele ano. Mas nem tudo estava as mil maravilhas, de conforme com SKIDMORE, 2000, p. 117- 118, “a previsão técnica indicava que a inflação anual ficaria na casa dos 41% apenas um pouco abaixo dos 46% do ano anterior. Na equipe que saía, o final do mandato era marcado pela decepção em virtude da derrota para o grupo da linha-dura. Os castelistas haviam perdido o poder e o pior, não viam chances de recuperá-lo nos próximos anos. Nenhum dos principais ministros ou assessores mais importantes de Castello foi mantido pelo novo general – presidente na equipe administrativa. O Presidente que saía, sequer entregou a faixa presidencial ao novo ocupante do Palácio do Planalto, como determinava o cerimonial de posse”.

Ao fazer um panorama sobre o governo do Presidente Castello Branco, observa-se que entre o período de março de 1964 a março de 1967, Castello Branco cassou os direitos políticos de dois mil cidadãos, assinou cerca de 700 leis, 11 emendas constitucionais, 312 decretos-leis, 19.259 decretos e quatro atos institucionais, dessa forma podemos ver que o Brasil estava em ordem, ou seja, reconstitucionalizado, mas segundo as afirmações de COUTO, 2003, p. 82, “O Brasil estava em ordem e reconstitucionalizado, porém, distante de um Regime democrático. Havia alternância presidencial, embora o cargo fosse privativo dos generais-de-exército”. Isso é fato consumado, pois o sucessor do General de Exército Castello Branco foi o também General de Exército Arthur da Costa e Silva.

O General de Exército Arthur da Costa e Silva toma posse da presidência do Brasil em 15 de março de 1967, assumindo o que viria a ser o primeiro mandato completo de um presidente brasileiro desde Juscelino Kubistchek. Seu governo permaneceu por quatro anos e foi regido pela nova Constituição aprovada no ano anterior.

Seu mandato foi marcado por protestos e manifestações sociais, a oposição ao regime militar crescia no país, a UNE (União Nacional dos Estudantes) organiza, no Rio de Janeiro, a Passeata dos Cem Mil e em Contagem (MG) e Osasco (SP), operários paralisam fábricas em protesto ao regime militar, além da guerrilha urbana que começa a se organizar, formada por jovens idealistas de esquerda, assaltam bancos e seqüestram embaixadores para obterem fundos para o movimento de oposição armada.

Contudo isso, o Presidente Costa e Silva, por ser um militar de linha dura, decreta em 13 de dezembro de 1968, o Ato Institucional Número 5 (AI-5), tornando-se o mais duro do governo militar, pois aposentou juízes, cassou mandatos, acabou com as garantias do habeas-corpus e aumentou a repressão militar e policial.

Mesmo sendo um General de Exército, Costa e Silva possuía diferenças e características que segundo SKIDMORE, 2000, p. 138, “eram marcantes: Costa e Silva pertencia ao grupo dos “duros”. Era um militar nacionalista e menos dependente dos EUA que seu antecessor”, sendo assim, tinha mais liberdade para decidir sem ser contestado por uma nação norte-americana e dessa forma, o Presidente Costa e Silva deu início a fase mais dura e brutal do regime ditatorial militar.

Seu governo se caracterizou pelo avanço do processo de institucionalização da ditadura. O que era um regime militar difuso transformou-se numa ditadura feroz que eliminou o que restava das liberdades públicas e democráticas. Costa e Silva assumiu a presidência da República e imediatamente foi intensificando a repressão policial-militar contra todos os movimentos, grupos e focos de oposição política.

Para administrar o ministério da Fazenda, o presidente Costa e Silva nomeou o economista e ex – secretário da Fazenda do Estado de São Paulo Antônio Delfim Netto, no qual tinha o dever de trabalhar para livrar da estagnação a economia brasileira. Em busca dessa estagnação, o Ministro Delfim Netto permitiu um aumento no volume de capital internacional que entrava no Brasil e promoveu a diversificação de exportações. A Economia Brasileira possuía uma nova meta econômica, que de acordo com Skidmore (2000, p. 144), essa meta “era desenvolver o País sem ceder às pressões inflacionárias, e diminuir as desigualdades regionais e individuais”.

Outro marco no governo de Costa e Silva é o crescimento de movimentos e grupos de oposição, que responsabilizavam o próprio governo pela situação de instabilidade política vivenciada pelo país. Diante desses grupos, três deles possuíam

principais focos de oposição que incomodavam o governo Costa e Silva, dentre eles estava o grupo da Frente Ampla que era composto por políticos influentes, como o presidente deposto, João Goulart, que se encontrava exilado no Uruguai, o ex-presidente Juscelino Kubitschek e Carlos Lacerda. O grupo de oposição ganhou adeptos até mesmo entre os políticos que haviam apoiado o golpe militar de 1964, mas que entraram em discordância com o governo diante dos rumos da política nacional.

Além do grupo de oposição da Ampla, o governo de Costa e Silva estava sendo questionado por grupos e organizações de esquerda que defendiam um projeto revolucionário socialista para o país em substituição ao sistema capitalista vigente, esses grupos formados pelos esquerdistas constituíram núcleos guerrilheiros urbanos e passaram a atuar por meio de atos terroristas: seqüestros, atentados, assaltos a bancos, no qual justificava suas práticas de terrorismo como resposta conseqüente diante da repressão policial-militar desencadeada pelo estado militarizado.

Outro grupo de oposição que incomodava o Presidente Costa e Silva era movimento estudantil que provinha do meio universitário. Esse movimento se deu graças à progressiva expansão do governo ao sistema de ensino superior público, no qual ocasionou o aumento das vagas nas universidades e conseqüente crescimento do número de estudantes universitários. Sendo assim, Organizados, os estudantes universitários brasileiros constituíram um importante movimento estudantil que influenciou o cenário da política nacional, suas lideranças estudantis eram adeptas as ideologias de esquerda, dessa forma, após o golpe militar de 1964 o governo desarticulou e colocou na ilegalidade a mais importante entidade estudantil, a União Nacional dos Estudantes (UNE).

Mesmo ilegalmente, a UNE atuava na coordenação e direção do movimento estudantil em âmbito nacional, suas lideranças estudantis mantiveram-na em funcionamento buscando reorganizar o movimento estudantil, dessa forma os estudantes ocasionaram no país as maiores passeatas e protestos de rua contra o governo de Costa e Silva.

Diante de tantos protestos e movimentos contraditórios ao seu governo, o Presidente Costa e Silva não se rende, conforme GASPARI, 2002, p. 297, “Desde abril o governo oscilava entre as ameaças do estado de sítio e uma tolerância marota, mas em

nenhum momento circulou nele a idéia de atender sequer às mais secundárias as reivindicações oposicionistas”.

Incomodado com as ações dos grupos opositores, o presidente Costa e Silva reage a todas as pressões oposicionistas fechando o Congresso Nacional e editando o Ato Institucional nº 5 (AI-5), de acordo com REIS, 2005, p. 51, “o general-presidente decretou o AI – 5, em dezembro de 1968, fechando todos os parlamentos por tempo indeterminado, recobrando amplos poderes discricionários e reinstaurando, de modo inaudito o terror da ditadura. Foi o Golpe do Golpe”.

Essa atitude acarretou na institucionalização da ditadura militar, ou seja, o AI-5 foi o instrumento jurídico que suspendeu todas as liberdades democráticas e direitos constitucionais, permitindo que a polícia efetuasse investigações, perseguições e prisões de cidadãos sem necessidade de mandato judicial. A suspensão de todas as garantias constitucionais e individuais aos cidadãos brasileiros acarretou graves abusos e violações dos direitos humanos por parte dos órgãos oficiais encarregados da segurança e repressão política, segundo GASPARI, 2002, p. 340, “O Ato era uma reedição dos conceitos trazidos para o léxico político em 1964. Restabeleciam-se as demissões sumárias, cassações de mandatos, suspensões de direitos políticos. Além disso, suspendiam-se as franquias constitucionais da liberdade de expressão e de reunião. Um artigo permitia que se proibisse ao cidadão o exercício de sua profissão. Outro patrocinava o confisco dos bens”.

O Ato Institucional 5, é considerado na história da Ditadura Militar no Brasil como o Ato mais radical e mais agressivo, nele consta segundo GASPARI, 2002, p. 340, “A Pior das marcas ditatoriais do Ato, aquela que haveria de ferir toda uma geração de brasileiros, encontrava-se no seu artigo 10: “Fica suspensa a garantia de *habeas corpus* nos casos de crimes políticos contra a segurança nacional”. Estava atendida a repressão da máquina repressiva.

Com a instalação do decreto AI – 5, o Brasil entrou para um dos períodos mais tenebrosos da vida pública nacional e que perdurou, infelizmente, por 10 anos e 18 dias. Período esse que vigorou e instaurou uma cultura do medo, embora não tenha calado por completo as vozes que se opunham à ditadura, seja na luta social, seja na institucionalidade. Porém, o decreto do AI – 5 ocasionou uma abertura para a promulgação de mais Atos Institucionais que levaram o país a uma crise institucional,

política e social, transformando o Brasil numa sociedade esmagada e recriminada, de acordo com D'Araújo; Soares e Castro, 1994b, p. 296, “Os direitos e garantias individuais são esmagados. Parlamentares passaram a trabalhar com medo do AI – 5. A Censura à imprensa expandiu-se de forma absurda”.

Em meados de 1969, o presidente Costa e Silva teve seu mandato interrompido por uma grave doença: uma isquemia cerebral. O problema neurológico manifestou-se de forma intensa pela primeira vez, no dia 27 de agosto, dois dias depois, o Presidente teve o lado direito do seu corpo paralisado. Ao ser chamado pela assessoria do presidente, o neurologista Abraham Ackerman, após examiná-lo disse ao chefe do Gabinete Militar, o general Jayme Portella que era preciso levar o Presidente para um hospital, mesmo a pedido do médico neurologista o general não o atendeu, fazendo com que o presidente Costa e Silva fosse atendido na sede governamental.

Em seu livro de memórias, o general Jayme Portella de Mello (1979, p. 813) justificou sua atitude afirmando que naquele dia: “Havia uma razão maior para não se tirar o Presidente do Palácio, porque ali, além de ser seu posto, a Nação saberia que ele estava vivo. Quem fosse substituí-lo seria apenas um governante transitório”. A par da situação gravíssima do estado de saúde do Presidente, o general Portella ocultou a situação, pois tinha em sua mente a idéia de impedir que o vice-presidente Pedro Aleixo tomasse ciência do que acontecia no Laranjeiras e não assumisse a Presidência, segundo SKIDMORE, 2000, p. 194, “O motivo era simples: eles tinham profunda desconfiança de Pedro Aleixo, o vice-presidente. Não havia ainda amainado a revolta com que o viram a recusar-se a apoiar a promulgação do AI-5 em dezembro de 1968; consideravam-no apenas mais um político tolhido por seus escrúpulos legais em face de vis insultos às Forças Armadas. O staff presidencial deliberadamente não informou Aleixo da doença do presidente enquanto os ministros militares não chegaram a um acordo sobre sua estratégia”.

No dia 30 de agosto de 1969, os militares procuravam manter a calma no palácio das Laranjeiras, a encenação de normalidade prosseguia para a população em geral. No entanto, a situação se agravava cada vez, uma vez que agora o Presidente não conseguia nem se levantar da cama ou falar algumas poucas palavras, imediatamente o Alto Comando das Forças Armadas, com o intuito de impedir a posse do Vice-presidente Pedro Aleixo, resolveram organizar um governo transitório que seria chefiado por uma

Junta Militar, formada pelo ministro do Exército, general Lyra Tavares, da Marinha, o almirante Augusto Rademaker e da Aeronáutica, o brigadeiro Márcio de Souza e Mello.

Em 31 de agosto daquele ano, o ministério da Justiça decretou o AI- 12 que determinava o afastamento do Presidente em razão de sua doença, a proibição da posse do vice-presidente e a criação da Junta Militar para governar o Brasil. Em seguida a decretação do novo Ato, uma rede de emissoras de televisão foi formada através de uma declaração militar lida, com o intuito de informar ao povo, que o País agora era chefiado por uma tríade, como afirmam D'Araújo; Soares e Castro (1994b, p. 302).

Na quinta-feira, 4 de setembro de 1969, os grupos de oposição, em especial Aliança Libertadora Nacional (ALN), aplicam instabilidade política ao governo. Realizaram uma emboscada no centro do Rio de Janeiro, os guerrilheiros seqüestram o embaixador dos EUA no Brasil, Charles Burke Elbrick, que há apenas dois meses havia desembarcado na América do Sul. Seus seqüestradores deixaram um manifesto que dizia: “A vida e a morte do Sr. Embaixador estão nas mãos da ditadura” (TAVARES, 1977, p. 282). Nesse manifesto os seqüestradores pediram a libertação de quinze presos políticos e ordenaram que o protesto deveria ser lido em emissoras de rádio e televisão e publicado nos jornais brasileiros. A resposta do governo sobre o fato veio antes que se completassem 24 horas do seqüestro. O Governo formado pela Junta Militar anunciou que aceitava as condições impostas pelos guerrilheiros para a libertação do embaixador, o objetivo da Junta Militar era livrar- se deste embaraço, pois Costa e Silva continuava vivo, apesar de paralítico e mudo, mesmo assim era necessária a constituição de um novo governo.

Em busca de solucionar a crise institucional que assolava o país com o afastamento do presidente Costa e Silva, os militares decidiram da forma mais rápida possível a escolha de um general para um novo mandato governamental, diante de tal urgência o sucessor de Costa e Silva foi escolhido, o poder de governar o Brasil estava sendo colocado nas mãos do então General Emílio Garrastazu Médici, que foi eleito em 25 de outubro de 1969, com 296 votos pelo congresso nacional, tornando o terceiro general a assumir a presidência do Brasil. Em seu primeiro discurso, conforme SKIDMORE, 2000, p. 203, o novo Presidente disse que esperava “deixar a democracia

implantada em nosso País no fim de meu governo”. Nesse dia o povo resolvera ficar em casa e assistir a posse pela televisão, uma novidade tecnológica naqueles dias.

O General Emílio Garrastazu Médici, mesmo sendo um General de exército, não tinha um grande número de adeptos dentro das forças armadas, só foi eleito pelo congresso nacional porque era considerado como o único general de quatro estrelas que possuía a capacidade de manter a coesão dentro das forças armadas.

Seu governo foi considerado o mais obscuro e repressivo de toda a história do Brasil independente. Um dos maiores destaques de sua administração foi a eliminação das guerrilhas de esquerda rurais e urbanas. A repressão às manifestações populares e à guerrilha (para alguns, terrorismo) ficou a cargo do ministro do Exército Orlando Geisel. Ao contrário de seus antecessores, o Presidente Médici, não cassou mandato de nenhum político.

Mesmo sendo um General de Exército, o presidente Médici não seguiu a mesma linha de seus antecessores, de certa forma, Médici surpreendeu os militares e a população brasileira com sua administração, de acordo com GASPARI, 2002, p. 132, “Antes e depois de Médici os presidentes brasileiros chegaram ao governo com planos perfeitos e acabados para nortear suas administrações. Em todos os casos, moldaram-se às circunstâncias e mudaram métodos e rotinas. Só com ele, com suas normas tão simples quanto o cotidiano de um esquadrão de cavalaria, governou até o último dia exatamente como anunciou que faria na primeira semana”.

No período de seu mandato ocorreram duas eleições, pela qual a Arena² saiu amplamente vitoriosa, fazendo, em 1970, 19 senadores contra 3 do MDB³, e, em 1972, elegendo quase todos os prefeitos e vereadores do Brasil. Eram proibidas manifestações populares e reivindicações salariais por trabalhadores.

Seu mandato também ficou marcado por um excepcional crescimento econômico conhecido como o *milagre brasileiro*, de acordo com SKIDMORE, 2000, p. 277, “Foi registrada taxa de 10,2%. A inflação ficou em torno dos 17%. As exportações

² Partido político brasileiro criado em 1965, com a finalidade de dar sustentação política ao governo militar instituído a partir do Golpe Militar de 1964.

³ Partido político brasileiro que abrigou os opositores do Regime Militar de 1964, ante o poderio governista da Aliança Renovadora Nacional (ARENA). Organizado em fins de 1965 e fundado no ano seguinte.

comerciais subiram quase 23% e atingiram mais de um bilhão de dólares. Os resultados econômicos daquele ano foram mantidos e resultaram no período de maior expansão econômica do Brasil, conhecido como o *milagre econômico*. Dessa expansão na economia, destacou-se também o crescimento da classe média brasileira que foi bastante significativa e expressivo, e com o da classe média, veio o aumento do crescimento do consumo de bens duráveis e a produção de automóveis aumentava significativamente no Brasil, tornando-se comum, nas residências, o televisor e a geladeira.

Médici não fez muitas mudanças em seus ministérios, na verdade só algumas, como no caso do ministério da justiça, para o qual ele nomeou o então advogado paulista Alfredo Buzaid, responsável pelos atos institucionais, outra mudança foi no ministério do Exército, no qual ele nomeou o General de Exército Orlando Geisel⁴. Para a casa civil, Médici nomeou João Leitão Abreu e para o gabinete militar, o presidente Médici, nomeou o então General de Exército João Baptista de Oliveira Figueiredo.

O Presidente Médici tinha total confiança no General Orlando Geisel, no qual tinha uma amizade de longos anos e queria diante de tal ruína militar, resgatar a ordem nas forças armadas, segundo GASPARI, 2002, p. 137, “Com o patrimônio de uma antiga amizade e diante da ruína das Forças Armadas Militar, Médici e Orlando se juntaram para estabelecer a ordem nas Forças Armadas. Conseguiram enquadrar os quartéis. A Astúcia desrespeitosa de Costa e Silva e a abulia marota de Lyra Tavares foram substituídas por uma inédita relação de lealdade e confiança entre o presidente e seu ministro de exército. Tratavam-se pelo primeiro nome, mas respeitavam-se como estranhos”.

Essa equipe permaneceu junto ao comando do governo até o fim do mandato de Médici, pois de acordo com CHAGAS, 1985, p. 200, “O Presidente não presidida. Logo nos primeiros tempos de seu governo, ficou claro qual era a sua: delegar a ação oficial a três prepostos. O General Orlando Geisel, ministro do Exército, foi feito chefe geral da segurança nacional, por decreto secreto, pois até isso tivemos, e em profusão. O ministro Delfim Netto, da fazenda, conservado do governo anterior, tornou-se o czar da economia, e o ministro Leitão de Abreu do Gabinete Civil, cuidava da administração,

⁴ O General Orlando Geisel (1905 – 1079) era irmão do General Ernesto Geisel, que se tornaria presidente da República em 1974, em sucessão ao presidente Emílio G. Médici.

despachando de verdade com os ministros, no quarto andar. Eles apenas desciam ao terceiro andar do Palácio do Planalto para um dedo de prosa com o presidente, quase sempre sobre o Fla – Flu ou Gre-nal da véspera”.

No ano de 1972, o presidente Médici decidiu que não prorrogaria seu mandato, comunica a sua assessoria e diversas pessoas que não ficaria mais do que o necessário na presidência do Brasil, segundo CHAGAS, 1985, p. 203/204, “O Presidente Garrastazu Médici, entre abril e maio de 1972, dirá a diversas pessoas, entre elas Fillinto Muller, Baptista Ramos e Peracchi Barcelos, não aceitar permanecer no cargo, além de seu mandato. Aceita a continuidade dos ideais revolucionários, mas não quer o continuísmo. Critica não o deputado Flávio Marcílio, mas o deputado Tarso recém-engajado na idéia prorrogacionista, de quem não gostava desde os tempos em que o parlamentar era ministro da Educação e ele chefe do SNI, no governo Costa e Silva”.

Decidido a cumprir o mandato de quatro anos, o Presidente Médici, já havia decidido quem seria seu sucessor, segundo GASPARI, 2003, p. 25, “No dia 22 de agosto de 1972, quando a censura voltou a proibir a imprensa de tratar da sucessão do presidente Emílio Garrastazu Médici, ela já estava resolvida. Médici seria substituído pelo General de Exército Geisel, o *Alemão*, presidente da Petrobrás, chefe do Gabinete Militar no governo de Castello Branco e irmão mais moço do ministro do Exército. Fazia mais de um ano que o General Golbery escrevera a Heitor Ferreira: “As cousas vão indo bem por aqui. [...] Cogita-se do futuro sucessor – não lhe digo qual o nome que tá na pauta porque você vai ter um chilique. (Moita! É preciso não queimar! – Alemão). No início de julho, Médici se encontrara com Geisel no Palácio das Laranjeiras e lhe dissera: “Seu Ernesto, faltam vinte meses e sete dias”.

Diante dos fatos, vendo que a candidatura de Geisel era inevitável, o chefe do Gabinete, Leitão de Abreu, o ministro da fazenda, Delfim Netto e o chefe do SNI sentiam o que o planalto, o congresso nacional, a imprensa e a parte da população sentiam: “a candidatura de Geisel era inevitável”. Até porque, sendo irmão do ministro do exército, Geisel possuía uma grande vantagem, conforme GASPARI, 2003, p. 194, “Ele teve no irmão o seu maior cabo eleitoral”.

O Presidente Médici decidido com a escolha de seu sucessor buscou de forma discreta, manter o sigilo da escolha de Geisel para suceder o seu mandato, dessa forma, manteve a imprensa fora disso, de acordo com GASPARI, 2003, p. 186, “Ao contrario

da sucessão de Castello, na qual a imprensa e os políticos desempenharam um papel relevante, a de Médici foi desde o primeiro momento uma disputa subterrânea. Nela houve muitas manhas, mas entre todas só uma realmente proibida: levar a questão pra fora do Palácio, do centro do poder. Segredo típico das ditaduras, era permitido sabê-lo, proibido propagá-lo.

Dessa forma, Médici levou adiante a idéia de Geisel para ser seu sucessor, e a candidatura de Geisel recebeu apoio das Forças Armadas antes mesmo de ser anunciada, segundo CHAGAS, 1985, p. 218, “Os Altos do Exército, da Marinha e Aeronáutica se haviam reunido, para tomar conhecimento da indicação. Não agiram com poder decisório, à maneira do acontecido em 1969, quando da eleição de Garrastazu Médici. Apoiaram a escolha, uma semana antes de ela ter sido anunciada”.

O General Ernesto Geisel foi eleito pelo Congresso Nacional em 15 de janeiro de 1974, segundo CHAGAS, 1985, p. 222, “A 15 de janeiro de 1974 reúne-se o colégio eleitoral, em Brasília, “elegendo” os generais Ernesto Geisel e Adalberto Pereira dos Santos. Eram 503 integrantes, dos quais 401 da Arena e 102 do MDB. Compareceram 437, e os candidatos oficiais obtiveram 305 votos”, estava decidido, Geisel tornara-se o novo presidente do Brasil.

2.2.1 – O Governo do General Ernesto Geisel e a Lei Falcão

Horas após a eleição do dia 15 de janeiro de 1974, o Presidente Geisel faz um discurso em uma cadeia de rádio e TV, segundo SKIDMORE, 2000, p. 302, “após ser “eleito”, o agora presidente Ernesto Geisel, declarou que pretendia “dar continuidade às metas da Revolução de 1964”. Essa declaração foi feita pelo presidente Geisel, à noite, horas depois da eleição indireta. Geisel falou aos brasileiros através de uma cadeia de rádio e TV, dirigindo-se a eles como um servidor da pátria:

Declaro-me, desde logo, seu servidor número um, em tempos de responsabilidade tão ampla quanto árdua que, em plena consciência, assumo [...] Meus deveres são todos com a nação e meu governo prosseguirá na diretriz que norteia a

revolução de 1964 [...]

Sei que nunca poderei agradar a todos e que certamente, descontentarei a muitos, tão complexo é o tecido de ideais, interesses e paixões conflitantes em que se estrutura uma nação, sobretudo quando seiva nova, vigorosa, a impulsiona em busca de seu destino maior [...] Espero que confiem em mim. (GEISEL, 1975, p.24)

O General de Exército Ernesto Geisel assume a presidência do Brasil em 15 de Março de 1974, conforme CHAGAS, 1985, p. 222, “A posse aconteceu a 15 de março, com Geisel falando que receberia o governo das mãos honradas de Médici, mas pronunciando discurso onde já anunciavam mudanças sensíveis, na política econômica. A crise mundial chegara no ano anterior, com o aumento dos preços de petróleo, a restrição do crédito e a espiral inflacionária”, diante da situação, Geisel busca trazer sustentabilidade ao regime buscando superar os problemas econômicos do país.

Geisel ao assumir o Brasil sabia que herdara um país em conflito, sua economia estava deficiente por causa da Crise Internacional do Petróleo que assolava diversos países e o Brasil também, conforme COUTO, 2003, p. 128 – 129, “Politicamente Geisel recebe de Médici um regime fechado, ditatorial, opressivo e repressivo, sem legitimidade política, com poder hiperconcentrado no Executivo, que tem a seu dispor instrumentos de exceção, como o AI – 5, cujos raios podem fulminar a tudo e a todos. É uma ditadura preocupada com aparências, que mantém aberta um congresso empobrecido e sem força, substitui periodicamente seu chefe supremo, mantém uma constituição outorgada por Junta Militar com eleições indiretas para os principais cargos políticos, um Judiciário constrangido. O mesmo quadro se observa nos estados. A imprensa está censurada. Mas o hipertrofiado aparelho repressivo continua atuando amplamente. “Pior: continua agindo solto, livre, a revelia da hierarquia governamental e militar, inclusive torturando prisioneiros políticos, apesar de já ter derrotado a guerrilha urbana”.

Após a posse do presidente Geisel, sua equipe foi empossada imediatamente, pois o trabalho tinha urgência e começava no dia seguinte. Geisel e sua equipe já tinham quatro objetivos traçados para colocarem em prática. O primeiro era manter o apoio majoritário dos militares e reduzir a influência da “linha-dura” no governo e nas forças armadas. O segundo era controlar os “subversivos”, o terceiro era promover o retorno do país à uma democracia, pela qual a Arena pudesse mandar sem contestação e o último, era manter o crescimento econômico do Brasil.

O presidente Geisel teve um privilégio que os seus antecessores não tiveram, tinha mais tempo e liberdade para compor o seu ministério, conforme GASPARI, 2003, p. 280, “Nenhum governante brasileiro dispôs de tanto tempo e liberdade quanto ele. Ainda assim, escolheu dois ministros que não conhecia. Outros dois, conhecia, mas não lhe ocorrera escolhê-los. A um, conhecia, mas queria-o em outra pasta. Houve mesmo um caso em que, pretendendo nomear um General para três ministérios, não conseguiu convidá-lo. Geisel pensou seriamente em colocar o General Euler Bentes Monteiro, a quem admirava, nos transportes, no Interior e, mais tarde, na Previdência. Acabou não o chamando para nada”.

Diante dos acontecimentos, Geisel buscou montar em seu governo uma equipe que buscasse legitimar seu poder diante da sociedade brasileira, para isso, deu prioridade a um poder presidencial, colocando o exército em seu lugar, ou seja, na segurança do Brasil. Dessa forma, abriu-se uma pequena abertura política no país, pois o Presidente Geisel centrou as atenções dos militares em seu governo, deixando os partidos políticos como o MDB e liberais mais a vontade para tentarem formar a democracia retirada em 1964. De acordo com SKIDMORE, 2000, p. 317-318:

Em suma, Geisel levou para o planalto um cabedal de experiências dos mais ricos para um general de exército. Por outro lado, a exemplo de seu mentor, Castello Branco, Ernesto detestava seu envolvimento pessoal em qualquer campanha de propaganda. As fotos oficiais mostravam um presidente cuja conduta austera era o oposto da fácil identificação do seu antecessor, com jogadores da seleção campeã de futebol. Geisel era também conhecido como um perfeccionista que gostava de mergulhar em detalhes administrativos. Por isso mesmo os seus subordinados o chamavam de devorador de papéis. Em resumo, era um administrador duro, que decidia por conta própria. Em seu governo, ninguém teria dúvidas sobre quem seria o responsável por tudo.

Ao contrario do seu antecessor, o presidente Geisel deu um basta na permanência do economista Delfim Netto no ministério da fazenda, para a pasta, Geisel

nomeou Mario Enrique Simonsen, que imediatamente implantou o II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND), que tinha o objetivo de alcançar uma sólida infra-estrutura econômico-industrial para propiciar o desenvolvimento que transformaria o Brasil em "potência emergente". Os maiores esforços do plano estavam centrados na expansão das indústrias de bens de produção, e esses esforços eram inegavelmente uma tentativa de afrontar a crise latente, naquele momento já manifestada na economia mundial, através da substituição das importações. Sendo assim, a prioridade industrial deixava de ser a produção de bens de consumo duráveis para se deslocar para a produção de bens básicos, bem como o aparato infra-estrutural.

Em seu primeiro ano de mandato, o presidente Geisel buscava junto com o ministro da fazenda, estabilizar a crise econômica que afligia o país, segundo GASPARI, 2004, p.46, "O desempenho econômico do primeiro ano de governo foi um estuário de frustrações. Mario Enrique Simonsen aceitara o cargo supondo que seria possível assegurar a inflação de 1974 nos 20%. Em junho, Geisel esperava contê-la nos 25%. Fechou o ano com 35%. Estimava um déficit comercial de 1,5 bilhão de dólares, resultou o triplo. A conta foi paga com a perda de 18% das reservas internacionais e um crescimento de 37% da dívida externa. Os números desmentiram as expectativas de austeridade dos primeiros meses, mas conseguia-se o essencial: o crescimento do Produto Interno ficou em 9,6%, mantendo-se nas vizinhanças dos números mágicos do Milagre. Era isso que importava".

Também em seu primeiro ano, Geisel diminuiu a severa ação da censura sobre os meios de comunicação. Depois, garantiu a realização, em 1974, de eleições livres para senadores, deputados e vereadores. Essa ação fez com que os candidatos do MDB à Câmara dos Deputados e ao Senado alcançassem uma expressiva vitória nos principais estados do país, aumentando consideravelmente a bancada oposicionista nas duas casas. Segundo MOREIRA, 1984, p. 188, "O MDB concentrou-se nas questões da repressão, da injustiça social e da iniquidade do modelo econômico. Candidatos da oposição manifestaram-se pelo rádio e pela televisão sobre assuntos até então proibidos, como a Lei de Segurança Nacional, a repressão, a necessidade de revogar o AI-5 e a legislação de controle salarial. (...) Os resultados das eleições de 1974 constituíram clara vitória do partido de oposição. A maior vitória do MDB deu-se no Senado, onde recebeu 4 milhões de votos a mais que a ARENA. Pela primeira vez desde a criação dos dois

partidos , o MDB ficava com a maior porcentagem do eleitorado em eleições para o Senado”.

Nos anos seguintes, a Ditadura Militar foi perdendo forças e o poder fora tomado pelos órgãos de repressão, produzindo reflexos negativos na hierarquia das Forças Armadas. Um oficial de patente inferior podia controlar informações, decidir da vida ou morte de pessoas conforme sua inserção no aparelho repressivo, sem que seu superior na hierarquia militar pudesse contrariá-lo. Conforme tantas represálias, o governo Geisel foi marcado por um marco drástico no ano de 1975, o suposto suicídio do Jornalista Vladimir Herzog no II Exército em São Paulo, deixou a sociedade brasileira da época abalada, o episódio foi um dos mais graves ocorridos na história da ditadura militar, e gerou uma grande comoção social de segmentos da classe média, conforme GASPARI, 2004, p. 179, “Desde o assassinato do ex-deputado Rubens Paiva no quartel do Rio de Janeiro, em 1971, era a primeira vez que morria no porão da ditadura um quadro da elite, com vida legal, cuja atividade política tinha pouco relevo até mesmo no seu cotidiano. A diferença do corpo de Paiva, que desapareceu, o de Herzog incrustara-se no DOI e no regime. Horas depois da confirmação de sua morte, começou um daqueles processos em que reações individuais e desarticuladas desembocam em comportamentos que, sem coordenação ou planejamento que, constroem os grandes fatos históricos”. O país ficou tão comovido que políticos, setores progressistas da Igreja católica, estudantes universitários e parte da imprensa se aliaram e realizaram um culto ecumênico na Catedral da Sé, em São Paulo, com a participação de milhares de pessoas.

Diante do suposto suicídio, Geisel nada fez e nem se prontificou a enquadrar e punir os responsáveis, conforme GASPARI, 2003, p. 174, “Para esse homem tímido e miúdo confluíam três crises, todas carregadas de ódio. Uma era o choque da Comunidade com Geisel. Outra, a caçada do CIE ao Partidão. A terceira, mas virulenta, era o conflito do general Ednardo com o governador Paulo Egydio Martins. A prisão de Vlado Herzog servia a todas”, ou seja, a morte de Herzog era o que todos almejavam.

No dia 17 de janeiro de 1976 morria no porão do II Exército, Manoel Fiel Filho, um operário do setor de prensas metálicas da Metal Arte. Esse episódio fez com que Geisel destituísse do comando do II Exército, o general Ednardo Džavilla Melo, segundo GASPARI, 2004, p. 220, “No dia 18 de janeiro de 1976, um domingo, o

general Ernesto Geisel não dormiu: “Passei uma noite de cão. [...] irritado, pensando em como iria agir. Não falei com ninguém. Fiquei deitado, me virando na cama e matutando no que iria fazer. “E vi que a solução era tirar o Ednardo do comando do II Exército”, com essa atitude, Geisel demonstra a primeira ofensiva governamental contra os militares radicais.

Mesmo decidido a reimplantar a democracia no Brasil, o Presidente Geisel sabia que o processo teria de ser de forma lenta, gradual e segura. Portanto, Geisel sabia que não podia se rebelar contra os militares e também não podia deixar a oposição correr solta no planalto. Dessa forma, buscando uma conciliação com os militares e a oposição, Geisel em seu governo procura governar de forma mais branda. No entanto, a flexibilização do regime foi completamente rejeitada por aqueles que não aceitavam o retorno ao sistema democrático. Nos quartéis, panfletos circulavam contra o presidente e outros generais defendiam a indicação do militar Sylvio Frota para disputar a sucessão presidencial. Paralelamente, a denúncia contra a opressão do regime aumentou quando o jornalista Vladimir Herzog e o operário Manoel Fiel Filho apareceram mortos nas celas do II Exército de São Paulo.

Sentindo seu governo ameaçado pelo forte crescimento da oposição no país, Geisel implanta a Lei Falcão, no ano de 1976. Essa lei foi um marco no seu governo, pois proibia a organização de campanhas eleitorais nos veículos de comunicação, ou seja, impedia o aparecimento de candidatos ao vivo no rádio e na televisão.

Como Geisel queria agradar a extrema direita, não hesitou em implantá-la, pois queria também evitar que a oposição ganhasse poder no congresso, segundo REIS, 2005, p. 68, “para conter a avalanche emedebista, o governo dispôs de engenho, truculência e arte: fez aprovar a chamada Lei Falcão, que na prática, acabava com a propaganda eleitoral gratuita pela TV, poderoso instrumento das oposições para divulgar idéias e candidatos”. Dessa forma, podemos afirmar que Geisel com a Lei Falcão queria evitar que o horário eleitoral gratuito viesse a ser utilizado como uma forma de criticar o regime militar e buscava também diminuir a simpatia do eleitor pelo partido oposicionista da época.

No ano de 1977, Geisel ao presumir nova vitória da oposição nas eleições seguintes, decidiu fechar o Congresso Nacional, cassa parlamentares e decreta o Pacote de Abril, que tinha como objetivo claro conter a vitória da oposição e a organização

popular. Para isso, ampliou o mandato presidencial para seis anos; criou a figura do "senador biônico", nomeado pelo governo e não por meio de eleições, segundo GASPARI, 2004, p. 354, "Geisel abrandou a essência draconiana da "denúncia vazia", que permitia aos senhorios expulsar os inquilinos. Além disso, estendeu as férias dos trabalhadores de vinte para trinta dias. Essas duas medidas foram suficientes para dar ao pacote uma inédita popularidade", sendo assim, o povo brasileiro via o novo pacote como o início de uma abertura política lenta, gradual e segura como o Presidente Geisel havia prometido em seu discurso de posse.

Ao fim de seu governo, Geisel entrega em 15 de março de 1979, ao seu sucessor, o General de Exército João Baptista de Oliveira Figueiredo, um país com um crescimento significativo contra a ditadura militar, no qual a população brasileira acreditava que o Presidente Geisel tinha dado início, de forma lenta e gradual, a abertura política no Brasil.

Capítulo III – Do Rio de Janeiro ao Planalto Federal

“Não tenho temperamento prá isso (a candidatura). Quando não gosto de um sujeito, não gosto na cara e deixo de cumprimentar de uma vez. E sei que um presidente da República, em certas ocasiões, tem que fingir que está ouvindo com prazer a conversa pegajosa de um empresário picareta ou de um político aproveitador”.

João Figueiredo, ex – presidente da República do Brasil

3.1 – A Infância e o início da Carreira Militar

Nascido em 15 de Janeiro de 1918, no bairro de São Cristóvão, na cidade do Rio de Janeiro, então Distrito Federal, João Baptista de Oliveira Figueiredo era filho do General Euclides de Oliveira Figueiredo e de Valentina de Oliveira Figueiredo. Era o

terceiro filho de um grupo de seis irmãos. Teve sua infância iniciada em uma casa localizada nas proximidades do quartel onde o seu servia, no bairro de São Cristovão no Rio de Janeiro.

Filho do General Euclides Figueiredo, João Baptista lidou com a vida militar desde cedo. Seu pai destacou-se na Revolução Constitucionalista de 1932, como comandante das tropas rebeldes que operaram no vale do rio Paraíba, fez cerrada oposição ao Estado Novo e foi eleito deputado pelo Distrito Federal à Assembléia Nacional Constituinte de 1946 na legenda da União Democrática Nacional (UDN). Seu irmão mais velho, Guilherme, lutou ao lado do pai em 1932 e tornou-se conhecido no Brasil e no exterior como teatrólogo. Outros dois irmãos, Euclides e Diogo, seguiram a carreira militar e alcançaram o generalato. O primeiro comandou a 1ª Divisão de Exército (Vila Militar) no Rio e o Comando Militar da Amazônia e o segundo comandou a Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, também no Rio.

Sendo filho de um militar, João Baptista de Oliveira Figueiredo teve sua carreira no exército iniciada muito cedo, aos cinco anos de idade, no ano de 1923, ingressou no Colégio Santa Teresa onde fez os primeiros estudos. Depois foi transferido para o Colégio Nilo Peçanha, nessa época seu pai, recém promovido a coronel do exército, foi transferido para Alegrete como Comandante da Segunda Divisão de Cavalaria, fazendo com que João Figueiredo deixasse o colégio e prosseguisse seus estudos em casa.

No ano de 1927 matriculou-se como interno no Colégio Marista no Rio Grande do sul, e em 1928 obteve o primeiro lugar num concurso para o Colégio Militar de Porto Alegre, no qual começou a cursar no ano seguinte.

No ano de 1930, o Brasil foi acometido por uma revolução que ficou conhecida como a Revolução de 1930. Essa revolução foi um dos primeiros movimentos armados, liderado pelos estados de Minas Gerais, Paraíba e Rio Grande do Sul, pelo qual culminou com o golpe de Estado, o **Golpe de 1930**, que depôs o presidente da república Washington Luís em 24 de outubro de 1930, impedindo a posse do presidente eleito Júlio Prestes e pondo fim à República Velha. Segundo, FAUSTO, 1972, p. 22, a revolução acabou com a “hegemonia da burguesia do café, desenlace inscrito na própria forma de inserção do Brasil, no sistema capitalista internacional”.

Na revolução de 1930, Euclides Figueiredo, pai de João Figueiredo, coronel que comandava a Segunda Divisão de Cavalaria, foi convidado a ocupar posição de

destaque no movimento político-militar que então se preparava com o objetivo de depor o presidente Washington Luís. O Coronel Euclides Figueiredo, recusou-se a colaborar com os rebeldes reafirmando sua lealdade ao presidente. Diante dessa atitude, após a deflagração do movimento, em outubro daquele ano, o Coronel Euclides Figueiredo acabou sendo preso. Segundo ABREU et al. (2001, p. 2188), “Ao irromper a revolução em 3 de outubro de 1930, Euclides foi preso pelos revoltosos na cidade de Santana do Livramento (RS), onde estava realizando uma inspeção. Foi libertado ainda durante o período de lutas, que durou até 24 seguinte, quando autoridades militares do Distrito Federal depuseram o presidente Washington Luís e constituíram uma junta que em 3 de novembro, entregou o poder a Getúlio Vargas”.

Após a libertação de seu pai em 1930, João Figueiredo retorna ao Rio de Janeiro juntamente com a sua família, foi transferido para a escola militar local, alguns anos depois, praticamente em 1935, João Figueiredo ingressa na Escola Militar do Realengo, e em novembro apresenta-se às autoridades militares para combater a Revolta Comunista, deflagrada no terceiro Regimento de Infantaria e na Escola de Aviação Militar, pela qual foi rapidamente sufocada.

Sendo o primeiro aluno da Escola Militar do Realengo, João Figueiredo foi declarado como Aspirante da Arma da Cavalaria, recebendo o Espadim de Vargas, em novembro de 1937. Abreu et al (2001, p. 2192), afirmam que “Devido à sua condição de primeiro aluno, recebeu o espadim de Vargas, cujo chefe de polícia, capitão Fillinto Müller decretara pouco antes a prisão de seu pai”.

Após a sua saída da Escola Militar de Realengo, João Figueiredo foi designado para servir no Regimento Andrade Neves (Regimento – Escola de Cavalaria), na Vila Militar do Rio. Nos anos seguintes, sua carreira militar obteve um crescimento significativo, primeiro foi promovido a Segundo-Tenente em abril de 1938, e em dezembro de 1940, recebeu a promoção de Primeiro-Tenente, essa promoção fez com que Figueiredo retorna-se ao Rio Grande do sul, foi enviado ao Oitavo Regimento de Cavalaria, localizado na cidade de Uruguaiana (RS).

Após um ano em Uruguaiana (RS), Figueiredo regressa ao Rio de Janeiro atuando como ajudante-de-ordem do General Cristóvão de Castro Barcelos, exercendo

sucessivamente o comando da Quarta Região Militar (4º RM), em juiz de Fora – Minas Gerais. Após deixar o comando da Quarta Região Militar, Figueiredo assume a inspetoria do Terceiro Grupo de Regiões Militares como também as funções de membro da Comissão Mista de Defesa do Brasil – Estados Unidos, que segundo ABREU et al, (2001, p. 2192), afirmam que essa comissão foi “criada durante a Segunda Guerra Mundial para estudar planos de defesa do hemisfério sul, ameaçado pelas investidas dos submarinos alemães”.

João Figueiredo desenvolveu uma carreira brilhante no exército brasileiro, em meados de 1944 tornou-se instrutor de Cavalaria na Escola Militar do Realengo, onde alguns anos havia sido aluno. Mesmo sendo promovido a Capitão do Exército, permanece em Realengo até o final do ano de 1945, quando se deu o início a redemocratização e subsequente o início da queda do Estado Novo no Brasil.

No ano de 1946, Figueiredo inicia seu treinamento no curso da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO), permanecendo dois anos. Após finalizar seu curso na EsAO, Figueiredo tornou-se instrutor da Cadeira de Fortificações da Escola Militar de Resende, na qual mais tarde tornou-se a Academia de Agulhas Negras.

Em 1949, Figueiredo retorna à EsAO e permanece durante o período de 1949 a 1952 como instrutor da Cavalaria. Após esse período, Figueiredo é promovido a Major em Abril de 1953 e ingressa na Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME) e no ano seguinte torna-se instrutor da ECEME.

Durante o período de 1955 a 1957, Figueiredo participou da Missão Militar Brasileira no Paraguai, destacou-se novamente por ter obtido o primeiro lugar nos três cursos militares na Escola Militar, na Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais e na Escola do Estado Maior do Exército, em Novembro de 1958 recebeu a promoção de Tenente-Coronel passando a servir na Quinta Seção (Relações Públicas) do Estado-Maior do Exército (EME), saindo de lá somente em 1960 para cursar a Escola Superior de Guerra (ESG).

No ano de 1961, no governo de João Goulart, Figueiredo foi trabalhar no Conselho de Segurança Nacional sob as ordens do Coronel Golbery de Couto Silva, permanecendo até setembro de 1961, onde deixa o Conselho Nacional de segurança e assume sob as ordens do General Jurandir Bizarria Mamede, as funções de Instrutor da

Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME), na qual logo a Escola tornou-se uma das bases militares usada para conspirar contra o Governo de Goulart, conforme ABREU (2001, p. 2193), “logo transformada em um dos principais pontos de apoio à conspiração contra o governo. Na ECEME, no EME e na ESG desenvolveu-se a doutrina e transformaram-se os principais quadros do movimento político-militar que derrubou João Goulart em 31 de Março de 1964, inclusive Figueiredo, participante ativo de todas as fases desse processo”.

3.2 – A Carreira Política e os Cargos Exercidos em Governos Militares

Após a deposição do Presidente João Goulart, em 1964, os militares elegem através de eleição indireta, o General de Exército Castello Branco que empossado começa uma reestruturação nos órgãos de segurança nacional. Partindo dessa premissa, Castello Branco juntamente com o General de Exército Golbery de Couto Silva, que achava que o país necessitava de um órgão de informações eficaz, cria e implanta o Serviço Nacional de Informação o *SNI*. Segundo GASPARI, 2002, p. 153, “Golbery começou a montar o *SNI* nos primeiros dias de abril de 1964 sem ter ainda função no governo de que era peça-chave”. Golbery dedicou-se meses nesse projeto, de acordo com GASPARI, 2002, p. 154, “Golbery trabalhou no seu projeto de abril a 13 de junho, quando a lei 4.341 criou o Serviço Nacional de Informações. Com o referendo do Senado, foi nomeado para dirigi-lo”.

Para a criação do SNI, o presidente Castello Branco precisava da aprovação do Senado e da câmara dos deputados, ou seja, o Presidente Castello Branco teve que negociar, conforme FICO, 2004, p. 77 e 78, “O SNI foi criado às claras e, diga-se, o projeto de lei encaminhado por Castello Branco ao Congresso Nacional foi combatido por parlamentares, que viam no futuro órgão semelhanças com o antigo Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) de Getulio Vargas”. Diante da situação, Castello fora obrigado a criar um conceito do novo órgão no sentido de que o SNI não tinha nenhuma ligação com o antigo DIP e que o governo precisava se abastecer de informações, pois tinham coisas que aconteciam no país e o presidente ficava a par dessas situações tardiamente, com esse conceito Castello busca a aprovação do Congresso Nacional, de acordo com FICO, 2004, p. 78, “Castello foi obrigado a negociar com o Congresso nacional e tentou tranquilizar os parlamentares sobre as boas

intenções do novo Serviço, afirmando que a Presidência da República apenas precisava municiar-se de informações, já que havia episódios importantes que só eram conhecidos pelo presidente tardiamente”.

Outro fator que Castello Branco usou para convencer o Congresso Nacional foi levar aos ouvidos dos parlamentares a idéia de que tinha “detestava o antigo DIP”, segundo FICO, 2004, p 78, “Castello, neste particular, reforçou a construção da mitologia sobre sua própria pessoa, pois tornar-se-ia aceita a tese de que ele tinha “horror ao DIP”. De fato, porém, existe uma significativa evidência de que ele impediu que o SNI fosse criado como um órgão de “mão dupla”, isto é, que fizesse, ao mesmo tempo, tanto a coleta de informação como a propaganda política, tal como o velho DIP o fizera”. Dessa forma, o presidente Castello Branco convence o congresso Nacional e consegue a aprovação e criação do Serviço Nacional de Informação, o SNI.

O SNI foi um órgão de muita importância para o regime militar, mas para João Figueiredo, O SNI teve uma suprema importância em sua carreira militar e política. João Figueiredo, promovido a coronel em 1964, foi encarregado a assumir a chefia da Agência do SNI no Rio de Janeiro, ficando novamente sob o comando do General Golbery Couto e Silva, que na época chefiava o comando do órgão em nível nacional.

Nesse meio tempo em que ficou à frente da chefia da Agência Central do SNI no Rio de Janeiro, Figueiredo teve que assumir o comando da Força Pública São Paulo, segundo ABREU et al (2001, p.2193), “Em 5 de junho de 1966, Castelo cassou o mandato do governador de São Paulo, Ademar de Barros, e transferiu o cargo para o vice Laudo Natel, com a condição de que este aceitasse nomes indicados pelo governo federal para as secretarias de Fazenda e de Segurança e o comando da Força Pública. Assim, Figueiredo foi nomeado para este último posto, onde ajudou a consolidar a nova administração e a combater o ademarismo”. Figueiredo ficou a frente do Comando da Força Pública de São Paulo no período de 1966 a 1967, na qual essa experiência lhe trouxe prestígio e conhecimento no campo político brasileiro da época.

Já no Governo de Costa e Silva, Figueiredo desempenhou um papel importante a frente do Primeiro Regimento de Cavalaria de guardas (Dragões da Independência) em Brasília, ficou como encarregado da segurança dos palácios da Presidência, obtendo assim mais contato com a política através do exército. Em março de 1969, Costa e Silva promove Figueiredo a General-de-Brigada do Exército, posto esse ao qual lhe deu a

responsabilidade de comandar as brigadas que são estruturas com cerca de cinco mil militares, às quais são vinculados batalhões das diversas armas do Exército, um general comanda uma brigada. Nessa mesma época, o General Garrastazú Médici, chefe do SNI, consegue o posto máximo na hierarquia militar e assume o comando do III Exército, em Porto Alegre no Rio Grande do Sul. Médici é encarregado de assumir a missão de aumentar o controle sobre as atividades dos exilados ao longo da fronteira com o Uruguai e a Argentina, com o intuito de aproveitar a experiência de Figueiredo no setor de informações, Médici convidou-o para a chefia do Estado-Maior, dessa forma Figueiredo retorna ao Rio Grande do Sul ficando no posto até outubro de 1969, pois segundo ABREU et al (2001, p. 2193), “Em fins de agosto de 1969, o presidente Costa e Silva sofreu um grave distúrbio circulatório que impediu a continuidade de suas atividades e levou os três ministros militares - general Aurélio de Lira Tavares, almirante Augusto Rademaker e brigadeiro Márcio de Sousa e Melo - a assumirem temporariamente o poder, impedindo a posse do vice-presidente Pedro Aleixo. A crise generalizou-se no meio militar até a indicação de Médici para a presidência da República, depois de escolhido pela alta hierarquia das três forças. Empossado em 30 de outubro de 1969, no mesmo dia o novo presidente nomeou Figueiredo para substituir o general Jaime Portela na chefia do Gabinete Militar”. Figueiredo retorna a Brasília, ficando na chefia do Gabinete Militar até 1974 quando assume a Chefia Nacional do SNI.

Em 1974, o General Ernesto Geisel assume a presidência do Brasil e nomeia Figueiredo para chefiar o SNI. Geisel acreditava em sua competência e experiência, é tanto que futuramente o presidente indicou Figueiredo a sua sucessão, segundo GASPARI, 2002, p. 159, “Em setembro de 1964, havia no SNI vinte oficiais do Exército. Juntaram-se numa época em que quase todos moravam no subúrbio e usavam meias curtas. Deles, o mais graduado era o Coronel João Baptista de Oliveira Figueiredo, *Figa*, um cavalheiro estourado, velho conhecido de Golbery, militante do IPÊS. Desde abril, Figueiredo dirigia o SFICI. Tornou-se chefe da Agência Central, que funcionava no Rio de Janeiro. Era o segundo lugar na hierarquia do SNI. Em 1974, no governo Geisel, ocupou a chefia do Serviço até que em 79, foi feito presidente”.

3.3 – A Frente do SNI: Intimidade com o Poder e a Política

A Tomar posse da presidência do Brasil em 15 de março de 1974, o presidente Geisel anunciou que em seu governo a democracia seria retomada de forma "lenta, gradual e segura", criando uma grande expectativa sobre o início de uma nova fase na vida política. Nessa época, Geisel nomeia o General Figueiredo para assumir o SNI, Figueiredo assume o SNI e juntamente com Geisel integra o núcleo central das principais decisões governamentais sobre o processo de distensão, que teve seu primeiro grande teste nas eleições de novembro para renovar a totalidade da Câmara e 1/3 do Senado. O acesso dos candidatos opositores do Movimento Democrático Brasileiro (MDB) ao rádio e à televisão em igualdade de condições com os da Aliança Renovadora Nacional (Arena) contribuiu decisivamente para que a oposição elegeisse 16 dos 21 senadores e reduzisse consideravelmente a enorme maioria governista na Câmara. Apesar desse resultado, o governo anunciou a continuação de sua política, desagradando setores militares mais radicais, cujos líderes, alguns no exercício de comandos importantes, passaram a articular pressões para a manutenção do regime de exceção.

Na década de 1970, o SNI já tinha se tornado um órgão gigantesco de comunicação, segundo FIGUEIREDO, 2005, p. 1998, "O SNI já possuía 12 agências regionais espalhadas pelo país e se preparava para construir, em Brasília, a sede da Agência Central e uma escola para espiões, numa área de 200 mil metros quadrados, mais de duas vezes o tamanho do estádio Maracanã. Nenhum outro órgão público crescia no país". Geisel colocou Figueiredo a frente do órgão, por confiar em sua competência e experiência militar para administrá-lo.

Ao assumir o SNI, Figueiredo foi promovido a General de Divisão, patente pela qual lhe daria poder para comandar uma Divisão, esse posto também é chamado de "General Três Estrelas" ficando no posto intermediário entre os generais-de-brigada e o General de Exército. A Sua administração foi bem aceita pelos militares, no entanto a frente do Serviço, sua administração deixou alguns arranhões, de acordo com GASPARI, 2002, p. 160, "Sua ruínosa administração coincidiu com a humilhação nacional do Serviço. Nele o coronel moralista de 1964 empregaria uma protegida a quem conheceu quando ela era menor de idade, entre as cavaliças do Regimento de Cavalaria e as baias da Granja do Torto".

Para o SNI, Figueiredo levou consigo alguns amigos, dentre eles o amigo mais próximo de seu grupo de amizade, o Tenente-Coronel Octavio Aguiar de Medeiros, seu parente afastado e que assumiu a divisão SC-4, conforme GASPARI, 2002, p. 160, “Medeiros teve uma pedestre passagem pela seção de soviologia, a SC-4, e só adquiriu uma fugaz notoriedade nacional em 1969, quando desbaratou em questão de semanas toda uma organização esquerdista que assaltava bancos e explodia bombas em Minas Gerais”. Outro amigo que Figueiredo fez questão de levar consigo para o SNI, foi o então Tenente-Coronel Newton Araújo de Oliveira Cruz, que assumiu o fichário do serviço, pelo qual Newton Cruz assumiu o posto não muito satisfeito. De acordo com GASPARI, 2002, p. 160, “Ele caiu no Serviço sem muito gosto pelo trabalho que lhe coube: o fichário”.

Após uma década de sua criação, o SNI tinha crescido e sua base estabelecida em Brasília impressionava quem via de fora, era o órgão de maior potência e qualidade em seu serviço, conforme GASPARI, 2002, P.168, “o SNI dispunha em Brasília de mais de 200 mil metros de gramado. Lá funcionava desde 1971 a Escola Nacional de Informações, a ESNI, equipada com um dos melhores de línguas do Brasil, academia de tiro subterrânea e uma completa emissora de televisão. Na Agência Central do Serviço montou-se um avançado sistema de computadores em torno de um modelo do IBM – 360/115 trazido ao país ilegalmente. Nele guardaram-se as fichas – Levantamento de Dados Biográficos, ou LDBs, na linguagem burocrática. Sob o guarda chuva do Serviço funcionou também uma fábrica de componentes eletrônicos, a Prologo”. Contudo isso, o SNI tornou-se um gigantesco ministério que tinha o objetivo de coletar informações e controle sobre adversários internos e externos do regime, como também acompanhar o funcionamento da máquina burocrática do Governo, recolher informações do governo e também sobre a atuação de entidades públicas e privadas, analisar acontecimentos políticos e prever seus desdobramentos possíveis, de modo a evitar que o governo pudesse ser surpreendido por episódios e situações capazes de influir no comportamento geral da sociedade.

Desse modo, o SNI chegou a ser o órgão mais competente e organizado do governo, ficando entre os dez mais equipados serviços de informação do mundo, conforme GASPARI, 2002, p. 169, “Seu poder de alavancagem política foi superior ao da CIA, do Intelligency Service, ou mesmo da KGB. O Serviço Soviético, em 72 anos

de existência, conseguiu fazer um só secretário-geral do Partido Comunista, Yuri Andropov, em 1982. Só um ex-chefe da CIA (George Bush) chegou à presidência dos Estados Unidos. Em vinte anos, durante os quais o SNI foi chefiado por cinco generais, dois deles, Emílio Garrastazú Médici e João Baptista Figueiredo, chegaram à Presidência da República”.

Na administração do SNI, Figueiredo se deparou com o poder, pois administrar uma das maiores potências de Serviço em Informação do mundo lhe dava uma grande intimidade com o poder e também com a política. Com o SNI, Figueiredo se deparou com a possibilidade de ser indicado ao sucessor de Geisel, o SNI era um órgão que segundo FIGUEIREDO, 2005, p. 194, “O Serviço Nacional de Informações se tornara o quarto poder no país. Nada lhe escapava. O Órgão vigiava parlamentares, estudantes, religiosos, intelectuais, líderes sindicais e quem mais estivesse no caminho”, ou seja, o SNI ganhou força e poder que nenhum outro órgão do governo na época possuía. Dessa forma, Figueiredo junto com o SNI ganhou poder, prestígio e respeito, características que o levou a ser indicado à sucessão de Geisel, ficou a frente do serviço até meados de 1977, saindo para a campanha que o levou a presidência da república em 1978.

3.4 – A Promoção à General do Exército e a indicação ao Sucessor de Geisel

Apesar de Geisel afirmar desde o começo de seu mandato que só se preocuparia com o seu sucessor em janeiro de 1978, em sua mente a coisa não funcionava assim. Desde a sua posse, o General já tinha escolhido o nome de quem viria a sucedê-lo no próximo mandato a presidente do Brasil. De acordo com GASPARI, 2003, p.333, “Geisel entrou no Palácio do Planalto com o nome de seu provável sucessor na mochila. Era o General João Baptista Figueiredo. Seria exagero dizer que fosse um propósito irremovível, mas em março de 1974 essa era a primeira e principal opção de Geisel. Contavam-se nos dedos de uma só mão as pessoas que sabiam disso”.

Geisel tinha uma admiração e um respeito por Figueiredo mesmo antes de se tornar presidente, queria o General Figueiredo como seu vice-presidente, mas não foi aceito, conforme CHAGAS, 1985, p. 224, “Contam que quando presidente da PETROBRÁS, tornado candidato à sucessão de Garrastazú Médici, tratou com o então presidente da República da indicação de seu vice-presidente. Sugeriu João Baptista

Figueiredo, na época chefe do gabinete militar. A sugestão não foi aceita e o vice-presidente acabou sendo o General Adalberto Pereira dos Santos”.

Geisel queria Figueiredo como sucessor, não abria mão disso, mas Figueiredo tinha alguns empecilhos que deixava Geisel preocupado. Em 1973, o Presidente ao analisar a situação da possibilidade de indicar Figueiredo à sucessão, percebeu alguns empecilhos, tal como o fato de João Baptista ser um General três estrelas, segundo FIGUEIREDO, 2005, p.284, “Na hierarquia militar, o generalato é dividido em três etapas pela ordem de importância: general-de-brigada (duas estrelas), general-de-divisão (três estrelas) e general de exército (quatro estrela)”, Figueiredo era um general-de-divisão (duas estrelas), para ser presidente precisava da quarta estrela. De acordo com GASPARI, 2003, p. 333, “Figueiredo tornou-se “uma das hipóteses de ser o futuro presidente”. Carregava uma dificuldade: era um simples general-de-brigada, subiria a general-de-divisão em julho de 1974, mas em 78, quando a sucessão deveria ser decidida, haveria de lhe faltar à quarta estrela, essencial para preencher o requisito eleitoral que a ditadura impunha aos seus candidatos a presidente. Não seria fácil promovê-lo a tempo, Geisel achava pouco provável que se conseguisse”.

Além de Geisel, o próprio Figueiredo também não queria ser presidente sem a promoção à General de Exército, não aceitava o fato de ser presidente estando um nível inferior ao de outros colegas, para Figueiredo isso não o deixava a vontade para governar o país, pois os seus companheiros de patente superior não seriam obrigados a prestar continência para uma patente inferior, em outras palavras, como governaria o país sendo um general inferior aos seus colegas.

Outro fator que preocupava Figueiredo era o fato de que ao assumir a presidência, seguindo o regulamento oficial do exército da época, seria obrigado a passar imediatamente para a reserva e teria que encerrar sua carreira como general três estrelas, e isso era o que Figueiredo não queria. De acordo com FIGUEIREDO, 2005, p. 285, “Figueiredo então bateu o pé: só aceitaria suceder Geisel se ganhasse a quarta estrela”.

Geisel ao avaliar a carreira militar e a promoção de Figueiredo a general de Exército percebe, que a situação para promovê-lo não era uma das mais prováveis. Em uma conversa que teve com Heitor Ferreira⁵, Geisel busca uma solução, conforme

⁷Assistente de Geisel na PETROBRÁS e secretário particular do Presidente durante o período de 1974 a

GASPARI, 2003, p. 334, “Eu estive estudando esses dias muito o almanaque [...] Eu vejo a carreira do Figueiredo retardada. Quer dizer, o Figueiredo não vai chegar em meados de 1978 como general-de-exército. A não ser que ele desse muita carona. O azar dele é que na frente dele está o Ayrosa, e está o Walter Pires de Albuquerque, que é outro amigo, e está esse *chupeta*, o Hugo Abreu. E são caras que não devem levar carona. O ideal, se a gente olhar o problema sucessório, e esse troço não evoluir para uma outra posição, o único homem que eu vejo aí em condições de ser o futuro presidente seria o próprio Figueiredo”.

O problema da sucessão era um empecilho para Figueiredo ser o sucessor de Geisel, mas o que mais preocupava o presidente era a saúde de Figueiredo. Geisel sabia desde 1972 que Figueiredo tinha problemas de saúde, em uma conversa com Heitor Ferreira⁷, Geisel lamenta a questão e se diz muito preocupado, pois não queria entregar o país ao amigo sabendo que ele não terminaria o mandato como aconteceu com Costa e Silva. De acordo com GASPARI, 2003, p. 335, “No final da tarde de 12 de novembro de 1974 o presidente entrou na sala de Heitor Ferreira e demorou-se na análise do futuro de Figueiredo: “Tem o complicador que é o problema da saúde. Ah, é o maior complicador de toda a lista. De um lado, porque eu tenho que poupá-lo, apesar de que isso é extremamente difícil, de outro lado eu não vou incorrer na besteira do Costa e Silva, de o camarada estar com problemas, eu sabendo, eu empurrá-lo para a presidência para ele se matar. Não é verdade? Não vou fazer isso. Então, estou aí numa [...] angústia danada”.

Diante da situação, Golbery no dia seguinte resolveu ter uma longa conversa com Figueiredo, dessa conversa não ficou registro, mas segundo GASPARI, 2003, p. 335, “o chefe do SNI passou a carregar um coração de candidato. Comentou o resultado de seu eletrocardiograma com o coronel Moraes Rego, garantindo: “Eu nunca vou ter um infarte”.

Mesmo decidido a ser o sucessor de Geisel, Figueiredo não abria mão da sua promoção a general quatro estrelas, ou seja, general de exército. Segundo CHAGAS, 1985, p.249 e 250, “quando Geisel confirmou Figueiredo como seu candidato, este exigiu a promoção antecipada. Não quis ficar atrás dos antecessores, todos generais-de-

Exército, integrantes do Alto comando. O Presidente hesitou, falou não haver necessidade, e Figueiredo mandou dizer a ele, pelo general Costa Cavalcanti: “Sem promoção não há candidatura. Diga que eu agradeço e desisto de ser o sucessor”.

Como Geisel não abria mão da indicação de Figueiredo como seu sucessor, começa a estudar formas de promover Figueiredo. Sabia que estava com um problema sério em suas mãos, pois na época as promoções aconteciam uma vez por ano, em março, e obedeciam a um critério rígido, segundo FIGUEIREDO, 2005, p. 284 e 285, “para cada vaga aberta, uma lista com os nomes dos três generais mais antigos era levada ao presidente, que escolhia quem seria o laureado”. O Problema de Figueiredo era que além dele, havia mais de doze generais-de-divisão à sua frente aguardando a promoção a general de exército, e só havia uma vaga para general quatro estrelas, segundo GASPARI, 2004, p. 243, “No almanaque do exército de 1975, era o 33º da fila. Estava entalado dos doze generais-de-divisão à sua frente, cinco eram fortes candidatos à promoção. Dos dez seguintes, só um. Geisel estimara que dificilmente conseguiria promovê-lo antes de 1978”.

Após muita análise e discussões, finalmente Geisel juntamente com o Alto Comando encontram uma solução para a possível promoção de Figueiredo, tiveram que fazer uma mágica para que a promoção de Figueiredo saísse e ainda por cima, sem desobedecer os critérios do almanaque do exército, diante da situação, Geisel abriu duas vagas para general de exército, de acordo com FIGUEIREDO, 2005, p 285, “O Alto Comando do Exército teve que fazer uma mágica: abriu duas vagas para general-de-exército, preteriu concorrentes mais bem colocados que Figueiredo e por fim, terminou fazendo a vontade do ministro do SNI”.

Em março de 1978, João Baptista de Oliveira Figueiredo foi promovido a general-de-exército, recebe a quarta estrela do generalato como queria. Diante da promoção, o general-de-exército passa automaticamente para a reserva a fim de iniciar sua campanha para presidente do Brasil.

Capítulo IV – As Fases da Pré – Candidatura, O Marketing Eleitoral, a Eleição e Posse de Figueiredo

“Convidado, não (a ser o sucessor do Presidente Geisel), convidado eu não aceito. E ele (Geisel) sabe disso. Eu disse a ele que devido ao barulho da imprensa essa conversa não me surpreendia, mas que eu não queria, pois há restrições a mim. Minhas mesmo. Eu faço restrições a mim porque conheço minhas deficiências. Eu me conheço bem. Ainda disse a ele: pense bem nessa decisão”.

João Figueiredo, ex – presidente da República do Brasil em entrevista ao Jornal da Tarde, 5/01/78.

4.1 – A Escolha do Sucessor de Geisel

Apesar de Geisel sempre negar que já tinha em mente o nome de seu sucessor, e que só se preocuparia com o problema em 1978, sua decisão já estava firmada mesmo

antes de assumir a presidência. Geisel já tinha escolhido o seu sucessor antes mesmo de pisar no planalto.

Quando ainda estava à frente da PETROBRÁS em 1973, Geisel ao receber o comunicado que viria a ser o sucessor de Médici, reúne-se com o Coronel Moraes Rego para discutirem a respeito da indicação de Figueiredo a sucessão de Geisel. Segundo, GASPARI, 2004, p. 245, “Em 1973, ainda na PETROBRÁS, o coronel Moraes Rego produziu um mapa com a projeção do quadro de generais do futuro governo. Nele Figueiredo chegaria à quarta estrela em março de 1979. Tarde demais. Talvez em novembro de 1978, dias depois da eleição, mas também seria tarde. “Vão ficar os quatro - estrelas espinhados”, observaria Geisel. Achava necessário promovê-lo “pelo menos” em julho. Melhor mesmo em março, mas então só poderia fazê-lo passando aquilo que para Heitor Ferreira denominara “limpa-trilho”. Os trilhos poderiam ser limpos de duas maneiras: caroneando-se generais-de-divisão ou oferecendo-lhes cargos fora do exército”. Dessa forma, se Geisel seguisse o Almanaque do Exército teria que esperar até 1979 para promover Figueiredo, diante dessa situação, Geisel corria o risco de indicar Figueiredo e ainda ter que se submeter a receber do Alto Comando uma influência ainda que indireta, dando poder de futuramente a eleição de Figueiredo ser anulada por causa da promoção a general quatro estrelas. Geisel não queria correr o risco.

Até meados de 1976, Geisel já tinha estudado e analisado a promoção de Figueiredo e via que não tinha outra saída a não ser indicá-lo a sucessão mesmo sendo general três estrelas.

Diante de toda situação Figueiredo não abria mão da promoção, só aceitaria suceder Geisel se fosse promovido, mesmo vendo que sua situação diante do almanaque do exército não lhe era uma das mais favoráveis, conforme GASPARI, 2004, p. 244, “Figueiredo duvidava que pudesse chegar a tempo. Uma projeção do SNI, feita no início de 1975, colocara-o como o 18º da fila na composição de uma mesa onde havia quinze lugares. No final do ano seguinte, ele próprio compusera dois mapas. Num, “com a cousa”, poderia ser promovido em março de 1978. No outro, “sem a cousa”, não tinha chances. A “cousa” no código de Heitor Ferreira, era a demissão de Frota e a conseqüente abertura de mais uma vaga”.

Geisel sabia que ao indicar Figueiredo encontraria alguns problemas, o que ele não esperava era ter que lidar com o General Frota, seu ministro do exército que também queria ser seu sucessor. Frota estava de olho na sucessão de Geisel e em 1976 tomou uma atitude que não condizia com o seu cargo, Frota se reuniu com cinquenta oficiais do exército e participou de uma sessão conjunta do Congresso, de acordo com GASPARI, 2004, p. 251 e 252, “No dia 2 de setembro de 1976, Frota deu um daqueles passos aparentemente protocolares e ingênuos que marcam os rituais das ditaduras. Acompanhado por cinquenta oficiais-generais, foi à sessão conjunta do Congresso, convocada para homenagear a Semana de Caxias. Sessões desse tipo não eram comuns. Também não era comum convidar-se o ministro para sentar-se à Mesa Diretora. O General conversou amistosamente com senadores da oposição e chamou dois deles para a cerimônia de posse do comandante do IV Exército. No dia seguinte sua fotografia estava na primeira página do Jornal de Brasília. Era coreografia de candidato”. Geisel não ficou contente com a atitude de Frota.

Frota era um militar da ala conservadora das Forças Armadas, era considerado um general “linha dura”, tinha algumas características parecidas com as de Costa e Silva, segundo GASPARI, 2004, p. 251, “Na conduta, guardava certa semelhança com Costa e Silva, que primeiro consolidara a posição nos quartéis, para só depois pensar no que ia fazer. Tornara-se estuário da hostilidade militar a Golbery e convencera-se – com razão – de que o Chefe do Gabinete Civil trabalhava para tirá-lo do ministério”. Essas atitudes de Frota vinham deixando Geisel desgostoso com o seu ministro do exército.

Geisel almejava a abertura política, queria fazer acontecer de forma “lenta, segura e gradual”, esse era o seu maior interesse, por isso queria o General Figueiredo como seu sucessor e não o general Frota, pois sabia que com Frota seu plano não se concretizaria. Frota era um general que pretendia manter a ditadura no comando do governo. Como Frota começou a articular, sem conhecimento de Geisel, a possibilidade de ser o sucessor do presidente, Geisel começou a estudar a possibilidade de demiti-lo.

A Demissão de Frota, para Geisel, era uma solução para dois problemas: o primeiro a ser resolvido seria a promoção de Figueiredo a General de Exército, ao demitir Frota, Figueiredo seria o próximo a ser promovido, o outro problema é que Frota ao ser demitido não poderia mais ficar articulando junto com o congresso e a oposição a possibilidade de ser o sucessor de Geisel.

Frota vinha ganhando aliados junto ao Alto comando e com a oposição no congresso nacional. Reunia-se com os militares e aos poucos conseguia juntar aliados que se preparavam em busca da indicação de seu nome para a sucessão de Geisel. Essa atitude estava deixando o governo e o congresso em uma suposta crise interna. Afinal quem Geisel indicaria para a sua sucessão?

Mesmo decidido que o seu sucessor seria o General Figueiredo, Geisel vinha enfrentando um dos maiores problemas internos em seu governo. Seu Ministro do Exército, General Frota já tinha conseguidos aliados, eram chamado de Frotista, que segundo CHAGAS, 1985, p. 245, “na câmara, havia sido constituído em junho o chamado grupo Frotista, encarregado de sustentar o nome do ministro do exército, ao tempo em que eram programadas para o segundo semestre, visitas do general a diversos pontos do país, bem como arranjadas homenagens que lhe poderiam prestar Assembléias Legislativas estaduais e Câmaras de vereadores”. Diante da situação, o General Frota estava em campanha para ser o sucessor de Geisel, pois vinha conquistando aliados políticos e militares, o que estava deixando o presidente atormentado.

Por outro lado, o General Figueiredo também tinha aliados, como o General Golbery Couto e Silva, Heitor de Aquino e Humberto Esmeraldo Barreto, eram considerados os Figueiristas e vinham ventilando pelos corredores do congresso e junto à imprensa que a escolha já tinha sido feita e que seria o General Figueiredo, conforme CHAGAS, 1985, p. 229, “Golbery do Couto e Silva, Heitor de Aquino e Humberto Esmeraldo Barreto e outros começam a soprar para a imprensa escrita, já libertada da censura, que Figueiredo era a solução. Aqui e ali comentários ganham espaços nos jornais e revistas”.

O Jogo de tensões estava armado no governo, em meio à dúvida, Frota vinha ganhando espaço, o que deixava o Presidente Geisel insatisfeito com as ações de seu ministro do exército. Frota e Geisel já estavam com a relação entre si arranhada, o ministro do exército acreditava que tinha grandes aliados no Alto Comando do Exército e junto à oposição, vinha se reunindo com políticos e já estava escolhendo sua assessoria para ajudá-lo a presidir o país.

Frota estava tão confiante que Geisel não iria demiti-lo que já não mais despachava com o presidente, segundo GASPARI, 2004, p. 462, “Frota achava que o presidente já não tinha força para tirá-lo. Tanto que não a tinha, que não lhe mandara o texto da ordem do dia e nada lhe sucedera. O general estava no palanque do desfile militar do Dia do Soldado, e Geisel comportava-se como se nada tivesse acontecido”. O que Frota não desconfiava é que o presidente já estava articulando em sua mente e junto com seus aliados, a possível demissão e a escolha de Figueiredo como seu sucessor.

Frota estava tão confiante que no dia 4 de outubro tomou uma atitude inexplicável, segundo GASPARI, 2004, p. 469, “Era uma terça-feira dia de despacho rotineiro com o presidente, e o ministro não apareceu. Pior: sua assessoria informou que ele não comparecera ao despacho porque “não tinha nenhum assunto a tratar com o presidente”. Como é possível que com esse embrulho todo ele não tenha o que tratar comigo? Perguntou Geisel a Hugo Abreu”.

Diante dos fatos, Geisel começa articular com seus assessores a possível demissão de Frota, de acordo com GASPARI, 2004, p. 468, “Geisel reúne-se no Alvorada com Golbery na sexta-feira, dia 7. Tudo indica que discutiam a demissão do ministro. À noite, durante um jantar, Golbery revelou um segredo a Humberto Barreto: “Fique quieto. “Até quarta-feira o assunto estará liquidado”. “De novo, Geisel não dormiu”.

No dia 12 de outubro de 1977, Geisel comunica ao General Frota, seu ministro do Exército, que desejaria vê-lo naquele feriado. De acordo com GASPARI, 2004, p. 475, a conversa prosseguiu da seguinte forma:

- Frota, nós não estamos mais nos entendendo. A sua administração no ministério não está seguindo o que combinamos. Além disso, você é candidato a presidente e está em campanha. Eu não acho isso certo. Por isso, peço que você peça demissão.

- Eu não peço demissão – respondeu Frota.

- Bem, então eu vou demiti-lo. O cargo de ministro é meu, e não deposito mais em você a confiança necessária para mantê-lo. Se você não vai pedir demissão, vou exonerá-lo

Frota ficou insatisfeito, queria ser o sucessor de Geisel e que o mesmo o indicasse. Irritado com o presidente, o General levantou-se ficou em posição de sentido por alguns

minutos e saiu sem cumprimentá-lo. Após a audiência, Frota batalhou sem sucesso a possibilidade de ainda ser candidato. Reuniu-se em seu gabinete com os três comandantes do exército e com três generais quatro estrelas, a fim de conseguir aliados para confrontar Geisel, o que ele não esperava era que o presidente já havia se reunido com o Alto Comando e comunicado o motivo de sua demissão perante ao Alto Comando e demais autoridades, pelo qual recebeu total apoio de todos, afinal Geisel ainda era o presidente do país e ainda tinha o poder de comandar a nação.

Ao demitir Frota, Geisel ganhou campo para promover o General Figueiredo à General de Exército, ou seja, General Quatro – Estrelas, fazendo com que o chefe do SNI se tornasse apto para ser candidato a presidente.

4.2 - A Imprensa e o Lançamento do Nome do Sucessor de Geisel

Ao assumir a presidência em 1974, Geisel questionado em seu discurso de posse sobre a sua sucessão, afirma que só se preocuparia com a escolha de seu sucessor somente quando à hora chegasse, mas em sua mente já havia escolhido o General João Figueiredo para sucedê-lo na eleição de 1978.

Durante o seu governo, Geisel buscou manter segredo absoluto com relação à sucessão, tinha em mente o nome de seu sucessor, mas não queria divulgar imediatamente, queria manter o plano inicial sem que a imprensa soubesse, fazendo com que a idéia só seria repassada no momento certo, de acordo com CHAGAS, 1985, p. 227, “O Chamado Grupo Palaciano mantinha o plano inicial de, no momento certo, fazer o General João Figueiredo sucessor do General Ernesto Geisel”. Assim, Geisel junto com o Grupo Palaciano e até mesmo com o General Figueiredo, buscaram manter o sigilo absoluto sobre o assunto.

Em 30 de março de 1977, Geisel tenta aprovar no congresso o projeto que ficou conhecido como o “Pacote de Abril”, que era um projeto elaborado pelo governo sobre a reforma do Poder Judiciário. Geisel levou o projeto à votação no Congresso e não obteve os 2/3 de votos necessários para a aprovação do projeto. Diante dos fatos, o presidente reuniu imediatamente o Conselho de Segurança Nacional e, dois dias depois, anunciou ao país a decisão de decretar o recesso do Congresso pelo Ato Complementar nº 102, acusando o MDB de "minoría ditatorial".

O Congresso Nacional estava fechado e permaneceu dessa forma por 14 dias até o projeto ser aprovado. Geisel queria aprovar a reforma do Judiciário, decretou o recesso do Congresso baseado nos poderes do AI – 5 e outorgou um conjunto de medidas conhecidas como o “pacote de abril”, que, entre outras providências, determinou a eleição por via indireta de 1/3 do Senado, com o objetivo de evitar que se repetisse o insucesso eleitoral de 1974 e, dessa forma, assegurar uma composição favorável ao governo no colégio que, em 15 de outubro de 1978, deveria escolher o novo presidente da República.

A Aprovação do “Pacote de Abril, para Geisel, não era só a reforma do Judiciário e sim uma mudança na constituição político-eleitoral do país, segundo GASPARI, 2004, p. 362 e 363,” o Congresso não havia sido fechado para que se reformasse o judiciário, esse não era o principal motivo, o que se queria era o “muito mais”, a liberdade para emendar dispositivos eleitorais da Constituição. Quase todos os ministros defenderam a conveniência de se aproveitar a ocasião para avançar essas mudanças”, diante dos fatos, Geisel usou a aprovação do projeto com o pretexto de reformar a legislação judiciária, mas a sua principal preocupação era com a antecipação da eleição de 1979 para outubro de 1978 e a extensão do mandato presidencial que eram de quatro anos e com a aprovação do projeto, o mandato presidencial passaria a ter a duração de seis anos a partir do sucessor de Geisel.

Constava também no projeto a permanência das eleições indireta para governador e os mandatos de prefeitos e vereadores a serem eleitos em 1980, seriam de apenas dois anos, no qual permitia a coincidência geral das eleições em 1982. Outra mudança era o fato de que 1/3 dos senadores passaria a ser eleito de forma indireta, as bancadas dos estados menos desenvolvidos (onde a Arena obtinha melhores resultados) foram aumentadas, as emendas constitucionais passaram a depender de maioria simples no Congresso para serem aprovadas e as limitações à propaganda eleitoral previstas na Lei Falcão foram estendidas às eleições gerais.

Foram introduzidas ainda alterações na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) com o objetivo de estender para 30 dias o período de férias dos empregados, além de outras medidas sobre aluguel, impostos e concursos públicos, fazendo com que o governo ganhasse popularidade com a sociedade brasileira.

Diante da situação, Geisel consegue juntamente com a aprovação do Pacote de Abril a consolidação da candidatura de Figueiredo, segundo CHAGAS, 1985, p. 235, “Não foram poucos a imaginar que, naquele momento consolidava-se a candidatura do General João Figueiredo. Thales Ramalho diagnosticou: “na sua invariável tática de antecipar-se á pressões para tentar conduzi-las, o presidente precipitou todos os prazos do seu calendário e abriu os flancos de seu governo à especulação sucessória”. Seria o preço a pagar diante da utilização dos métodos prepotentes de gerir o processo político. Preço, no entanto, que o “devedor” deliciava-se em pagar”. Mesmo tentando manter sigilo, Geisel ao lançar o “Pacote de Abril” demonstra ao congresso e a nação, que para indicar Figueiredo estava disposto a passar por cima de tudo e de todos.

Após o lançamento do “Pacote de Abril”, Geisel ainda insistia na incerteza de quem iria sucedê-lo, não afirmava e muito menos negava que o sucessor seria o Chefe do SNI, essa atitude estava deixando a imprensa, o congresso nacional e a população em geral em dúvida. Afinal seria o general Figueiredo ou não que iria sucedê-lo?

Em julho de 1977, Geisel e o Grupo Palaciano deixam ventilar na imprensa sem confirmação oficial, o nome de Figueiredo como sucessor de Geisel, conforme CHAGAS, 1985, p. 229, “Por volta desse mês, coincidência ou não, Golbery do Couto e Silva, Heitor de Aquino Ferreira, Humberto Esmeraldo Barreto e outros começaram a soprar para a imprensa escrita, libertada da censura, que Figueiredo era a solução. Aqui e ali, comentários ganham espaços nos jornais e revistas”.

Faltando apenas um ano para a eleição presidencial, a questão sucessória era discutida e questionada pela imprensa escrita. O General Figueiredo mantinha-se a frente do SNI e permanecia quieto e recluso, despistando o fato de ser candidato à presidência, segundo CHAGAS, 1985, p. 237, “Vale passar a palavra ao general João Figueiredo, que continuava não dando entrevista, mas, bissextamente, admitia conversar de maneira informal com algum jornalista. A 15 de maio de 1977, publicamos em “O Estado de São Paulo”, o seguinte comentário: “Brasília, O General João Baptista Figueiredo acentua invariavelmente a todos com quem conversa inclusive políticos que agora com mais assiduidade o vêm procurando, não ser candidato à presidência da República e jamais ter permitido a qualquer grupo ou pessoa que agisse em seu nome, com vistas a sucessão. Não conversou com o presidente Geisel uma só vez sobre o problema sucessório, em termos nominiais, e entende que apenas o chefe do governo, no

momento oportuno, abrirá as sondagens e consultas, coordenando o processo e aferindo a receptividade dos diversos nomes junto aos setores militares e políticos”. Querendo preservar sua situação, Figueiredo permanecera despistando a sua provável candidatura até a primeira semana de julho de 1977, quando ao sair de uma missa de sétimo dia de falecimento, Figueiredo falou com jornalistas. De acordo com GASPARI, 2004, p. 433, “Perguntaram-lhe se era candidato a presidente da República. Respondeu que a questão dependia de três requisitos: “O primeiro é o presidente Geisel querer. O segundo é eu querer”. O terceiro: “Desde que haja um movimento entre militares e políticos”. No dia seguinte a resposta estava na manchete do Jornal de Brasília: “Figueiredo admite candidatura se Geisel e políticos apoiarem”. O Primeiro passo estava dado. A Campanha estava lançada, mesmo que não fosse oficial, mas para o congresso nacional, para o alto comando e para a sociedade, Figueiredo era o candidato de Geisel para a sucessão presidencial.

O lançamento da campanha de Figueiredo em julho de 1977 teve um reforço maior ainda com as declarações do Presidente da Caixa Econômica Federal, de acordo com GASPARI, 2004, p. 433, “Em seguida, conversando com o repórter Carlos Henrique, da revista Veja, o presidente da Caixa Econômica Federal, Humberto Barreto, ditou-lhe: “Pode botar em letra de forma. Assim que o presidente abrir a temporada, eu estarei ao lado da candidatura do Figueiredo a candidato”. A frase foi publicada na edição que começou circular no domingo, 10 de julho. Dois dias, numa entrevista a O Estado de São Paulo, Humberto decidiu ser mais claro: “Estou convencido de que o General João Baptista Figueiredo constitui a melhor solução para o Brasil, como futuro presidente. Uma das razões para minha crença é a perspectiva de maior abertura democrática, com ele”.

Humberto Barreto era além de presidente da Caixa Econômica Federal, também era o mais próximo colaborador de Geisel, era tido como um parente do presidente, se ele afirmava o fato de Figueiredo ser o sucessor de Geisel, isso era sinal de que os pensamentos de Geisel estavam sendo refletidos. O que não se podia esperar era que Humberto Barreto fez todas essas declarações sem o consentimento de Geisel e muito menos de Figueiredo. De acordo com GASPARI, 2004, p. 434, “Não houvera combinação e Geisel chegara a se aborrecer com o gesto de Barreto, sem que viesse a

repreendê-lo. Limitara-se a informar, por meio do porta-voz do Planalto, que o debate sucessório só seria aberto em 1978”.

Mesmo sem a autorização de Geisel, Humberto Barreto começou usar a imprensa escrita para trabalhar a imagem de Figueiredo e torná-lo conhecido perante o povo brasileiro, segundo GASPARI, 2004, p. 434, “No decorrer da semana, Heitor Ferreira entregou a jornalistas de sua confiança em pelo menos quatro redações (Veja, Isto é, Jornal do Brasil e o Globo) um maço de fotografias e textos que viria a ser chamado o “Pacote de Julho”. O resultado ficou visível no domingo. Os jornais traziam extensos perfis do general e as duas revistas, sua fotografia na capa. Desencapuzara-se o candidato”.

Diante de um jogo de incertezas, podemos afirmar que Geisel juntamente com o Grupo Palaciano fez uso da imprensa escrita para colocar o nome do General João Baptista Figueiredo em evidência. Essa estratégia de Marketing beneficiava a candidatura de Figueiredo, fazendo com que o eleitorado e a própria população brasileira conhecesse mais a fundo o candidato. Apesar de que a eleição de 1978 seria uma eleição indireta, o governo fez uso da imprensa escrita tanto para divulgar a campanha de Figueiredo para a sucessão presidencial, como também para torná-lo conhecido e mais próximo aos políticos que apoiaram Geisel e sucessivamente o apoiariam para a sua candidatura.

Essa estratégia fez com que o Governo, através dos jornais e revistas do país, publicasse matérias que beneficiavam e mostravam um lado do General Figueiredo que poucos conheciam. De acordo com GASPARI, 2004, p. 435, “O País aprendeu que o Chefe do SNI nascera numa casa de vila do Bairro de São Cristovão, tinha uma irmã e quatro irmãos (o teatrólogo Guilherme Figueiredo, dois Generais e um dentista). Sua primeira professora chamara-se Zulmira e a primeira neta, Tatiana. Fora o primeiro de turma nos três principais cursos do Exército, e o nome de sua mulher era Dulce. Divertia-se montando cavalos e resolvendo problemas matemáticos. (Era capaz de demonstrar a fórmula da equação de segundo grau, mas atrapalhava-se para provar que os ângulos que os ângulos internos de um triângulo somam 180 graus). Fumava cigarros Max (americanos). Fazia versos ruins”. Diante das circunstancia, o governo mesmo sem confirmar oficialmente que Figueiredo seria o candidato de Geisel, fazia uma propaganda do Chefe do SNI através da imprensa escrita. A forma que o Governo vinha

agindo sorrateiramente, não confirmava oficialmente, mas agia de maneira oculta juntamente com a imprensa escrita publicar matérias e artigos que traziam informações pelas quais tinham o intuito de evidenciar e informar uma ideia de quem e como era o General Figueiredo.

Se partirmos pela premissa de que o governo Geisel estava fazendo uma propaganda ideológica em cima do General Figueiredo, podemos afirmar que o governo através da imprensa escrita, queria transmitir à sociedade em geral a ideia de que o General Figueiredo era um homem decente, bom filho, pai de família, general de exército conceituado, pois tinha sido o primeiro nos principais cursos do exército, bem instruído, por haver estudado em boas escolas do Rio de Janeiro e ainda tinha um perfil político herdado de seu pai, o general Euclides Figueiredo que tinha lutado contra o poder pessoal e a ditadura de Getúlio Vargas. Diante desses fatos, o governo queria mostrar para a sociedade em geral, a ideia de que na atual conjuntura que o país se encontrava o melhor nome para a sucessão de Geisel seria o General Figueiredo. De acordo com GARCIA, 1985, p.10 e 11, “A propaganda ideológica, ao contrário, é mais ampla e mais global. Sua função é a de formar a maior parte das ideias e convicções dos indivíduos e, com isso, orientar todo o seu comportamento social. As mensagens apresentam uma versão da realidade a partir da qual se propõe a necessidade de manter a sociedade nas condições em que se encontra ou de transformá-la em sua estrutura econômica, regime político ou sistema cultural”. No governo Geisel, o uso da propaganda ideológica em cima do nome do General Figueiredo, tinha o objetivo de apresentar, informar e transmitir a ideia de que o Chefe do SNI era um homem que possuía um perfil brilhante para governar o país, pois como era um oficial de confiança do Presidente Geisel e carregava consigo o desejo de retomar a democracia, de forma lenta, segura e gradual, Geisel e o grupo palaciano propagavam através da imprensa a realidade de que o General Figueiredo era a pessoa ideal para governar o país, pois vinha de uma linhagem de boa família, filho de General de Exército, casado, com filhos, com neta e que para se divertir montava cavalos e resolvia problemas matemáticos, ou seja, a ideia que o governo queria repassar de Figueiredo, era de que o Chefe do SNI era um ser humano normal, decente e que tinha o perfil político perfeito para assumir a presidência do país e futuramente retomar a democracia, mesmo que fosse de forma gradual, lenta e segura, como era o desejo de Geisel.

4.3 – A Articulação da candidatura, a Transformação e Implantação da Identidade e a Campanha de Figueiredo

A Articulação da Candidatura de Figueiredo começou três dias antes da posse de Geisel. Em uma conversa que o General Geisel teve com Heitor Ferreira, antes de ser empossado afirmava que o General Figueiredo seria o homem ideal para sucedê-lo. Geisel sempre teve muita estima com o General Figueiredo, tanto é que em sua posse todos ali presentes tinham a leve impressão de que Figueiredo seria o próximo presidente do Brasil, de acordo com GASPARI, 2003, p. 334, “Na noite de 15 de março de 1974, quando o novo Chefe do SNI entrou na recepção do Itamaraty com seu uniforme de gala, óculos escuros, quatro medalhas espetadas na túnica, uma faixa sobre o peito, um par de cruzeiros penduradas no pescoço e um cigarro (Parliament) na mão, já era o candidato do presidente que acabara de ser empossado”.

O General Figueiredo era tido como um homem prestativo, cuidadoso, reservado, discreto e muito responsável em seus atos, tinha um grande prestígio perante o exército e para Geisel essas eram as características que o impressionavam. Geisel ainda admirava o general por outras características que o faziam ser o homem ideal para presidir o país, segundo CHAGAS, 1985, p. 270, “Solícito, recatado, cumpridor das missões recebidas, o General João Baptista Figueiredo impressionava o chefe pela dedicação e pelo silêncio”. E o Silêncio de Figueiredo fez com que a sua candidatura fosse concretizada.

Mesmo sendo questionado sobre as especulações de que seria o sucessor de Geisel, Figueiredo buscou manter-se em silêncio sobre o assunto, não conversava com a imprensa, e nas poucas vezes que era questionado e que decidia falar, pedia que o deixassem em paz e que o esquecessem, conforme CHAGAS, 1985, p. 227, “Na chefia do SNI, ele permanecera escondido, dizendo aos jornalistas: “Esqueçam-se de mim. Imaginem que eu morri. Que tive um enfarte”.

O General Figueiredo mantinha sua discrição com relação à sucessão de Geisel, quando precisava tocar no assunto, só conversava com Golbery do Couto e Silva, Heitor de Aquino Ferreira e Humberto Esmeraldo Barreto, seus aliados no Palácio do Planalto. Ambos conversavam entre si, tanto que Geisel ao se preocupar com a saúde de

Figueiredo com relação a alguns exames de coração do Chefe do SNI pediu ao Golbery que conversasse com Figueiredo, de acordo com GASPARI, 2003, p. 335, “No dia seguinte, Golbery teve uma longa conversa com Figueiredo. Do que conversaram não ficou registro, mas o Chefe do SNI passou a carregar um coração de candidato. Comentou o resultado de seu eletrocardiograma com o coronel Moraes Rego, garantindo: “Eu nunca vou ter um enfarte”.

Diante da situação, Heitor de Aquino Ferreira começa a preparar o General Figueiredo para a candidatura que só ocorreria em 1978. Mesmo assim, Heitor começa a passar para o Chefe do SNI livros de conteúdos preparatórios para governantes e presidentes, segundo GASPARI, 2004, p. 239, “Tratava-se de fabricar um candidato sem que houvesse candidatura. Como chefe do SNI, o General Figueiredo já não vestia farda. Usava paletós apertados e óculos escuros. Parecia muito mais um delegado de polícia que um projeto de presidente, sobretudo quando se comparava sua postura à circunspeção de Médici e à marcialidade de Geisel. Não conversava com políticos e aparecia pouco em público. Desde as primeiras semanas de governo, Heitor Ferreira passara a abastecê-lo de livros. Um dos primeiros foi *Como se faziam presidentes*, trabalho sobre as sucessões da República Velha lido por Geisel em 1973”.

O grande articulador da candidatura de Figueiredo à sucessão de Geisel foi o General Golbery do Couto e Silva, sempre ao lado de Geisel, Golbery articulava e mantinha um “Plano Mestre” para a candidatura de Figueiredo. No ano de 1977, quando o congresso nacional reabre com as novas mudanças na constituição aprovadas, Golbery começa a cogitar a candidatura de Figueiredo juntamente com Heitor Ferreira, de acordo com GASPARI, 2004, p. 367, “Quatro dias depois da reabertura do congresso nacional, Golbery começou a trabalhar naquilo que Heitor Ferreira denominara de “Plano Mestre”, a sagração do General João Baptista Figueiredo como sucessor de Ernesto Geisel”. Diante dos fatos, Golbery e Heitor Ferreira começam a preparar um plano baseado em um pacote, que mais tarde foi lançado na imprensa como o “Pacote de Julho”, pacote esse que consistia em informações do perfil de Figueiredo agregado com fotografias do Chefe do SNI em sua intimidade com o trabalho no exército, com a sua família e com as suas diversões que eram cavalgar e resolver problemas de matemática. Começava nesse momento um trabalho em cima da imagem de Figueiredo,

ou seja, em cima da imagem que o governo queria repassar para o congresso nacional e para a sociedade em geral.

A Oposição crescera após o lançamento do “Pacote de Abril”, conforme GASPARI, 2004, p. 436, “No congresso o Frotismo formara uma pequena bancada. Era composta de deputados audaciosos, porém na sua maioria ligados àquela massa inexpressiva que se denomina baixo clero. O mais exaltado era o mineiro Sinval Boaventura”. A bancada pertencia ao partido do MDB e apoiava o ex-ministro do Exército o General Sylvio Frota que após ser demitido declarou-se opositor ao presidente Geisel e candidato a presidente do Brasil.

O Presidente Geisel e seus assessores não confirmavam, mas todos tinham a certeza de que o General Figueiredo seria o candidato a sucessão de Geisel, dessa forma, o General Sylvio Frota contra atacava a candidatura de Figueiredo, segundo CHAGAS, 1985, p. 239, “Na verdade não era bem aquilo. Candidato, aliás, candidatíssimo Figueiredo já era. Por isso, o grupo de Sylvio Frota contra ataca. O ministro do Exército quer repetir a experiência de Costa e Silva, que bateu Castello Branco, impondo-se a ele como seu sucessor por força da força dos quartéis. Continua sendo do ministro do exército, que partem as maiores tentativas de endurecimento do regime”. Frota buscava junto ao alto comando o apoio para derrubar Figueiredo e forçar Geisel a indicá-lo como sucessor, o que ele não esperava era que Figueiredo além de contar com o total apoio de Geisel, também tinha um grupo que vinha trabalhando em proveito de sua candidatura dentro do congresso nacional e também nas forças armadas, conforme GASPARI, 2004, p. 417, “Figueiredo parecia imobilizado pela própria base de sua candidatura, o pedestal do palácio. Mantinha-se recluso, mas valia-se de um poderoso comitê de campanha. Em conversas reservadas, Golbery e Heitor Ferreira asseguravam que a escolha estava feita e chamava-se Figueiredo”. Dessa forma, podemos afirmar que Golbery e Heitor Ferreira articulavam a candidatura de Figueiredo perante o Congresso Nacional e o Alto Comando.

Era certo que Geisel iria mesmo lançar o General Figueiredo como seu sucessor, essa certeza foi afirmada quando o Chefe do SNI recebe em 31 de março de 1978 a sua promoção à General de Exército, diante do fato, Figueiredo estava pronto para concorrer à presidência do país, nada mais o impedia.

Ao receber a notícia da promoção de Figueiredo, o General Hugo Abreu, Chefe do Gabinete Militar do Governo de Geisel, percebeu que estava sendo enganado pois sempre questionou Geisel sobre a questão sucessória e a indicação de Figueiredo, Geisel sempre lhe dava a mesma resposta, afirmava a Hugo Abreu que não tinha candidato e que Figueiredo não era o escolhido. Geisel sabia que Hugo Abreu não aprovava o Chefe do SNI como candidato a sucessão e por esse motivo, manteve Hugo Abreu fora do grupo palaciano que agia a candidatura de Figueiredo. Segundo CHAGAS, 1985, “Entendia o General Hugo Abreu que a sucessão de Geisel deveria seguir o roteiro clássico dos tempos revolucionários. Que o presidente a coordenaria, mas que a última palavra ficaria com os militares, através dos Altos comandos”. Geisel conseguiu enganá-lo até janeiro de 1978, quando Geisel recebe o general Hugo Abreu, o Chefe do Gabinete Militar queria lhe entregar um documento criticando duramente o grupo que articulava a candidatura do chefe do SNI, sentia-se revoltado com a atitude do grupo palaciano e queria que o presidente tomasse uma atitude, pois acreditava nas mentiras de Geisel, segundo CHAGAS, 1985, p. 236, “Afinal ouvia do presidente, quase todos os dias, que ele não tinha candidato e que Figueiredo não estava escolhido. Mentira, verificou-se mais tarde, mas o crédulo general, herói da FEB e infenso a manobras políticas, acreditava”. Ao receber o relatório em 4 de janeiro de 1978, o presidente criticou o relatório e reafirmou sua escolha perante o general Hugo Abreu, que, por sua vez, ampliou suas críticas ao grupo pró-Figueiredo (citando nominalmente o ministro Golbery e os secretários Heitor Ferreira e Humberto Barreto) e pediu demissão do Gabinete Militar, sendo substituído pelo general Gustavo de Moraes Rego.

Hugo Abreu sentiu-se traído, mas o general não imaginava que Geisel o havia enganado todo esse tempo e que tinha, em 31 de dezembro de 1977, formalizado o convite à Figueiredo. Hugo Abreu deixa o Palácio do Planalto com a certeza de que Geisel iria indicar Figueiredo, isso para o general teria sido uma derrota, pois não acreditava que Figueiredo poderia manter o regime no poder de governar o Brasil.

No dia 29 de dezembro de 1977, Geisel manda chamar o Chefe do SNI a hora tinha chegado, segundo CHAGAS, 1985, p. 282, “Dia 29 de Dezembro de 1978, quinta-feira, o General Ernesto Geisel manda chamar Figueiredo outra vez sem eu gabinete. Agora é o convite, ou a convocação formal”. Ao ser convidado Figueiredo não aceita, queria ser

convocado, segundo CHAGAS, 1985, p. 283, “Contar-se-á, depois, que o diálogo entre ele e Geisel foi assim:

“Se é convite, não aceito.”

“Não é convite. É uma ordem. Vou fazer com você o mesmo que fizeram comigo.”

Durante a conversa, Geisel deixou claro que ordenava Figueiredo a sucedê-lo e que o Chefe do SNI é quem lançaria a candidatura, segundo CHAGAS, 1985, p. 282, “Combinam os detalhes do lançamento, mas não será Geisel a revelar primeiro o segredo de Polichinelo, senão o próprio Figueiredo.” Acabara o sigilo sobre a sucessão, Geisel finalmente estava dando o próximo passo para a formalização da candidatura de Figueiredo.

Convite ou convocação definida, Geisel juntamente com o Grupo Palaciano decidiam quando e onde ocorreria a convenção de Figueiredo. Convenção essa que vinha sendo articulada e discutidas alguns tempo antes do encontro de Geisel e Figueiredo para o qual formalizaram a candidatura de Figueiredo. A convenção de Figueiredo vinha sendo tratada desde o início de novembro de 1977, quando o presidente Geisel envia o grupo palaciano para confirmar que o Chefe do SNI seria o candidato à sucessor, Geisel queria acertar junto à ARENA, a convenção e formalizar o apoio da ARENA à candidatura do General João Figueiredo. De acordo com CHAGAS, 1985, p. 282, “O Calendário vai sendo acertado e o presidente da ARENA, Francelino Pereira, informa que na primeira ou segunda semana de janeiro o partido deverá lançar oficialmente a candidatura do General João Baptista Figueiredo: “Assim que seu nome seja formalizado pelo Presidente da República, desencadear-se-à o processo, fixando-se para abril a convenção nacional que o escolherá”.

Geisel no momento tinha pressa em lançar a candidatura de Figueiredo, pois tinha antecipado as eleições que só ocorreriam em 15 de janeiro de 1979 para 15 de outubro de 1978, três meses antes do programado. Diante do convite feito à Figueiredo acertou que o Chefe do SNI é quem seria o primeiro a revelar a candidatura à imprensa, Figueiredo não mediu esforço, fez sua primeira declaração na manhã seguinte após a conversa definitiva entre ele e Geisel, segundo CHAGAS, 1985, p. 282, “Na manhã de 4 de janeiro, entre um salto e outro de cavalo, no Regimento de Cavalaria de Guardas, no Setor Militar de Brasília, ele declara ao repórter Jorge Moreno, do “Jornal de Brasília”: “Fui mesmo convocado pelo presidente Ernesto Geisel para sucedê-lo. Não

fui convidado, porque convidado, o presidente sabia que eu não aceitaria. Disse-lhe que “a indicação não me surpreendia, dado o barulho feito pela imprensa.” Diante da nova situação, afinal Figueiredo no momento estava confirmado que seria o candidato do governo à sucessão de Geisel, assume uma posição de candidato e começa a tratar a imprensa de forma totalmente contrária que vinha desempenhando anos antes.

Figueiredo assume uma nova posição perante a imprensa e ao congresso nacional, candidato, candidatíssimo e declarado, começa a usar a imprensa a seu favor. Começa a conversar com repórteres e jornalistas dos principais veículos da imprensa escrita no país e encontra-se com políticos e aliados para partir em julho de 1978 em campanha pelo país.

O Lançamento da campanha de Figueiredo ficou para o dia 5 de janeiro, um dia após a confirmação do Chefe do SNI perante a imprensa sobre a sua convocação. O Palácio do Planalto tinha sido convocado juntamente com a imprensa nacional, os integrantes da Comissão Executiva da ARENA e os presidentes e líderes do governo na Câmara e no senado. Finalmente a questão sucessória de Geisel seria definida, Figueiredo seria lançado candidato à sucessão de Geisel, conforme CHAGAS, 1985, p. 298, “Às 16:30 horas, no Palácio do Planalto, ouve-se a voz do trono. Solenemente, Geisel declarou haver indicado o general João Baptista Figueiredo e o governador Aureliano Chaves como candidatos à presidência e vice-presidência da República, para que oportunamente, fossem levados à convenção da ARENA”.

No dia 6 de janeiro, a comissão executiva Nacional da ARENA vai ao gabinete do general João Baptista Figueiredo para comunicar-lhe oficialmente sua indicação como candidato do partido, de acordo com CHAGAS, 1985, p. 299, “Ao receber a Comissão Executiva Nacional da ARENA, o general João Baptista Figueiredo elogiou o partido e, aos repórteres, salientou que era candidato, “e um candidato não fala”. Estranho vaticínio para quem logo depois falou como nunca, aliás, coisa peculiar aos candidatos”.

Antes da confirmação de sua candidatura, Figueiredo mantinha-se sempre às escuras, não falava com a imprensa quando, em raras ocasiões se dirigia a imprensa escrita, mantinha-se sempre reservado, conforme, MORAIS, 1978, p. 10, “Nesse assunto (a sucessão) eu me reservo, me guardo. Vocês me conhecem, sabem como eu sou e não vou mudar. Acho que tem gente melhor. Se não, se querem a mim mesmo, vão ter que me engolir com casca e tudo, com meus coices nos calhordas de sempre,

inclusive”. Essa postura de Figueiredo permaneceu até janeiro de 1978, quando ao lançar na imprensa a confirmação da convocação de sua candidatura, Figueiredo falou à imprensa com outra postura, estava menos ríspido, dirigia-se aos jornalistas sem muita cautela e procurava sempre manter uma boa relação com os repórteres e a imprensa escrita. Essa mudança de Figueiredo é bem explanada no livro “A Guerra das Estrelas” de Carlos Chagas, pelo qual o autor fala sobre a mudança de Figueiredo em relação à imprensa e divulga uma matéria no Jornal “o estado de São Paulo”, que aborda o perfil de Figueiredo e a sua transformação de General duro e rígido em um candidato acessível e disposto a conversas com políticos e com a imprensa em geral. Conforme, CHAGAS, 1985, p. 274, “Mudou muito, no entanto, talvez por ser candidato mesmo. Até um ano, não recebia políticos, muito menos jornalista. Não falava, não admitia conversas com quem não fosse de seu restrito círculo de amizade, mantinha em perfeita postura castrense, cenho fechado, carranca, óculos escuros”. Essa postura logo mudara segundo CHAGAS, 1985, p. 274, “O Diálogo com políticos que o procuram, dos mais diversos matizes, as conversas informais com repórteres, o ar descontraído nas solenidades e recepções mostram outro homem”.

A imagem de um candidato para uma campanha eleitoral é uma das bases que possa definir uma eleição, para entendermos melhor consideramos a definição da Imagem do Candidato em que Gaudêncio Torquato afirma em seu livro Marketing Político e Governamental, conforme TORQUATO, 1985, p. 73, a imagem é um “Conjunto de elementos que formam a personalidade visual do candidato. Um programa de identidade visual conjuga três importantes setores: as comunicações, os produtos e os serviços”. Na candidatura de Figueiredo, ao analisar a mudança de postura, podemos identificar a implantação de uma nova imagem do general Figueiredo para a campanha de 1978.

Figueiredo em sua campanha havia mudado sua postura, como Chefe do SNI não falava com a imprensa, já o candidato Figueiredo dialogava com a imprensa escrita e com políticos também. Antes da confirmação de sua candidatura, Figueiredo agia de forma ríspida e rude com a imprensa e com os políticos, mantinha distância e procurava se relacionar somente com seu círculo de amizades, no entanto, como candidato, Figueiredo deixava de lado a postura de homem de poucas palavras escondido atrás dos óculos escuro e dirigia-se à imprensa e aos políticos com humildade e simplicidade, deixando a carranca de general de lado.

Um fato que demonstra essa mudança na imagem de Figueiredo é o fato de deixar de usar os famosos óculos escuros, que apresentavam um homem frio, rude e rígido. Disposto a mudar sua imagem, Figueiredo abordado por Heitor Ferreira, ao ouvir conselhos do amigo e secretário de Geisel, decide largar o hábito de usar os óculos, segundo GASPARI, 1985, p. 418, “O Secretário de Geisel ai além. Já cuidava da silhueta do candidato e o aconselhava:

- Acho que o Senhor reconsideraria os óculos escuros, o que acha? Pode fixar uma imagem (sei do problema dos olhos vermelhos).

O General respondeu:

- Meu problema não é fixar a imagem! É não piorar minha conjuntivite...

Heitor mandou-lhe um colírio e reabriu a questão:

- Três gotas em cada olho, “dois olhos claros e bonitos...”

Figueiredo agradeceu:

- Vejo que o amigo está muito preocupado com minha imagem...

Figueiredo seguiu sua campanha sem os óculos e com os olhos limpos, claros e brilhantes, sem a vermelhidão que o acompanhara antes.

Outro fator que podemos identificar na campanha de Figueiredo é o fato de o Chefe do SNI usar a imprensa em seu benefício, segundo FIGUEIREDO, 2005, p. 285, “Praticamente desconhecido ao público. Figueiredo começou então a aparecer na mídia. Encostou os óculos escuros que o deixavam com cara de gângster de filme americano, passou a receber prefeitos do interior para demonstrar interesse pelos problemas do país e, sempre que podia, encaixava uma ou outra grosseria em conversa com os jornalistas, com as quais pretendia que fossem interpretadas como gesto de franqueza”. Dessa forma, Figueiredo conseguia transformar a sua imagem de General rígido, duro e irreverente em um político acessível, sincero e preocupado com os problemas em que o país se encontrava.

Figueiredo queria demonstrar que era um homem do povo, fez questão de ser chamado de João Figueiredo, não queria que usassem o general tentando popularizar o seu nome. Conforme FIGUEIREDO, 2005, p. 285, “A Fim de que seu nome soasse popular, passou a se apresentar como João Figueiredo, ou simplesmente João – um general rude, mas sincero, um homem que gostava de cavalos e não levava desaforo para casa”. Essa definitivamente foi a imagem adotada por Figueiredo em sua campanha

eleitoral. É tanto, que o nome “João”, serviu de inspiração na composição do slogan: “PLANTE QUE O JOÃO GARANTE!”, posteriormente usado pelo Ministério da Agricultura na sua campanha eleitoral.

O ano de 1978 ficou conhecido como “O Ano de Campanha”, e era mesmo o ano de campanha eleitoral, principalmente para o General de Exército João Figueiredo. Ao ser promovido general quatro estrelas, Figueiredo imediatamente entra para a reserva e afasta-se do SNI para partir em campanha eleitoral pelo país. Montou um comitê em Brasília para organizar melhor sua campanha. De acordo com CHAGAS, 1985, p. 300, “Instalando num andar do hotel Aracoara, em Brasília, Figueiredo organizará uma espécie de gabinete, com alguns políticos, muitos coronéis e empresários a auxiliá-lo”. É dada a largada para a campanha do general de exército João Baptista de Oliveira Figueiredo.

Começara no país mais um período eleitoral. Era um período diferenciado, o governo teria como candidato mais um general de exército, que dessa vez tinha sido imposto pelo próprio presidente. A oposição por si tentou fazer um candidato que estivesse à altura para concorrer com o candidato da máquina governista, o MDB tentou lançar o general Frota, tentativa em vão, como o período era inovador, a oposição em 1974 conseguiu aumentar a sua bancada, diante desse fato, o MDB queria unir forças para lançar um anticandidato que pudesse concorrer com Figueiredo, segundo CHAGAS, 1985, p. 304, “Agora, porém, era diferente. Raciocinavam líderes do MDB, observadores e até generais infensos a apoiar João Figueiredo, que se à oposição se unissem dissidentes da ARENA, estaria conquistada a maioria do colégio eleitoral, podendo, ao menos teoricamente, ser feito um candidato contrário ao candidato do governo”.

Nos primeiros meses de 1978, a bancada do MDB buscou o adversário à altura para concorrer com Figueiredo. Depois de muitas especulações, encontro e discussões entre a bancada e seus apoiadores, o MDB finalmente escolhe o candidato, segundo CHAGAS, 1985, p. 305, “Domingo, 14 de maio, “O Estado de São Paulo” publica matéria do autor, com o seguinte texto: O General Euler Bentes Monteiro aceitou que seu nome seja levado ao MDB, como candidato à presidência da República, e até autorizou a que as bases emedebistas comecem a articular, enviando telegramas ao deputado Ulysses Guimarães, neste sentido”. Neste sentido, o MDB tinha o candidato perfeito para

concorrer com Figueiredo, Euler também era General de Exército e tinha Paulo Brossard como seu vice.

Apesar de ser uma eleição presidencial indireta, pela qual quem escolhe o presidente é o congresso nacional, os candidatos da oposição partiram em campanhas pelo Brasil todo, conforme CHAGAS, 1985, p. 315, “Os candidatos da oposição percorrem o todo o país. Vão as capitais do Norte, Nordeste, do Sul e do Centro, fazendo comícios, participando de encontros, seminários e debatendo os problemas fundamentais”. No entanto, o candidato do Governo permanece numa campanha calma e sem muita agitação, segundo CHAGAS, 1985, p. 315, “Os candidatos da oposição também viajavam, mas muito menos. Preferiam permanecer em Brasília e, da capital, conferir todos os dias os números do colégio eleitoral, amplamente vantajosos para eles”.

A Oposição crescia e o governo começou com um jogo sórdido para combater a concorrência que o MDB vinha ocasionando na campanha. De acordo com CHAGAS, 1985, p. 315, “Começa um jogo sujo. Aqui e ali, o general Euler Bentes recebe militares, a maioria da reserva, mas alguns da ativa, que ousam contrariar o sistema. Este reage. O Centro De Informações do Exército, em suas circulares periódicas e reservadas, não poupa o militar, chamando-o de desagregador, traidor e sucedâneos. Muitos generais pensam assim, e não escondem o pensamento”. O governo usa todos os recursos para boicotar e atingir o candidato do MDB, o governo coloca vigilância na sua residência no Rio de Janeiro para poder ficar a par de todos os seus passos e de quem o visita, conforme CHAGAS, 1985, p. 315, “A Residência do candidato é acintosamente vigiada, em Copacabana no Rio. Há um pipoqueiro novo, na calçada, encarregado de fotografar quem entra e quem sai. Nos seus momentos de descanso, é substituído por um sorveteiro que nunca tem sorvetes, mas só atenção para a porta de entrada do edifício do general. Agentes disputam e sempre conseguem dividir o táxi com interlocutores que deixam o apartamento da Rua Figueiredo Magalhães”. Dessa forma, o governo sabia de todos os seus passos e não perdia um minuto sequer da vida do general Euler Bentes.

Vigiado, seguido e perseguido pelos agentes do Serviço de Informações Nacional – SNI, o General Euler Bentes fica à mercê das artimanhas do governo. Com todos os recursos e funcionários mantendo uma tocaia de 24 horas seguidas, o governo arma-se

contra o General e monta uma contra-propaganda na qual baseava-se nas informações coletadas pelos agentes e depois distorcidas e lançadas na imprensa com o intuito de desmoralizar o candidato. De acordo com CHAGAS, 1985, p. 315, “De maneira ostensiva, Euler é seguido, no Rio e fora do Rio, por carros suspeitos. Seus telefones estão grampeados e ele sofre os efeitos de uma contrapropaganda poderosa. Não há um dia sequer que jornalistas e jornais a serviço da candidatura João Figueiredo, invertem notícias sobre a sua renúncia iminente, “por conta de dissensões insuperáveis na frente única”.

Figueiredo mantém sua agenda de campanha, visita outros estados, com menos frequência que a oposição, estava mais acessível e em algumas vezes explanava algumas grosserias com o intuito de ser compreendido como um homem sincero e franco. Ao visitar os outros estados do país, procurava compreender os problemas e em seus discursos apresentava algumas soluções, mantinha a imagem recém adotada, afirmava que nunca mudaria, deixou claro isso em um de seus discursos, conforma MORAIS, 1978, p. 20, “De modo algum (os hábitos do Presidente serão diferentes dos hábitos do candidato). Continuarei o mesmo. Pretendo continuar montando cavalos e adotando a mesma maneira de ser que tem sido paradigma de toda minha vida”. Nestas circunstâncias podemos verificar que o General Figueiredo como candidato não precisa medir esforços para desempenhar uma campanha extraordinária, pois como era o candidato do Governo e pertencia ao partido da ARENA, que possuía a maioria na bancada de deputados e senadores no congresso nacional, Figueiredo ainda podia contar com a ação em massa da imprensa que noticiava nos principais jornais e revista do país informações positivas a seu respeito e faziam uso de uma contra-propaganda em cima do general Euler Bentes.

O período de campanha eleitoral chegara ao fim em 14 de outubro de 1978, Euler mantinha uma campanha empolgada, mas não surtia efeito. Figueiredo era apontado pela imprensa nacional como a melhor escolha para o progresso e redemocratização segura, lenta e gradual do país.

Os dois candidatos encerram a campanha eleitoral com uma certeza em suas mentes: a do trabalho cumprido. Principalmente Euler que ao discursar na noite de 14 de outubro de 1978, fala que só saiu candidato com o intuito de que as forças armadas deixassem de comandar o país, conforme CHAGAS, 1985, p. 317, “Fui candidato para

contribuir para que as Forças Armadas pudessem deixar a cena política (...) Utilizar o respeito à disciplina e a hierarquia como instrumento de apoio a um candidato oficial é tentar comprometer a corporação militar com uma candidatura que lhe é imposta como sua, é querer transformar as Forças Armadas em partido político”.

Euler e Figueiredo se enfrentam no congresso nacional, a eleição se deu em 15 de outubro de 1978 com a vitória de Figueiredo e do Partido da ARENA.

4.4 – A Eleição e Posse do General João Baptista de Oliveira Figueiredo.

O tão esperado dia decisivo havia chegado: 15 de outubro de 1978, data da eleição indireta para a escolha do presidente do Brasil. O congresso nacional se reunia para votar no homem que viria suceder o presidente Geisel. De acordo com CHAGAS, 1985, p. 317, “Chegou, finalmente o dia 15 de outubro, data da eleição indireta. O General João Baptista Figueiredo obteve 355 votos dos deputados federais, senadores e representantes das Assembléias Legislativas. O General Euler Bentes Monteiro, 226 votos. No MDB, registram-se 5 abstenções. Na ARENA, 3: deixaram de votar no candidato do Palácio do Planalto os senadores Magalhães Pinto, Teotônio Vilela e Aciolly Filho”. Estava decidido, mais uma vez um general de Exército assumiria o poder de governar o país e a consolidação do regime militar ganhou nesse dia mais força para manter-se no poder por mais seis anos.

Figueiredo após a eleição faz o seu primeiro pronunciamento a nação dizendo que estava vivenciando um sonho jamais sonhado por ele, conforme CHAGAS, 1985, p. 317, “Brasileiros e Brasileiras: começa hoje, para mim, o sonho jamais sonhado, a dignidade suprema que o país confere aos seus cidadãos. Considero o munus da presidência da República um mandato afirmativo e categórico para a promoção do bem comum”. Diante da nação estava eleito o homem que viria presidir o país por seis anos e entregaria o poder à um civil na década de 1980.

Eleito, Figueiredo partiu para a composição de seu ministério, reunia-se imediatamente com empresários, políticos e tecnocratas que o auxiliaram a compor a sua bancada ministerial, segundo CHAGAS, 1985, p. 319, “O resto foram a composição do ministério e as reuniões sucessivas com empresários, políticos e tecnocratas. O General João Figueiredo continuava surpreendendo ao jurar fazer do país uma democracia e ao adotar um estilo de comportamento em tudo e por tudo diverso do

General Ernesto Geisel”. Figueiredo parecia menos rude, ríspido e grosseiro, o candidato eleito mantinha uma postura informal, descontraída e estava sempre sorridente, deixara de lado àquela imagem oposta que possuía quando estava a frente do SNI.

No dia 15 de março de 1979, o General João Baptista de Oliveira Figueiredo tomava posse da presidência do Brasil. Foi o trigésimo terceiro presidente do Brasil, o último militar a assumir a presidência e promoveu a abertura e anistia ampla e geral dos exilados do Brasil, segundo CHAGAS, 1985, Figueiredo promoveu efetivamente a abertura, com a anistia, à volta às eleições diretas e outras iniciativas democráticas, mas em contrapartida isolou-se, rompeu com quase todos os que apoiavam, desinteressou-se pelas questões de governo”. Após deixar o governo Figueiredo retorna ao Rio de Janeiro, sua cidade natal mantém-se isolado de tudo e de todos, vivendo com a família até a data de 24 de dezembro de 1999, quando vem a falecer de insuficiências renais e cardíacas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Brasil sofreu no ano de 1964 um Golpe Militar que ficou conhecido como “O Golpe de 1964” e que marcou a história de uma nação brasileira. Nesse golpe, as Forças Armadas passaram a comandar os poderes político e econômico do país, e esse período ficou conhecido como “Período de Ditadura Militar”, na qual o Brasil ficou sendo governado pelas Forças Armadas.

Durante o período de Ditadura Militar, os meios de comunicação social exerciam um papel fundamental no Brasil, eram comandados pelas Forças Armadas, no qual esse poder militar, com o Golpe de 1964, tinha o objetivo de beneficiar e enaltecer a administração militar, através da Propaganda Política, que enfatizava a ideia de que o país vinha passando por muitos problemas nas administrações anteriores, e que o melhor para o Brasil foi ter ocorrido o golpe militar, ou seja, os meios de comunicação eram utilizados pelos militares no sentido de repassar a imagem para a sociedade brasileira de que agora com o Golpe Militar, o Brasil tinha ordem. Para explicar melhor esse assunto, FICO, 2001, p. 181, afirma que “Os Militares atribuíram grande importância aos “meios de comunicação social”, principalmente o Rádio e a TV. Eles próprios, através das assessorias de relações públicas da presidência da República, entre 1969 e 1977, fizeram propaganda política através de comerciais que associavam o “milagre econômico” a presumidos traços brasileiros e à própria atuação dos governos ditatoriais”.

Durante as eleições, a Comunicação tinha uma participação massiva a favor do candidato à sucessão do Presidente, podemos afirmar isso ao pesquisar o Período Eleitoral de 1978, nessa época o governo fez uso da Propaganda Política e Eleitoral para eleger o então candidato João Figueiredo.

Ao assumir a presidência no dia 15 de março de 1978, o General de Exército João Baptista de Oliveira Figueiredo afirmava à nação que o governo tinha poder nas decisões eleitorais presidenciais. Esse poder é dado às armações e articulações que o presidente Geisel junto com o Grupo Palaciano exerceram mesmo antes de Geisel assumir a presidência em 1974.

Era evidente que Geisel queria Figueiredo como seu sucessor, só não queria que o fato fosse divulgado imediatamente, queria que a ideia só fosse repassada no momento certo, que seria decidido por ele.

Geisel não abria mão do nome de Figueiredo para seu sucessor, para isso teve que enfrentar algumas dificuldades. Precisou articular perante o Alto Comando a promoção de Figueiredo à General quatro – estrelas, ou seja, para Figueiredo assumir a presidência, Geisel tinha que promovê-lo a General quatro – estrelas, além de ter que demitir seu ministro de exército, o General Frota que articulava às escondidas a sua própria candidatura a sucessor de Geisel, tendo ainda que manter, mesmo que não fosse verdade, o segredo de que não tinha em mente o nome de seu sucessor escolhido.

Na campanha eleitoral, Geisel e o Grupo Palaciano fizeram uso da imprensa escrita, através do uso da contrapropaganda com o intuito de desmoralizar a oposição que tinha como candidato o General de Exército Euler Bentes que fazia composição na chapa do MDB com Paulo Brossard. Geisel teve que fazer muitas manobras para colocar Figueiredo na Presidência do Brasil.

A revisão bibliográfica resulta numa conclusão de que Geisel juntamente com seus assessores empenhados em eleger Figueiredo se equiparam de todos os artifícios possíveis e articulações como o uso da Propaganda Política e eleitoral para levar Figueiredo ao Planalto Federal. Para isso, Geisel promoveu Figueiredo passando por cima do Almanaque do Exército e caroneando alguns militares que estavam à frente de Figueiredo, como também fez uso do seu poder de presidente para demitir o ministro do Exército, Sylvio Frota, para que Figueiredo fosse beneficiado na promoção a general quatro – estrelas.

Essa revisão bibliográfica resulta no resgate histórico dos fatos, das articulações e armações que o governo Geisel exerceu com o intuito de prevalecer o desejo do presidente em indicar Figueiredo para suceder Geisel. Como o lançamento do “Pacote de Abril”, que estendeu o mandato do próximo presidente e a antecipação da eleição de março de 1979 para outubro de 1978. Geisel também usou o poder para que sua vontade prevalecesse, em 1978 promove Figueiredo a General de Exército, usa o poder da imprensa para o lançamento de Figueiredo como também para transformar a imagem de home rude, fechado e grosseiro que Figueiredo vinha demonstrando nos últimos anos em uma imagem de um homem decente, bom filho, pai de família, avô e um militar bem conceituado no Exército, pois sua assessoria distribuía para a imprensa escrita fotografias, dossiês sobre Figueiredo e sua carreira brilhante perante o exército, afinal o General João Figueiredo tinha um currículo exemplar, tinha sido o primeiro a se classificar nos três primeiros cursos das escolas do Exército.

Outro fator que não podemos deixar de apontar, é o uso da imprensa escrita para fazer contrapropaganda ao candidato da oposição Euler Bentes, por mais que o General Euler buscasse fazer uma campanha trabalhada em cima das necessidades e dos problemas que o país tinha, o governo através do SNI vigiava todos os passos do General Euler, colhia informações, não poupava o militar chamava-o de desagregador, traidor e sucedâneos. O SNI ao colher todas as informações possíveis sobre o Euler e sua campanha, fazia uso dessas informações com o objetivo detonar a imagem de Euler, tinha a tarefa de colher tudo e qualquer dado com relação ao General Euler e distorcer perante a imprensa escrita, fazendo com que a oposição perdesse aliados ao congresso nacional, era iniciado um jogo sórdido que o governo junto com o SNI efetuou no período eleitoral de 1978.

Ao estudar o período eleitoral de 1978 concluímos que o regime militar conseguiu mais uma vez colocar mais um general de Exército na presidência do país. Geisel conseguira um fato singular, impusera a sua própria vontade ao Alto comando militar, escolhendo, indicando e elegendo o homem que ele achava ser competente para ser sucessor.

Outro fato que não podemos deixar de afirmar é a estratégia política desenvolvida pelo chamado Grupo Palaciano, nos quais Heitor Ferreira e Golbery do Couto e Silva desempenharam na campanha de Figueiredo, fazendo com que o General mudasse seus hábitos e leituras para conquistar o povo e mudar a imagem de Figueiredo imposta pelo próprio quando estava a frente do SNI.

O fato é que após todas essas artimanhas, articulações, estratégias e imposições feitas por Geisel e sua assessoria, levaram o General João Figueiredo a vencer a eleição no dia 15 de outubro de 1978, assumindo o poder em 15 de março de 1979, no qual foi o único presidente a ter um mandato de seis anos e ao sair da presidência devolveu o poder de governar o país a um civil.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Alzira Alves et al. Dicionário Histórico – Biográfico Brasileiro Pós 1930. Rio de Janeiro, 2ª Ed, 2001.

CHAGAS, Carlos. A Guerra das Estrelas (1964 – 1984): Os Bastidores das Sucessões Presidenciais. Rio Grande do Sul: L&PM Editores Ltda, 1985.

COUTO, Ronaldo Costa. Memória Viva do Regime Militar: Brasil: 1964 – 1985. Rio de Janeiro: Record, 2003.

D'ARAÚJO, Maria Celina; **SOARES**, Gláucio Ary Dillon e **CASTRO**, Celso. Visões do Golpe: A Memória Militar sobre 1964. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994^a.

D'ARAÚJO, Maria Celina; **CASTRO**, Celso (orgs). Ernesto Geisel. 5ª Ed. Rio de Janeiro: Guavira, 1979.

D'ARAÚJO, Maria Celina; **SOARES**, Gláucio Ary Dillon e **CASTRO**, Celso. Os anos de Chumbo: A Memória Militar sobre a Repressão. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994b.

DINES, Alberto; **FERNANDES JR**, Florestan e **SALOMÃO**, Nelma (orgs). Histórias do Poder: 100 anos de Política no Brasil. 2ª Ed. São Paulo: Editora 34, 2000. V. 01.

DOMENACH, Jean-Marie. A Propaganda Política. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1983.

FARO, J.S. Revista Realidade 1967-1968: Tempo da Reportagem na Imprensa Brasileira, Canoas: Ed. da UBRA/AGE, 1999.

FAUSTO, Boris. História do Brasil. São Paulo: EDUSP, 2000.

FICO, Carlos. Como Eles Agiam: Os Subterrâneos da Ditadura Militar: Espionagem e Polícia Política. Rio de Janeiro: Record, 2001.

FICO, Carlos. Além do Golpe: Versões e Controvérsias sobre 1964 e a Ditadura Militar. Rio de Janeiro: Record, 2001.

FIGUEIREDO, João Baptista de Oliveira. Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República, Brasília: 1978.

FIGUEIREDO, Lucas. Ministério do Silêncio: A História do Serviço Secreto de Washington Luís a Lula – 1927 – 2005. Rio de Janeiro: Record, 2005.

GARCIA, Nelson Jahr. O Que é Propaganda Ideológica. São Paulo: Brasiliense, 1985, Coleção Primeiros Passos, 88 P.

GARCIA, Nelson Jahr. Sadismo, Sedução e Silêncio: Propaganda e Controle Ideológico no Brasil (1964-1980).

GASPARI, Elio. A Ditadura Envergonhada. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

GASPARI, Elio. A Ditadura Escancarada. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

GASPARI, Elio. A Ditadura Derrotada. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

GASPARI, Elio. A Ditadura Encurralada. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

GEISEL, Ernesto. Discursos. Brasília: Departamento de Imprensa Nacional, 1975.

GORENDER, Jacob. Combate nas Trevas: a Esquerda Brasileira: das Ilusões perdidas à luta armada. 3ª Ed. São Paulo: Ática, 1987.

KOTLER, Philip. Marketing para Organizações que não visam lucro. Tradução de H. Barros. São Paulo, Atlas, 1978.

MELLO, Jayme Portella de. A Revolução e o Governo Costa e Silva. Rio de Janeiro: Guavira, 1979.

MOREIRA, Sonia Virgínia. Análise Documental como Método e como Técnica. In: DUARTE, Jorge e BARROS, Antonio (orgs). Métodos e Técnicas de Pesquisa em Comunicação. São Paulo: Atlas, 2005.

REGO, Francisco Gaudêncio Torquato do, Marketing Político e Governamental: um roteiro para campanhas políticas e estratégias de comunicação. São Paulo: Sumus, 1985.

REIS, Daniel Arão, Ditadura Militar, esquerdas e sociedade. 3 Ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.

SKIDMORE, Thomas. Brasil: de Castello a Tancredo. 7ª Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

TAVARES, Aurélio de Lyra. O Brasil de Minha Geração: Mais Dois Decênios de Lutas. Rio de Janeiro. Biblioteca do Exército, 1997. V. 02.

MELLO, Jayme Portella de. A Revolução e o Governo Costa e Silva. Rio de Janeiro: Guavira, 1979.

MORAES, Carlos Wagner. O Livro dos Pensamentos do General João Figueiredo. São Paulo:Alfa – Ômega Ltda, 1978.

MOREIRA, Sonia Virgínia. Análise Documental como Método e como Técnica. In: DUARTE, Jorge e BARROS, Antonio (orgs). Métodos e Técnicas de Pesquisa em Comunicação. São Paulo: Atlas, 2005.